

AMBRA UNIVERSITY
SCHOOL OF LEGAL STUDIES
MASTER OF SCIENCE IN LEGAL STUDIES
MASTER'S THESIS

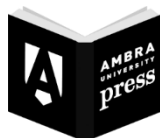
MARCELO HONORATO

**A RETROATIVIDADE DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL
PELA TEORIA ECONÔMICA DO CRIME: UMA ANÁLISE DE
JULGAMENTOS DE PROCESSOS CRIMINAIS DA 1A VARA
FEDERAL DE MARABÁ EM 1O E 2O GRAUS**

ORLANDO, FL

2023





Copyright 2023 © by

Marcelo Honorato.

All rights reserved.

Publisher: Ambra University Press.

First edition: February 2023 (Revision 1.0a)

Author: Marcelo Honorato

Title: A retroatividade do acordo de não persecução penal pela teoria econômica do crime:
uma análise de julgamentos de processos criminais da 1ª Vara Federal de Marabá em 1º e 2º graus

Type of publication: Master's Thesis

Program: Master of Science in Legal Studies

Institution: Ambra University (Orlando, FL).

Date of public defense: February 9, 2023.

E-book format: PDF

ISBN: 978-1-952514-55-5 (e-book – PDF)

Ambra is a trademark of Ambra Education, Inc. registered in the U.S. Patent and Trademark Office.

Ambra University Press is a division of Ambra Education, Inc.

Orlando, FL, USA

<https://thesis.ambra.education> • <https://press.ambra.education/> • <https://www.ambra.education/>



Copyright License

(<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>)

Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International
(CC BY-NC-ND 4.0)



Citation APA

Honorato, M. (2023). *A retroatividade do acordo de não persecução penal pela teoria econômica do crime: uma análise de julgamentos de processos criminais da 1ª Vara Federal de Marabá em 1º e 2º graus* (ISBN No. 978-1-952514-55-5)

[Master's thesis, Ambra University].

<https://thesis.ambra.education>

Citation ABNT

HONORATO, Marcelo. **A retroatividade do acordo de não persecução penal pela teoria econômica do crime: uma análise de julgamentos de processos criminais da 1ª Vara Federal de Marabá em 1º e 2º graus.** 2023. Dissertação (Mestrado em ciências jurídicas) - School of Legal Studies, Ambra University, Orlando, Flórida, 2023.

The translation below is for convenience only. In case of any conflict, English text in the previous page prevails.

A tradução abaixo é somente por conveniência. Em caso de quaisquer conflitos, o texto em inglês da página anterior prevalece.

Copyright 2023© por

Marcelo Honorato.

Todos os direitos reservados.

Editora: Ambra University Press

Primeira edição: fevereiro de 2023 (Revisão 1.0a)

Autor: Marcelo Honorato

Título: A retroatividade do acordo de não persecução penal pela teoria econômica do crime:
uma análise de julgamentos de processos criminais da 1ª Vara Federal de Marabá em 1º e 2º graus

Tipo de publicação: Dissertação de mestrado

Programa: Master of Science in Legal Studies

Instituição: Ambra University (Orlando, FL).

Data da defesa pública: 9 de fevereiro de 2023



Formato e-book: PDF

ISBN: 978-1-952514-55-5 (e-book – PDF)

Ambra é uma marca da Ambra Education, Inc. registrada no U.S. Patent and Trademark Office.

Ambra University Press é uma divisão da Ambra Education, Inc.

Orlando, FL, EUA

<https://thesis.ambra.education> • <https://press.ambra.education/> • <https://www.ambra.education/>

Licença de Copyright

(https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR)

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional
(CC BY-NC-ND 4.0)



Citação APA

Honorato, M. (2023). *A retroatividade do acordo de não persecução penal pela teoria econômica do crime: uma análise de julgamentos de processos criminais da 1ª Vara Federal de Marabá em 1º e 2º graus* (ISBN No. 978-1-952514-55-5)

[Master's thesis, Ambra University].

<https://thesis.ambra.education>

Citação ABNT

HONORATO, Marcelo. **A retroatividade do acordo de não persecução penal pela teoria econômica do crime: uma análise de julgamentos de processos criminais da 1ª Vara Federal de Marabá em 1º e 2º graus**. 2023. Dissertação (Mestrado em ciências jurídicas) - School of Legal Studies, Ambra University, Orlando, Flórida, 2023.

MARCELO HONORATO

**A RETROATIVIDADE DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO
PENAL PELA TEORIA ECONÔMICA DO CRIME: UMA
ANÁLISE DE JULGAMENTOS DE PROCESSOS CRIMINAIS
DA 1ª VARA FEDERAL DE MARABÁ EM 1º E 2º GRAUS.**

Master's thesis approved by the evaluation board below as one of the requirements towards the Master of Science in Legal Studies degree by the School of Legal Studies at Ambra University.

Dissertação de mestrado aprovada pela banca de avaliação abaixo como um dos requisitos para a obtenção do título de Master of Science in Legal Studies da School of Legal Studies da Ambra University.

Date of the defense: February 9, 2023

Data da defesa: 09 de fevereiro de 2023.

Evaluation board:

Banca avaliadora:

fevereiro 9, 2023 | 7:42 PM EST

DocuSigned by:

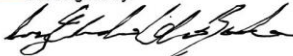


B26F55BDD8DA4B4...

Prof. Dr. Fernando Boarato Meneguim

fevereiro 9, 2023 | 7:45 PM EST

DocuSigned by:



946EAB08B87C49D...

Prof. Dr. Luiz Edmundo Celso Borba

February 9, 2023 | 4:42 PM PST

DocuSigned by:

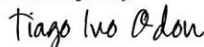


ABEED40E36BE43B...

Prof. Dr. Robinson Fernandes

fevereiro 9, 2023 | 4:47 PM PST

DocuSigned by:



39E3E21E0B0D4B8...

Prof. Dr. Tiago Ivo Odon

Orlando, Florida
Fevereiro de 2023

Dedico este trabalho aos meus pais, Osni e
Otília, à minha esposa Sinara e aos meus filhos,
Clara e Pedro.

Agradecimentos

A Deus, que sempre está indicando o melhor percurso, como o Pai que conduz o filho pelos caminhos da vida.

À minha família, pela compreensão das ausências e pela constante motivação em prosseguir com as pesquisas e estudos.

Ao Prof. Dr. Fernando Meneguim, pela cordialidade e precisão que monitoraram suas observações e críticas.

Aos servidores da 1ª Vara Federal de Marabá - Evando José Guimarães Martins Filho, Antonio Alves Teixeira Filho e Raimunda Pereira da Silva Resplandes, pelo auxílio na busca e organização dos processos criminais selecionados para instruírem esta pesquisa.

Resumo

Com a Lei 11.964, de 24 de dezembro de 2019 (Brasil), foi introduzido no direito criminal o acordo de não persecução penal (ANPP), ferramenta de justiça consensual penal dotada de amplitude material jamais vista no Direito Brasileiro. Entretanto, o escopo normativo que inseriu o ANPP não trouxe regras a respeito de sua intertemporalidade, o que gerou controvérsia na doutrina e jurisprudência quanto à aplicabilidade do novo instituto a processos criminais em tramitação ao tempo do início de sua vigência, isto é, a sua retroatividade processual.

Este estudo então promoveu, sob a ótica da teoria econômica do crime, uma análise dos efeitos da retroatividade do ANPP na dissuasão criminal e na eficiência processual e econômica da justiça criminal brasileira, a partir da compilação de dados estatísticos da 1ª Vara Federal de Marabá.

O resultados estatísticos apurados na base de dados da pesquisas foram capazes de demonstrar que a aplicabilidade retroativa do ANPP produz melhorias na dissuasão criminal, tendo em vista a projeção de aumento do grau de sancionamento de 12% para 57% nos acervos antigos, o que gerou melhoria nas curvas de criminalidade agregada e retributividade penal, parâmetros utilizados pela teoria econômica do crime para avaliar o grau de dissuasão de determinado sistema de justiça criminal.

A pesquisa também projetou os resultados apurados no estudo de Caso da 1ª Vara Federal de Marabá para todo o sistema de justiça criminal, com suporte em informações estatísticas dos Relatórios Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça, o que evidenciou que a incidência intertemporal do ANPP sem a fixação de marcos limitadores tem a potencialidade de extrair cerca de 419 mil ações penais da tramitação ordinária, o que

representa 8% do acervo criminal atual, além de promover a economia de aproximadamente R\$ 1,01 bilhão com a abreviação desses processos.

Enfim, a hipótese levantada por este estudo foi confirmada, no sentido de que a aplicação retroativa do ANPP promove melhoria na dissuasão criminal e na eficiência da gestão e dos custos do sistema de justiça criminal sob as balizas da teoria econômica do crime.

Palavras-chave: Direito penal. Direito econômico. Análise econômica do direito. Acordo de não persecução penal.

Lista de Figuras

Figura 1. Curva da criminalidade agregada – punição esperada & quantidade de crimes	21
Figura 2. Curva de retributividade penal – severidade da pena & seriedade do delito	22
Figura 3. Curva da criminalidade agregada & ANPP	94
Figura 4. Curva da retributividade penal & ANPP.....	97
Figura 5. Curva da criminalidade agregada & ANPP retroativo.....	101
Figura 6. Curva da retributividade penal & ANPP retroativo	102

Lista de Abreviaturas e Siglas

ANPP – Acordo de Não Persecução Penal

CGMP - Corregedoria-Geral do Ministério Público de São Paulo

GNCCRIM - Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNPG - Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União

CP – Código Penal

CPP – Código de Processo Penal

MPF – Ministério Público Federal

PGJ - Procuradoria-Geral de Justiça

PJe - Sistema do Processo Judicial Eletrônico

SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificado

TRF – Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Sumário

1. Introdução	12
2. A Teoria Econômica do Crime e o ANPP	17
2.1 Teoria econômica do crime em delitos de menor ofensividade	17
2.2 O acordo de não persecução penal	24
2.2.1 Conceituação	24
2.2.2 Requisitos objetivos e subjetivos.....	28
2.2.3 A compatibilidade do ANPP com os crimes de menor ofensividade.....	37
2.2.4 O enfoque do ANPP na teoria econômica do crime	41
2.2.5 A aplicabilidade retroativa do ANPP	49
3. Indicadores Estatísticos	54
3.1 Índice de sancionamento máximo sem o ANPP.....	56
3.2 Índice de sancionamento do ANPP	59
3.3 Curva de criminalidade agregada	60
3.4 Curva de retributividade penal	61
3.5 Parâmetros de coleta de dados.....	61
3.5.1 Resultados de julgamentos por crimes de cada réu	61
3.5.2 Índice de compatibilidade objetiva do ANPP por réu	63
3.5.3 Tempo médio de tramitação de ações penais em 1º grau	69
3.5.4 Tempo médio de tramitação de ações penais em 2º grau	70

3.5.5 Índice de recorribilidade do Ministério Público e dos réus	71
3.5.6 Índice de reversibilidade dos recursos do Ministério Público e dos réus	72
3.5.7 Índice de ações penais em acervos processuais	73
4. Estudo de Caso da 1ª Vara Federal de Marabá.....	74
4.1 Índice de compatibilidade objetiva do ANPP por réu	75
4.2 Tempo médio de tramitação das ações penais em 1º e 2º graus	77
4.3 Índice de recorribilidade do Ministério Público e dos réus	80
4.4 Índice de reversibilidade de recursos Ministério Público e dos réus.....	81
4.5 Índice de sancionamento máximo	83
4.6 Índice de sancionamento do ANPP	87
4.7 Índice de ações penais em acervos processuais	88
5. Análise dos Resultados Estatísticos Sob a Ótica da Teoria Econômica do Crime.....	90
5.1 Análise dos efeitos do ANPP na dissuasão criminal: criminalidade agregada e retributividade penal	90
5.2 Aplicabilidade retroativa do ANPP	99
5.2.1 Aplicabilidade retroativa do ANPP e efeitos na dissuasão criminal	99
5.2.2 Aplicabilidade retroativa do ANPP e efeitos na gestão e nos custos dos acervos processuais.....	103
6. Conclusão	111
Referências	119
Apêndice A.....	129
Apêndice B	133

Apêndice C	135
Anexo A.....	140

1. Introdução

A política de enfrentamento da criminalidade brasileira tem sido objeto de constantes atualizações e inovações legislativas, especialmente no campo processual, visando a promover maior eficácia à justiça criminal brasileira.

A introdução da justiça negocial criminal foi uma dessas estratégias, então iniciada com a Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Brasil), que trouxe dois inovadores institutos descarcerizadores para delitos de menor potencial ofensivo: a transação penal e a suspensão condicional do processo.

Recentemente, por intermédio da Lei 13.964, de 24 dezembro de 2019 (Brasil), o legislador incrementou a justiça consensual no sistema criminal brasileiro, ao criar o acordo de não persecução penal – ANPP, com a adoção de uma abrangente solução negocial criminal para delitos com menor ofensividade, visto que estabeleceu o patamar de pena mínima até quatro anos de prisão para sua aplicabilidade e desde que a infração tenha sido cometida sem violência ou grave ameaça, bem além dos limites de aplicação da justiça negocial até então existentes: pena mínima até um ano de prisão para a suspensão condicional do processo e pena máxima de dois anos de prisão para a transação penal.

Contudo, a aplicabilidade retroativa do ANPP encontra-se controvertida na doutrina (Andrade, 2022; Cabral, 2022) e nos tribunais (Brasil, 2020e, 2020f), por se tratar de um instituto pré-processual, de maneira que somente seria incindível aos casos em que a denúncia ainda não tenha sido recebida, limitando o campo de atuação da nova ferramenta negocial.

De outro lado, a teoria econômica do crime traz interessantes abordagens para a compreensão da dissuasão criminal em crimes racionais, ponderando a racionalidade dos indivíduos diante de estímulos e desestímulos para o cometimento de ilicitudes que o sistema de justiça criminal cria em determinado ambiente social (Araújo, 2002).

Nesse prisma, a curva de criminalidade agregada (Becker, 1968), consubstanciada na composição entre a quantidade de crimes cometidos e a probabilidade de receber alguma punição ao cometer esses ilícitos, e a curva de retributividade da sanção (Cooter & Ulen, 2010), formada pela diferença entre as vantagens obtidas com a prática do crime e as possíveis sanções aplicáveis, reproduzem o ambiente criminal que vetora a decisão do cidadão para o cometimento de um crime racional. Sob a ótica de teoria econômica do crime, tais parâmetros representam a capacidade dissuasória de determinado sistema de justiça criminal.

O ANPP destaca-se justamente por facilitar o sancionamento dos cidadãos denunciados pelo cometimento de delitos e, paralelamente, adotar sanções negociadas (Cabral, 2022), logo, com impactos diretos na criminalidade agregada e na retributividade criminal do sistema de justiça brasileiro.

Ao mesmo tempo, em razão da característica de aplicar sanções sem o emprego do processo criminal, o ANPP gera efeitos também na eficiência do sistema de justiça (Andrade, 2022), já que um resultado sancionatório será obtido mais rapidamente, assim como os acervos processuais das varas criminais e tribunais serão diminuídos, sem a necessidade de percorrerem a longa marcha processual penal.

A metodologia desta pesquisa empregará uma base de dados quantitativa e irá utilizar o método hipotético-dedutivo, por intermédio da aplicação de questionário analítico aos resultados de julgamentos em 1º e 2º graus de todos os casos constantes em relatórios estatísticos de processos criminais que receberam algum comando de sentença proferido na 1ª Vara Federal de Marabá entre os anos de 2015 e 2017 (Anexo A). Também serão utilizados os resultados das audiências de tentativa de celebração de ANPP realizadas entre 01.2020 e 10.2022 igualmente na 1ª Vara Federal de Marabá.

A partir da análise dos resultados do estudo de caso da 1ª Vara Federal de Marabá, esta pesquisa irá responder à seguinte indagação: a aplicabilidade retroativa do ANPP promove

melhoria na dissuasão criminal em crimes racionais e na eficiência processual e econômica da justiça criminal brasileira sob a ótica da teoria econômica do crime?

A pesquisa científica considera a hipótese de que a aplicabilidade retroativa do ANPP promove melhoria na dissuasão criminal em crimes racionais e na eficiência processual e econômica da justiça criminal brasileira, quando comparada com o quadro de tramitação ordinária de ações penais sem a possibilidade de incidência desse novo instituto de justiça consensual criminal.

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa é verificar, sob a ótica da teoria econômica do crime, se a retroatividade do ANPP gera melhoria no grau de dissuasão criminal em crimes racionais e na eficiência processual e econômica da justiça penal brasileira, a partir da análise dos resultados de julgamentos até segunda instância de casos criminais constantes dos relatórios estatísticos de processos criminais que tiveram algum comando de sentença proferido na 1ª Vara Federal de Marabá entre os anos de 2015 e 2017, e dos resultados de audiências para tentativa de ANPP também na 1ª Vara Federal de Marabá-PA, entre 01.2020 e 10.2022.

São propostos quatro objetivos específicos para aferir se a aplicação retroativa do ANPP gera melhoria no grau de dissuasão criminal em crimes racionais e na eficiência econômica e processual da justiça penal brasileira:

i. verificar se há incremento da dissuasão criminal pela curva de criminalidade agregada com a incorporação do ANPP, a partir da análise dos resultados de julgamentos em 1º e 2º graus de casos constantes dos relatórios estatísticos de processos criminais com algum comando de sentença proferido na 1ª Vara Federal de Marabá entre os anos de 2015 e 2017 e de resultados de audiências de tentativa de ANPP realizadas entre 01.2020 e 10.2022 também na 1ª Vara Federal de Marabá-PA;

ii. verificar se há incremento da dissuasão criminal pela curva de retributividade penal com a incorporação do ANPP, a partir da análise dos resultados de julgamentos em 1º e 2º graus

de casos constantes dos relatórios estatísticos de processos criminais com algum comando de sentença proferido na 1ª Vara Federal de Marabá entre os anos de 2015 e 2017 e de resultados de audiências de tentativa de ANPP realizadas entre 01.2020 e 10.2022 também na 1ª Vara Federal de Marabá-PA;

iii. verificar os impactos na dissuasão criminal (curvas de criminalidade agregada e de retributividade penal) obtidos com a aplicabilidade retroativa do ANPP aos processos em tramitação ao tempo do início da vigência desse novo instituto negocial;

iv. projetar os impactos na gestão de processos criminais com a aplicabilidade retroativa do ANPP, sob os parâmetros de volume de acervo, tempo de tramitação das ações penais e custos financeiros, considerando os processos criminais em tramitação em toda a justiça criminal brasileira, a partir dos novos índices de dissuasão criminal obtidos com o advento do ANPP e de dados disponíveis nos Relatórios Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (Brasil, 2020a, 2022a).

A presente pesquisa notabiliza-se pela busca de uma solução à controvérsia de aplicabilidade retroativa do ANPP, já que esse entrave processual tem repercutido em toda a justiça criminal brasileira, havendo argumentos jurídicos a favor e contra a retroatividade do ANPP (Andrade, 2022; Cabral, 2022). Contudo, fugindo da seara exclusivamente jurídica, a presente pesquisa irá iluminar a questão com elementos econômicos e seus reflexos na dissuasão criminal sob a ótica da teoria econômica do crime, que se destaca, dentre as teorias penalistas, pelo foco pragmático na análise comportamental dos infratores, aspecto central da função preventiva do direito penal.

Além dos efeitos do ANPP na dissuasão criminal, que por si só, poderão demonstrar as eventuais vantagens em sua aplicabilidade retroativa, o presente estudo ainda projetará os impactos da adoção retroativa do ANPP nos aspectos processuais e econômicos da justiça

criminal brasileira, parâmetros que podem evidenciar vantagens na aplicação dessa solução consensual a processos em tramitação ao tempo do início da vigência do ANPP.

A comprovação das vantagens da aplicabilidade retroativa do ANPP, tanto na melhoria da dissuasão criminal brasileira, como na promoção da eficiência econômica e processual do sistema de justiça criminal, certamente contribuirá para promover a melhor modulação temporal dessa nova modalidade de justiça consensual criminal brasileira.

2. A Teoria Econômica do Crime e o ANPP

Para balizar esta pesquisa, faz-se necessário apontar os fundamentos teóricos que lhe dão suporte, desde a contextualização da teoria econômica do crime para os delitos de menor ofensividade, passando pela apresentação dogmática do instituto do ANPP, até a abordagem das interfaces entre o ANPP e a teoria econômica do crime.

2.1 Teoria econômica do crime em delitos de menor ofensividade

A teoria econômica do crime propõe uma visão retributiva na análise da criminalidade, ao considerar a lucratividade a ser obtida pelo infrator com a prática de infração penal diante da possível sanção penal aplicável em crimes racionais. Nessa ótica, o binômio severidade da pena e possibilidade de condenação compõe a equação econômica que influi no comportamento dos indivíduos na seara criminal (Cooter & Ulen, 2010, p. 492).

Os estudos de Jeremy Bentham (1948) contribuíram fortemente para esse enfoque, ao estabelecerem que os indivíduos são maximizadores de seu bem-estar e, assim, decidem agir conforme seu julgamento de probabilidade de êxito, ainda que a conduta seja ilícita.

Necessário compreender que essa inteligência encontra maior ressonância com os crimes em que a conduta encontra prévia submissão à racionalidade, de forma que delitos de ódio, por exemplo, possuem menor aderência a essa teoria, já que a razão perde considerável espaço a condutas instintivas.

Portanto, os estudos desta pesquisa são fundados na análise de crimes racionais, cujo infrator é uma pessoa racional e amoral, definida por Robert Cooter e Thomas Ulen como “alguém que determina cuidadosamente os meios de se produzir fins criminosos sem ser limitado pela culpa ou por uma moralidade internalizada” (2010, p. 474).

Gary Becker (1968) delineou, sob as balizas de Bentham, o crime racional, no qual o indivíduo calcula o benefício a ser auferido com a prática da conduta criminosa e o preço a ser

pago em caso de receber alguma condenação do Estado, fatores então empregados no processo decisório de atuar no setor legal ou ilegal da sociedade (Araújo, 2002).

Giacomo Balbinotto Neto (2003, citado por Shikida & Amaral, 2021, p. 318) sintetiza com precisão a questão:

O argumento básico da abordagem econômica do crime é que os infratores reagem aos incentivos tanto positivos como negativos e que o número de infrações cometidas é influenciado pela alocação de recursos públicos e privados para fazer frente ao cumprimento da lei e de outros meios de preveni-los ou para dissuadir os indivíduos a cometê-los. Para os economistas, o comportamento criminoso não é visto como uma atitude simplesmente emotiva, irracional ou antissocial, mas sim como uma atividade eminentemente racional.

O objetivo de Becker (1968, citado por Longo, 2018, p. 56) foi de determinar o quantitativo ótimo de recursos e punições para prevenir e dissuadir a criminalidade racional a um nível aceitável a partir dos prejuízos sociais gerados pelos crimes.

Ainda que os crimes econômicos tenham maior compatibilidade com os crimes racionais, esses não devem ser reduzidos aos delitos que geram algum lucro econômico (Shikida & Amaral, 2021), mas a condutas ilícitas que produzam qualquer vantagem que seja modulada por uma análise de risco pelo infrator, variável conforme os estímulos e desestímulos presentes em determinado sistema de justiça criminal (Cooter & Ulen, 2010).

Seguindo esse escopo, a expressão econômica delito-punição foi projetada nos aspectos da severidade da pena atribuída à conduta criminosa e da probabilidade de condenação do indivíduo (Becker, 1968), essa última que possui firme liame econômico, visto que haverá maior probabilidade de condenação à proporção que o Estado dedica maiores investimentos para promover mais eficiência ao sistema de justiça.

Nessa composição fatorial, quando a lei penal impõe penas mais graves aos delitos, mesmo que atrelada a um sistema de justiça de baixa probabilidade de condenação, há produção

de efeito inibidor à prática da conduta ilícita, com a vantagem de não exigir altos investimentos do Estado na área de Justiça.

De forma exemplificativa, determinada conduta ilícita que tenha a previsão de pena de 2 (dois) anos de reclusão e sob probabilidade de condenação de 50%, produz um índice dissuasório de uma unidade ($2 \times 0,5$). Paralelamente, esse mesmo índice de dissuasão é alcançado ao se estabelecer pena de 10 (dez) anos de reclusão, sob a probabilidade de 10% de condenação ($10 \times 0,1$).

Todavia, para que o sistema de justiça abandone o percentual de eficiência de sancionamento de 10% e alcance 50% será necessário elevado investimento estatal e, mesmo sob tal grau de aporte de recursos, estará produzindo idêntico índice dissuasório (uma unidade) quando se fixam penas graves sem incremento na eficiência do sistema de justiça (Cooter & Ulen, 2010). Logo, o crime racional é mais eficientemente prevenido, sob a ótica econômica, com a adoção de penas mais severas, que exigem menor aparato do Estado para viabilizar uma condenação com mesma capacidade dissuasória.

Ocorre que a opção de agravar as penas indistintamente encontra resistência não somente na ofensa a princípios caros da justiça criminal, como o princípio da proporcionalidade da pena, erguido desde a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789¹ (Bitencourt, 2010), como, também, em perspectivas da teoria econômica do crime, que considera a alocação de penas severas a condutas menos ofensivas como geradora de prejuízo à dissuasão de crimes mais graves. Nessa ótica, explicam Robert Cooter e Thomas Ulen (2010. p. 491):

Imagine, por exemplo, que a prisão perpétua é a pena máxima disponível em uma sociedade, e que a lei ordena a prisão perpétua por apropriação indébita. Agora imagine que um policial

¹ Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 (França, 1789):

“Artigo 8º- A Lei apenas deve estabelecer penas estrita e evidentemente necessárias, e ninguém pode ser punido senão em virtude de uma lei estabelecida e promulgada antes do delito e legalmente aplicada.”

persegue um ladrão armado. Se o policial prender o ladrão, o criminoso ficará preso pelo resto da vida, de acordo com a lei draconiana em validade. Assim, o ladrão não tem por que não tentar atirar no policial. Se matá-lo, pode fugir. Se não, não há qualquer punição adicional disponível, pois a apropriação indébita já é máxima.

De outro lado, num conjunto social em que a probabilidade de condenação é baixa, como nos países dotados de sistema de justiça criminal ineficiente, as condutas vinculadas a penas com menor severidade permanecem sob insignificante dissuasão, haja vista a sua dupla ponderação negativa: baixa severidade da pena e baixa probabilidade de condenação.

Não se pode deixar de consignar a compreensão de Beccaria (2006, citado por Salama, 2017, p. 73) de que a melhor política criminal está em prevenir os crimes do que os punir, o que nos leva a refletir sobre a eficiência econômica de determinado sistema de justiça criminal, visto que está diretamente relacionada ao seu poder dissuasório em crimes racionais.

Robert Cooter e Thomas Ulen (2010) também projetaram a dissuasão penal sob a lei da demanda de mercado, denominando-a de “Primeira Lei da Dissuasão”, ao considerar que os indivíduos menos procuram determinado bem quanto mais elevado seu preço, concluindo que a quantidade de crimes (x) diminui à proporção que a punição esperada aumenta (y), gerando uma criminalidade agregada decrescente.

A disposição gráfica da Figura 1 de Robert Cooter e Thomas Ulen (2010, p. 480) destaca o forte efeito que a probabilidade de condenação produz na curva da criminalidade de determinada comunidade, dado que sua elevação gera um aumento da percepção da punição esperada aos indivíduos, que, em termos econômicos, representa o aumento de seu preço (Becker, 1968).

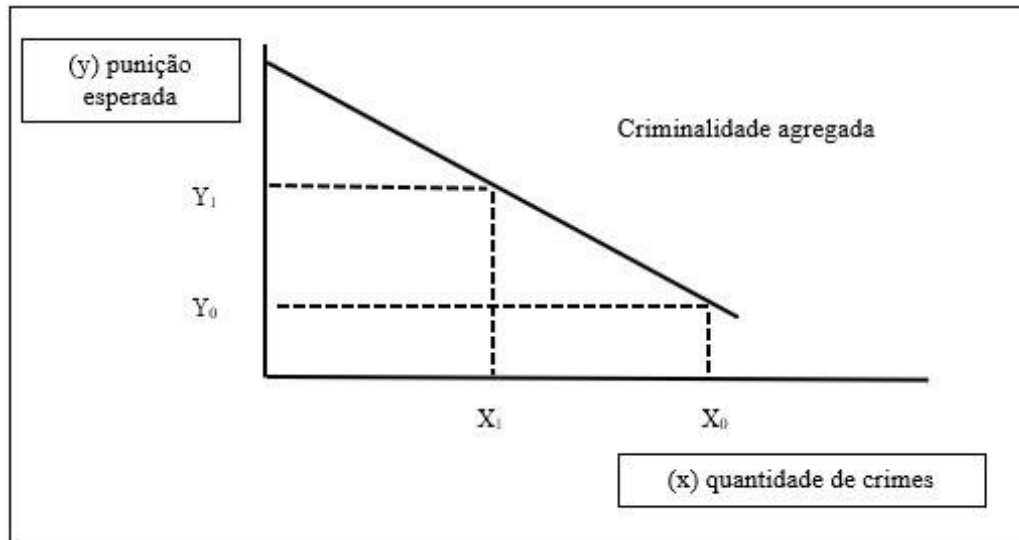


Figura 1. Curva da criminalidade agregada – punição esperada & quantidade de crimes

Em resumo, delitos com baixa severidade de sanção, naturalmente vinculados a penas mais leves, ao serem submetidos a um sistema de justiça com baixa probabilidade de condenação (y_0) compensam economicamente, o que os mantém em maior índice de criminalidade (x_0). Consequentemente, a elevação da percepção de uma punição (y_1) provoca a diminuição da quantidade de crimes (x_1), em paralelo à diminuição da demanda com a subida do preço do produto.

Robert Cooter e Thomas Ulen (2010) também traçaram, graficamente, a dissuasão criminal sob os parâmetros de retribuição penal que determinado sistema de justiça implementa, isto é, um comparativo entre o ganho obtido pelo infrator com o cometimento do delito e a punição esperada, de maneira a indicar se a conduta criminoso é vantajosa economicamente.

Nessa abordagem, os doutrinadores defendem (Cooter & Ulen, 2010) que a retribuição penal eficaz, capaz de dissuadir o comportamento criminoso, sempre deve estar acima da retribuição perfeita, que é aquela em que existe identidade entre os ganhos e as perdas, apontando aos infratores que o cometimento da infração não compensa diante da penalização que terão que suportar.

A Figura 2, extraída da obra Direito e Economia de Robert Cooter e Thomas Ulen (2010, p. 477), ilustra a dissuasão criminal sob os parâmetros da retributividade penal com o infrator que obteve ganho de \$1.000 (seriedade do delito) e possui previsão de punição de \$2.000. Submetida tal conduta ao sistema de justiça criminal com índice de sancionamento de 75%, a punição esperada passa para o patamar de \$1.500, localizada acima da retribuição perfeita, essa que possui identidade com o ganho auferido (\$1.000).

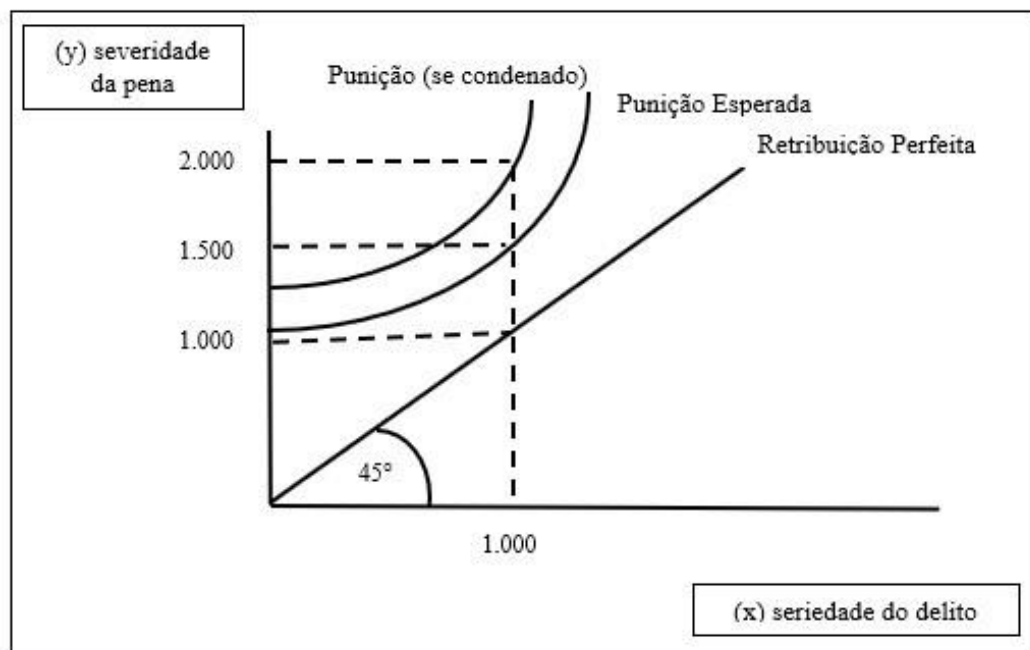


Figura 2. Curva de retributividade penal – severidade da pena & seriedade do delito

Em termos práticos, a curva de retributividade penal da Figura 2 aponta que punição esperada naquele sistema de justiça tem capacidade de dissuadir o criminoso da prática de delitos, visto que se mantém superior aos ganhos obtidos, inclusive em delitos de baixa seriedade (danos abaixo de \$1.000), que também se mantém acima da retributividade perfeita.

A qualidade da pena a ser aplicada ao infrator é outro aspecto que fortemente influencia na eficiência econômica de determinado sistema de justiça. No ponto, a pena pecuniária,

segundo a teoria econômica do crime, perfila o melhor custo social das punições, já que esse não é suportado apenas pelos criminosos, mas por toda a sociedade (Becker, 1968).

A teoria econômica do crime ressalta que não é somente o alto custo de execução que torna a pena de prisão mais desfavorável que a pena pecuniária (Shikida & Amaral, 2021), mas, também, a ausência de reparação econômica do prejuízo à vítima e os custos de oportunidade, derivados da indisponibilidade de trabalho daqueles aprisionados no período de cárcere (Cooter & Ulen, 2010).

É certo que o aprisionamento do infrator pode se mostrar necessário para funcionar adequadamente como mecanismo de prevenção criminal em condutas delitivas mais graves, como naquelas em que o dano à vítima é incomensurável, a exemplo do homicídio, de forma que a aplicação de penas pecuniárias não produziria efeitos dissuasórios (Posner, 1985, citado por Longo, 2018, p. 66).

In contraio sensu, se o delito cometido é de menor ofensividade, não há sentido em deixar de adotar solução penal mais favorável economicamente ao Estado e à sociedade, considerando que a punição aplicável não exige encarceramento.

A par dessas características econômicas do direito criminal, os legisladores têm buscado alternativas negociadas, para que os infratores denunciados pelo cometimento de delitos com menor ofensividade recebam alguma forma de sanção, o que eleva a punição esperada na balança econômica do crime sem exigir investimentos do Estado no sistema persecutório, evitando de submetê-los a sistemas de justiça com baixa probabilidade de condenação.

Paralelamente, as sanções negociadas, geralmente, não impõem carcerização ao indivíduo, evitando gerar custos ao Estado, que, como visto, obtém um ganho social positivo com a aplicação de penas pecuniárias em geral.

2.2 O acordo de não persecução penal

2.2.1 Conceituação

A Lei 13.964, de 24 dezembro de 2019 (Brasil, 2019), incluiu na lei processual penal brasileira um novo instituto negocial criminal: o acordo de não persecução penal - ANPP, cujo conceito jurídico será delineado neste momento.

Pode-se afirmar que o ANPP é um negócio jurídico pré-processual e extrajudicial (Carvalho, 2021; Silva, 2020), obrigatoriamente homologado judicialmente (Carvalho, 2021) e de natureza pública (Cabral, 2022), no qual as partes estabelecem direitos e obrigações com objetivo de convencionarem medidas despenalizadoras (Resende, 2020) como condição para que não ocorra a persecução penal na esfera judicial (Andrade, 2022; Carvalho, 2021) ou seja obstado seu prosseguimento (Andrade, 2022).

A partir da visão da teoria econômica do crime, é certo considerar que o ANPP tem efeito descarcerizador e, não, propriamente despenalizador, na medida em que representa uma resposta sancionatória do Estado por consequência exclusiva do cometimento de infrações penais, ainda que obtida consensualmente, logo, funcionando como uma punição esperada pela prática de determinado ilícito.

Os processualistas, de modo geral, sustentam que o objetivo do ANPP é de otimizar o sistema de justiça criminal (Carvalho, 2021; Silva, 2020), ligado à desburocratização da justiça, celeridade e eficiência processual (Rufato, 2020) e, por fim, à satisfação da vítima na reparação do dano sofrido (Cabral, 2022).

Em paralelo aos institutos negociais anteriores ao ANPP, transação penal e suspensão condicional do processo, e em que pese divergência de Augusto César Leite de Resende (2020), os tribunais não compreendem que a oferta do ANPP figure com um direito subjetivo do

investigado, mas se consolida com o encontro de vontades do réu e do Ministério Público, que exerce o poder-dever relativo à sua titularidade para manejar a ação penal (Brasil, 2022e).

Sobre o aspecto constitucional, há inteligência de que o ANPP representa uma mitigação do princípio da obrigatoriedade da ação penal devidamente autorizada por lei (Castro & Meira, 2021), em consonância com o permissivo constitucional que estabeleceu o exercício da titularidade da ação penal ao Ministério Público “na forma da lei”, como precisamente pontuado por Flávio da Silva Andrade (2022, p. 245).

Paralelamente, colhe-se doutrina de Rodrigo Leite Ferreira Cabral que visualiza o ANPP como o exercício oportuno dessa obrigatoriedade, em que o emprego de institutos de solução consensual pode constituir “a resposta mais efetiva e célere aos casos penais e longe está de violar o mandamento de persecução. Muito pelo contrário, o realiza de forma muita mais plena e eficiente” (Cabral, 2022, p. 38).

No ponto, questão relevante surge a respeito da aplicabilidade do ANPP às ações penais privadas, visto que a lei processual nada trouxe quanto a esse campo de incidência. Apesar de divergências (Silva, 2020; Carvalho, 2021), prepondera o entendimento de possibilidade de emprego do ANPP às demandas criminais de titularidade privada (Lopes & Josita, 2020; Cabral, 2022), tal como ocorreu em relação aos institutos da transação penal e suspensão condicional do processo, cujas legislações foram igualmente silentes a este respeito e os tribunais acolheram a tese de aplicabilidade (Brasil, 2002).

Seguindo a regra de interesse processual privado, caberá à vítima ofertar e conduzir a resolução consensual, cuja omissão, na visão de Rodrigo Leite Ferreira Cabral (2002), deve ser compreendida como obstrutiva ao Ministério Público para promover o acordo supletivamente enquanto outra vertente assevera que o Ministério Público, na condição de *custos legis*, poderá propor a solução consensual (Lopes & Josita, 2020).

Numa abordagem estrita, é possível afirmar que as obrigações negociadas pelo ANPP não são penas em sua natureza jurídica ordinária (Cabral, 2022; Carvalho 2021), embora sejam pactuadas em razão exclusiva do suposto cometimento de infrações criminais, o que lhes confere natureza penal anômala. Todavia, não são sanções carcerizantes, já que dotadas de caráter essencialmente econômico, como pagamento de prestação pecuniárias, prestação de serviços à comunidade, reparação do dano à vítima e renúncia a bens ou direitos que figurem como instrumento, produto ou proveito do crime (art. 28-A, §2º, incisos I a V; Brasil, 1941).

Relevante, ainda, distinguir o ANPP de outros institutos empregados pela justiça penal consensual, como o acordo de admissibilidade de culpa, o *plea bargaining* e o acordo para obtenção de prova.

O ANPP e o acordo de admissão de culpa têm em comum a assunção da culpa, porém, diferenciam-se pelos efeitos jurídicos que produzem. Isso, porque, o reconhecimento de culpa pelo investigado no ANPP ocorre antes da admissibilidade da ação penal, enquanto os acordos de admissão de culpa são firmados após, cuja assunção da culpa afasta a presunção de inocência e permite a imposição de penas pactuadas (Souza, 2019, citado por Andrade, 2022, p. 243), diferente das obrigações pactuadas no ANPP, naturalmente rescindíveis.

O ANPP também não encontra ressonância com o *plea bargaining*, muito utilizado pelo sistema de justiça penal americano, já que esse, embora possa ser pactuado na fase pré-processual, pressupõe a existência de condenação e, conseqüentemente, gera a imposição de pena, que é justamente objeto de barganha entre o infrator e o órgão acusador (Sousa, 2020); assim, o investigado faz o acordo, sofre condenação e, logo em seguida, são aplicadas as cláusulas pactuadas a respeito das penas. Como visto, o ANPP não incorpora condenação criminal e, por isso, não impõe pena ao investigado em seus termos ordinários, especialmente quanto ao grau de coercibilidade executiva.

Ao mesmo tempo, o ANPP não funciona como meio de obtenção de prova, contentando-se com a confissão do investigado (Coelho, 2022), o que lhe distingue da colaboração premiada, prevista na Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013 (Brasil, 2013), cuja finalidade é essencialmente levantar informações e conseguir provas, mesmo que, em certos casos, possam premiar o colaborador com a vantagem de não oferecimento da denúncia (Cabral, 2022).

Igualmente difere-se o ANPP da colaboração espontânea, disposta na Lei 9.613, de 03 de março de 1998 (Brasil, 1998b), já que, além da exigência de a iniciativa colaborativa partir do acusado, seus efeitos não abrangem o não oferecimento da denúncia, mas, somente, a modulação do *quantum* da pena a ser aplicada e sua forma de execução.

Por fim, necessário identificar os aspectos que diferenciam o ANPP de outros institutos negociais adotados pela legislação penal brasileira e que possuem natureza jurídica próxima: a transação penal e a suspensão condicional do processo.

Transação penal e suspensão condicional do processo se diferenciam do ANPP por não exigirem admissão de culpa, então requerida pelo ANPP, assemelhando-se, segundo Luiz Flávio Gomes (citado por Andrade, 2022, p. 207), ao instituto *nolo contendere* do direito penal norte-americano, em que o investigado nem defende sua inocência nem admite a culpa (Sheb & Sharma, 2015).

De certo, existe maior proximidade entre a transação penal e o ANPP por serem institutos de negociação penal pré-processuais, porém, o ANPP possui maior aplicabilidade material, ao abarcar delitos com pena mínima inferior a 4 anos e a transação penal pena máxima até dois anos, embora essa última não exclua condutas delitivas com violência ou grave ameaça, fator impeditivo para o ANPP.

Por outro lado, o ANPP é dotado da vantagem de prever a suspensão do prazo prescricional da pretensão punitiva do Estado enquanto não cumprido ou rescindido o acordo

(art. 116, inciso IV; Brasil, 1940), efeito inexistente na transação penal da lei dos juizados especiais criminais (Brasil, 1995).

A suspensão condicional do processo, por seu turno, também carrega outras diferenças em relação ao ANPP. Uma delas é o fato de o investigado, ao celebrar o acordo para suspender o processo penal, já ostentar condição de réu (Coelho, 2022, p. 28), de forma que há exame judicial de admissibilidade da denúncia. Todavia, não se pode esquecer que o juiz, ao promover a homologação do ANPP, deverá aferir se não se trata de caso de arquivamento (art. 28-A, *caput*; Brasil, 1941), o que exige a mesma análise da justa causa da ação penal, ainda que, formalmente, o investigado não passe à condição de réu para entabular o ANPP.

Não se pode olvidar que excepcional aplicação do ANPP aos processos em curso quando do início de sua vigência, logo, com denúncia criminal já recebida, subtrairá a distinção acima, haja vista que será beneficiado com o ANPP infrator que ostenta a condição de réu.

O campo de incidência da suspensão condicional do processo é menor que aquele destacado ao ANPP, pois que abrange delitos com pena mínima até um ano de prisão, ao passo que o ANPP é bem mais elástico, ao tangenciar crimes com pena mínima inferior a quatro anos.

Salvo nos casos de violência doméstica ou familiar, a suspensão condicional do processo, tal como a transação penal, não elide a pactuação do acordo penal em caso de delitos praticados com violência ou grave ameaça, o que lhes distingue do ANPP, expressamente obstado a ser pactuado nesses casos (art. 28-A, *caput*; Brasil, 1941).

2.2.2 Requisitos objetivos e subjetivos

A ANPP recebeu detalhado regramento legal, de onde se extraem os diversos requisitos objetivos e subjetivos para sua adoção nos casos concretos. O elevado nível de exigências legais do novo instituto de justiça penal consensual é objeto de críticas, que prevê baixa aplicabilidade prática ao novo instituto (Silva, 2020)

Uma primeira característica do ANPP é a essência extraprocessual do instituto e sua anterioridade à fase de recebimento da denúncia, o que ensejará apenas sua posterior homologação judicial (Silva, 2020), sem desconsiderar a excepcional possibilidade de celebração do acordo naqueles processos em tramitação ao tempo do início da vigência do instituto, assim, depois do recebimento da denúncia. Portanto, trata-se de instituto com menor custo financeiro ao Estado, se o próprio sistema de justiça criminal é razoavelmente poupado dessa demanda, com a adoção de procedimentos simplificados e céleres (Andrade, 2018).

Da fase de oferecimento da denúncia, salta-se para a fase de cumprimento das sanções negociadas pelo juiz de execuções penais (art. 28-A, §6º; Brasil, 1941), diminuindo vertiginosamente o custo do processo e imprimindo, desde logo, uma retribuição criminal ao infrator.

A abrangência material é a maior novidade desse novo instituto de solução consensual penal, visto que o ANPP tangencia condutas tipificadas com pena privativa de liberdade mínima inferior a 4 (quatro) anos (art. 28-A, *caput*; Brasil, 1941), o que lhe promoveu elevada amplitude, visto que a pena mínima de muitos crimes é fixada pelo legislador, frequentemente, de forma bem acanhada, ainda que a pena máxima seja elevada, justamente para permitir uma melhor individualização da pena ao caso concreto pelo juiz. Bem exemplificam esse cenário o delito de peculato (art. 312; Brasil, 1940) e de homicídio (art. 121; Brasil, 1940): o primeiro com pena entre 2 e 12 anos, e o segundo de 6 a 20 anos.

Para aferir o requisito objetivo da pena cominada ao crime investigado, a própria lei processual estabeleceu que as causas de aumento e diminuição de pena devem ser consideradas no caso concreto (art. 28-A, §1º; Brasil, 1941), cenário legislativo inovador, já que, nos casos de transação penal e suspensão condicional do processo, a lei penal não lhes previu, sendo tal regra então firmada pelo Poder Judiciário, como refletem os enunciados de súmula do Superior

Tribunal de Justiça n. 243 (Brasil, 2000) e do Supremo Tribunal Federal n. 723 (Brasil, 2003), ante o silêncio da lei penal (Andrade, 2022).

Na valoração das causas de aumento e diminuição de pena, doutrina uníssona tem defendido, da mesma forma como ocorre com a transação penal e a suspensão condicional do processo, que os fatores majorantes sejam dimensionados no mínimo e as minorantes ao máximo (Andrade, 2022; Cabral, 2022; Lopes & Josita, 2020), inteligência essa compartilhada também pelo Ministério Público, ao remeter o Enunciado n. 29 do CNPD/GNCCCRIM (Brasil, 2020c) ao Enunciado da Súmula n. 723 do Supremo Tribunal Federal (Brasil, 2003), que fixa a causa de aumento do crime continuado em seu patamar mínimo.

Sob essas balizas, o Ministério Público do Paraná aprovou, por sua Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, o Enunciado n. 7: “Para os fins do disposto no art. 28-A, §1º, do Código de Processo Penal, serão consideradas, nas majorantes, as frações de aumento mínimo, e nas minorantes, as frações de diminuição máxima.” (Paraná, 2022).

Outro requisito objetivo da lei processual para a aplicação do ANPP é a prática da infração sem violência ou grave ameaça (art. 28-A, *caput*; Brasil, 1941), aspecto simétrico ao instituto da substituição de penas privativas de liberdade. Pontue-se que prevalecem compreensões de que tal gravame deve ser contra pessoa e não contra coisas (Andrade, 2022; Carvalho, 2021; Rufato, 2020), da mesma forma como estabelece a lei penal para o instituto da substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, embora, nesse último caso, o art. 44 da norma penal tenha sido expreso “I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa” (Brasil, 1940).

Paralelamente, há entendimento doutrinário² (Carvalho, 2021; Silva 2020) e do Ministério Público (São Paulo, 2020b), no sentido de que a violência em crimes culposos

² Em sentido contrário: Rodrigo Leite Ferreira Cabral (Cabral, 2022, p. 97).

também não impede a celebração do ANPP, posto que a violência impeditiva do ANPP não basta estar presente apenas na conduta criminal, mas deve ser um fim pretendido pelo agente. Tal quadro também é encontrado na substituição da pena do art. 44 do Código Penal (Brasil, 1940), visto que, ao estabelecer a restrição de emprego do instituto em casos de violência ou grave ameaça, fez tão somente quanto aos delitos dolosos, não impondo tal restrição em relação aos culposos.

A lei processual penal ainda trouxe outros dois elementos objetivos que excluem a utilização do ANPP: a precedência da transação penal e os casos em que envolvam violência doméstica ou familiar ou praticados contra mulher em razão das condição de sexo.

A precedência da transação penal reflete, numa maior porção, legítima opção política-criminal do legislador, até mesmo por ser um instituto menos abrangente e especial, visto que previsto na lei dos juizados especiais criminais (Brasil, 1995). Entretanto, deve-se salientar que a transação penal, dentro de seu escopo de aplicabilidade material (delitos com pena máxima até 2 anos), ultrapassa ligeiramente o ANPP, visto que não exclui, em regra, os casos em que exista violência contra pessoa, fator esse impeditivo para ANPP.

A lei processual também trouxe a vedação de aplicabilidade do ANPP aos casos de violência doméstica crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino (art. 28-A, §2º, inciso IV; Brasil, 1941).

A limitação de uso da justiça penal consensual em casos de violência doméstica ou familiar já existe quanto aos institutos da transação penal e suspensão condicional do processo desde a Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006 (art. 41; Brasil, 2006b). Porém, observa-se que a Lei 13.964/2019 (Brasil, 2019) foi mais abrangente, pois não condicionou que a violência doméstica ou familiar seja especificamente cometida contra mulher, como ocorre nos casos previstos pela Lei 11.340/2019 (Carvalho, 2021).

Paralelamente, há que se considerar que a existência de limitação de aplicabilidade do ANPP aos casos de violência ou grave ameaça fixado genericamente no *caput* do art. 28-A já seria suficiente para impedir o seu emprego aos casos de violência doméstica ou familiar. Todavia, da redação do *caput* art. 5ª da Lei 11.340/2006 (Brasil, 2006b), que traz as definições de violência doméstica e familiar, deduz-se que a prática dessa modalidade de violência não se restringe à pessoa, abrangendo, também, danos contra bens materiais: “Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.” (Brasil, 2006b).

Mais à frente, a Lei 13.340/2006 (Brasil, 2006b) define, no inciso IV do art. 7º, o escopo material de violência patrimonial para fins penais e, assim, de vedação de aplicabilidade dos instrumentos de justiça negocial penal da Lei 9.099/1995 (Brasil, 1995) e, consequentemente, para o ANPP: “IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;”.

Logo, não caberá a utilização do ANPP aos delitos relacionados com violência doméstica ou familiar, qualquer que seja a vítima e mesmo que o ato violento seja contra coisas.

A vedação de utilização do ANPP aos delitos praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, por sua vez, é mais ampla que a regra do *caput* do art. 28-A (Brasil, 1941), que traz o impedimento de uso dessa modalidade de justiça negocial penal aos casos de violência ou grave ameaça contra pessoa, visto que a proibição do ANPP aos crimes cometidos contra mulher por razões da condição de sexo feminino não tem a condicionante de ser crime violento, mas qualquer um, desde que tenha essa motivação especial (Carvalho, 2021).

Importante registrar que, para operação da vedação de aplicabilidade do ANPP às infrações praticadas contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, tais delitos não precisam ter ocorrido no âmbito doméstico ou familiar, mas em qualquer local (Cabral, 2022).

Segundo Flávio da Silva Andrade (2022, p. 249), as vedações de incidência do ANPP aos delitos relacionados com violência doméstica, familiar e contra a mulher por razões de sexo “Trata-se de uma opção de caráter político-criminal que sinaliza a intensão de reprimir com mais rigor esse tipo de delinquência.”.

Há ainda um último requisito objetivo para que o ANPP possa ser entabulado: a existência de confissão formal e circunstancial da prática da infração penal (art. 28-A, *caput*; Brasil, 1940). No ponto, trata-se de requisito condicional para que o acordo possa ser fechado, amoldando-se mais a uma cláusula do negócio jurídico a ser pactuado que um elemento prévio ao início da solução consensual e, desse modo, a inexistência de confissão em sede de inquérito policial não prejudica eventual ANPP (Soares & Dauger, 2021), que deverá ser ratificada em juízo (art. 28-A, §4º; Brasil, 1941).

Entrementes, há severas críticas de constitucionalidade (Andrade, 2020) quanto ao requisito da confissão da prática do delito formal e circunstancial pelo investigado³, inclusive com impugnação no âmbito do Supremo Tribunal Federal (Brasil 2020a, 2020b), como o ferimento ao princípio da presunção de inocência (Silva et al., 2020); à regra de vedação de autoincriminação (Castro & Meira, 2021) e à quebra de isonomia entre o culpado e o inocente, na precisa lição de Walter Nunes da Silva Júnior (citado por Andrade, 2022, p. 255), que retira do inocente a possibilidade de uma solução negocial, restando-lhe tal possibilidade somente se confessar um delito que não cometeu (Andrade, 2022).

A novidade legislativa processual penal também incluiu quatro requisitos subjetivos, relacionados com a pessoa do infrator ou à análise particular da conduta praticada, para permitir

³ Em sentido contrário: Sandro Carvalho Lobato de Carvalho (2021) e Rodrigo Leite Ferreira Cabral (2022).

a adoção do ANPP: reincidência, ausência de benefícios da justiça consensual deferidos ao infrator nos últimos cinco anos do cometimento da infração, juízo de suficiência da solução negocial penal para a reprovação e prevenção do crime e de habitualidade criminosa do infrator.

O requisito da inexistência de reincidência (art. 28-A, §2º, inciso II, primeira parte; Brasil, 1941), embora seja analisado a partir da pessoa do infrator, relaciona-se a critério aferível no plano objetivo, já que se trata de qualificação temporal decorrente de critérios fixados concretamente pela lei penal: data do trânsito em julgado de condenação e interregno posterior de cinco anos ao fim do cumprimento da pena ou de sua extinção (arts. 63 e 64; Brasil, 1940).

A ausência de concessão de benefícios da justiça consensual ao infrator nos últimos cinco anos do cometimento da infração (art. 28-A, §2º, inciso III; Brasil, 1941) é outro requisito subjetivo, mas objetivamente aferido. Nessa regra, a lei processual discriminou os fatos geradores de impedimento: ANPP, transação penal e suspensão condicional do processo. No ponto, observa-se que o legislador não incluiu a existência de benefício anterior decorrente de colaboração premiada como impeditiva do ANPP, outra modalidade de justiça negocial existente no direito criminal brasileiro (Brasil, 2013).

Seguindo os caros postulados do direito penal, como a vedação de interpretação *in mallan partem* (Brandão, 2008; Gomes, 2006), certamente o órgão oficiante do Ministério Público não poderá fundamentar eventual negativa de oferta de ANPP em razão da existência de benefício anterior decorrente de colaboração premiada (art. 3ª-A; Brasil, 2013), o que não exclui a possibilidade de o fazer com fulcro no requisito subjetivo de suficiência de nova solução consensual penal para a reprovação e prevenção do crime, exceto no caso de a colaboração premiada ter sido pactuada na modalidade de não oferecimento de denúncia, então prevista nos parágrafos 3º e 4º do art. 4º-A da lei de combate ao crime organizado (Brasil, 2013),

haja vista a identidade da natureza jurídica dessa forma de não persecução penal com aquela da lei processual comum, ainda que dotados de requisitos diferentes (Sousa, 2020).

O ANPP também apresenta contornos especiais quando a prática criminosa for relacionada à prática de lavagem de capitais, então regulada pela Lei 9.613, de 03 de março de 1998 (Brasil, 1998b), que envolve um crime antecedente, origem dos bens e valores ilícitos, e o crime de lavagem propriamente dito, que é a busca da aparência de licitude dos recursos obtidos no cometimento do crime antecedente.

Nesse sentido, caso o crime antecedente e o de lavagem de capitais sejam processados conjuntamente, não haverá maiores problemas, já que a soma das penas mínimas dos delitos denunciados facilmente possibilitará aferir a incidência do ANPP, ao lado da análise dos demais requisitos legais no caso concreto, como ausência de violência ou grave ameaça.

Entrementes, caso o crime antecedente seja denunciado isoladamente, especialmente quando ainda não exista conhecimento da prática de lavagem dos recursos obtidos com o delito apurado, eventual pactuação de ANPP e consequente extinção de punibilidade do delito antecedente, segundo dispositivo expresso da Lei 6.913/1998, não impedirá o processamento do crime de lavagem (art. 2º, §1º; Brasil, 1998b):

Art. 2º, § 1º A denúncia será instruída com indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, sendo puníveis os fatos previstos nesta Lei, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor, ou extinta a punibilidade da infração penal antecedente.

O Superior Tribunal de Justiça tem dado uma interpretação ampla ao dispositivo acima desde a sua versão original (HC 137.628; Brasil, 2010) quando ainda não possuía a parte final “ou extinta a punibilidade da infração penal antecedente”, aplicável aos efeitos de eventual ANPP. Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça tem se contentado com a mera existência de indícios do delito antecedente não somente para instruir a denúncia do crime de lavagem, como, também, para viabilizar a condenação do acusado (RHC 158.293; Brasil, 2022f).

Fábio Roberto D'Ávila (1999) diverge desse permissivo, posto que o doutrinador compreende que a infração antecedente funciona como elemento objetivo do tipo de lavagem de capitais, a exigir que o delito originário seja robustamente comprovado para que ocorra a condenação do delito de lavagem, já que a constatação de alguma circunstância justificante, erro de tipo invencível ou ausência de elemento subjetivo na conduta do crime antecedente subtrai a sua formalidade criminal, a comprometer a tipicidade das condutas tipificadas na Lei 9.613/1998 (Brasil, 1998b).

Já os outros últimos dois requisitos subjetivos legais para celebração do ANPP exigem uma valoração subjetiva da conduta ou do infrator. O primeiro deles estabelece que a solução negocial seja “necessária e suficiente para reprovação e prevenção do crime” (art. 28-A, *caput*; Brasil, 1941), assim, carregando certa discricionariedade do membro do Ministério Público (Coelho, 2022). Exatamente nessas balizas que foi construído o Enunciado n. 21 da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) e Corregedoria-Geral do Ministério Público de São Paulo (CGMP):

A proposta de acordo de não persecução penal tem natureza de instrumento de política criminal e sua avaliação é discricionária do Ministério Público no tocante à necessidade e suficiência para a reprovação e prevenção do crime. Trata-se de prerrogativa institucional do Ministério Público e não direito subjetivo do investigado. (São Paulo, 2020a)

O último requisito subjetivo que impede o ANPP e requer uma investigação subjetiva da pessoa do infrator é a habitualidade criminal do investigado (art. 28-A, §2º, inciso II, segunda parte; Brasil, 1941), conceito relacionado a um modo de vida criminoso (Longo, 2018), mas que não recebeu definição legal e, por lógico, diferencia-se da reincidência, já inclusa como outro requisito obstrutivo do ANPP, e da reiteração, que é simples prática de um mesmo crime por mais de uma vez. Caberá, desse modo, ao membro do Ministério Público, a partir da análise subjetiva do modo de vida do investigado, concluir se presente habitualidade criminal.

Existe, ainda, um pressuposto especial de admissibilidade do ANPP: não ser o caso de arquivamento da investigação (art. 28-A, *caput*; Brasil, 1941). Observa-se que esse aspecto não figura como um requisito interno para celebração dessa modalidade de solução negocial penal, pois funciona uma condicionante para submissão daquela investigação aos verdadeiros requisitos de celebração. *In contrario sensu*, pode-se afirmar que, sendo caso de arquivamento, a investigação não pode ser objeto de ANPP, assemelhando-se a um pressuposto de existência do futuro acordo, pois ausente justa causa para a ação penal, como fundamenta Walter Nunes Silva Júnior (citado por Andrade, 2022, p. 252).

2.2.3 A compatibilidade do ANPP com os crimes de menor ofensividade

Delimitar as infrações de menor ofensividade do direito penal brasileiro, no intuito de aferir a compatibilidade da dispensa de encarceramento dos criminosos em consequência da celebração do ANPP não é tarefa fácil, todavia, a evolução da legislação nacional cuidou de fixar algumas balizas.

No Brasil, a Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Brasil, 1995), implementou dois institutos negociais em matéria criminal relacionados a dissuasão de condutas ilícitas sob baixa severidade de pena e impondo sanções sem recolhimento ao cárcere (Bitencourt, 2010): a transação penal (crimes com pena máxima não superior a dois anos⁴) e a suspensão condicional do processo (crimes com pena mínima igual ou inferior a um ano).

Paralelamente, importante considerar que a lei penal brasileira já permitia a conversão de penas privativas de liberdade até 4 (quatro) anos em penas substitutivas de caráter restritivo de direitos para condenações em crimes dolosos e se cometidos sem violência e grave ameaça

⁴ Na redação original da Lei 9.099/95 (Brasil, 1995), a transação penal somente era aplicável a delitos com pena máxima restritiva de liberdade não superior a um ano. Com a criação dos juizados especiais federais pela Lei. 10259, de 12 de julho de 2001 (Brasil, 2001), houve a previsão de pena máxima até dois anos para configurar infração de menor potencial ofensivo submissa a nova lei, o que gerou conflito com o regramento geral dos juizados especiais. Para resolver a questão, veio a lume a Lei 11.313/2006 (Brasil, 2006), que elevou o patamar para pena máxima de dois anos com delito de menor potencial ofensivo sob jurisdição dos juizados especiais.

contra pessoa, modalidade de sanção que se concentra no pagamento de prestação pecuniária e prestação de serviços à comunidade. Em caso de delitos culposos, a substituição da pena privativa de liberdade é plena, isto é, para qualquer quantitativo de pena constante no título condenatório (Brasil, 1940):

Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos;

Ainda que existam outros requisitos exigidos pela norma penal para que determinada condenação seja convertida em sanção sem carcerização (como a inexistência de reincidência e a análise específica da conduta delitiva no caso concreto), há de se admitir que a lei penal reconheceu baixa ofensividade a essa gama de condenações em delitos com pena privativa de liberdade substituível por restritiva de direitos, sem, entretanto, viabilizar-lhes a justiça negocial em sua integralidade, visto que, até a Lei 13.964/2019 (Brasil, 2019), os requisitos legais para a solução consensual, que deságua em sanções da mesma natureza (prestações de serviços à comunidade e pagamento de prestações pecuniárias), limitavam-se a crimes com pena máxima até dois anos (transação penal) ou pena mínima até um ano (suspensão condicional do processo).

Nessa análise, deve-se levar em conta que a substituição da pena privativa de liberdade em crimes dolosos por restritiva de direitos vincula-se à mesma exigência do ANPP de que a conduta delitiva não tenha ocorrido com violência ou grave ameaça à pessoa (Cabral, 2022; Rufato, 2020). Ao mesmo tempo, o parâmetro de quatro anos de prisão para permitir a substituição de pena é aferido pela pena *in concreto*, ou seja, considerando a pena fixada na

condenação, o que significa que delitos com previsão de pena mínima até quatro anos *in abstracto*, em geral, podem ser abarcados pelo instituto da substituição de pena do art. 44 da lei penal (Brasil, 1940).

Outro fator legal que auxilia a delimitar a baixa ofensividade das condutas delitivas no sistema criminal brasileiro é a fixação do regime inicial aberto para o cumprimento da pena restritiva de liberdade. Trata-se de regime prisional com baixíssima severidade, posto que promove o encarceramento do apenado apenas no período noturno e nos dias de folga em casa de albergado, tanto que sua execução depende da autodisciplina do condenado, nos termos do *caput* do art. 36 do Código Penal (Brasil, 1940), que é livre para trabalhar no período diurno.

Segundo justificativa do Projeto de Lei 664, de 22 de março de 2002 (Brasil, 2022a), que propõe alterar a legislação de execução penal para possibilitar o recolhimento domiciliar do condenado que cumpre pena em regime aberto, é rara a existência de casas de albergados no Brasil, geralmente adstritas às capitais dos Estados e quase inexistentes nas comarcas do interior, o que tem gerado, frequentemente, o deferimento do cumprimento de pena restritiva de liberdade em regime aberto em prisão domiciliar pelos tribunais (Brasil, 2022a), especialmente depois de decisão da Supremo Tribunal Federal no recurso extraordinário n. 641.320 (Brasil, 2016b), que franqueou tal possibilidade quando indisponível a estrutura física legal exigida para o cumprimento da pena (Marinho, 2022).

Na prática, o regime prisional aberto mais se equipara à liberdade condicional do que a alguma modalidade de aprisionamento, posto que sua execução se submete à autodisciplina do condenado (Bitencourt, 2010), revelando a baixa ofensividade das condutas sancionadas por prisão nesse regime de execução de pena.

Até mesmo a condenação do criminoso em regime semiaberto (penas entre 4 e 8 anos de prisão), quando inexistente colônia agrícola industrial ou estabelecimento similar no local

da condenação ou no domicílio do apenado, pode ser convertida em prisão domiciliar. É o chamado regime semiaberto harmonizado (Marinho, 2022).

Nessa lógica, observa-se que a fixação inicial do regime aberto para cumprimento de pena é cabível a condenações a pena privativa de liberdade até 4 anos, assim, como se trata de uma pena *in concreto*, é possível sua incidência, em tese, a delitos cuja pena mínima atribuída pelo legislador ao delito sancionado seja até quatro anos de prisão. Logo, um parâmetro de baixa ofensividade equivalente ao instituto da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Há ainda certa identidade conceitual com a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional de 2000, conhecida como Convenção de Palermo (Brasil, 2004), que qualifica como crimes graves aqueles cominados com pena máxima a partir de 4 anos de prisão.

Em apertada síntese, pode-se inferir que, consoante a legislação penal nacional, delitos com pena mínima até quatro anos estão frequentemente envoltos a institutos que subtraem o caráter prisional de condenações (substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e regime prisional aberto), de maneira que, nessa ótica, devem ser compreendidos como delitos de menor ofensividade.

O fato de o critério legal de quantitativo de pena adotado pelo ANPP ter sido fixado na cominação penal mínima, e não na pena máxima, permite concluir que a nova solução negocial tem capacidade de abranger delitos com projeção de condenação a sanções penais superiores a quatro anos de prisão, o que lhe autoriza operar em infrações de média ofensividade (Andrade, 2002).

Ao mesmo tempo, bom lembrar que determinadas modalidades de crimes, mesmo que dotados de pena mínima inferior a 4 anos de prisão, foram excluídas pelo legislador do campo de incidência do ANPP, como infrações praticadas com violência e grave ameaça à pessoa (art.

28-A, *caput*; Brasil, 1941), cenário esse impeditivo que igualmente opera nas substituições de penas privativas de liberdade por restritivas de direitos.

Também encontram óbice para entabular o ANPP os delitos praticados no âmbito da violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino (art. 28-A, §2º, inciso IV; Brasil, 1941), que foram subtraídos da justiça negocial pelo ANPP, tal como a vedação existente Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006 (art. 41; Brasil, 2006b) para as infrações penais reguladas pelos juizados especiais criminais.

Portanto, o *quantum* da pena atribuída abstratamente pelo legislador a cada delito não foi o único critério delimitador à aplicabilidade do ANPP, mas diversos outros fatores compõem essa matriz valorativa, de forma que a menor ofensividade dos crimes tenha compatibilidade com a solução penal sem encarceramento.

2.2.4 O enfoque do ANPP na teoria econômica do crime

Ainda no campo teórico, necessário verificar a leitura que a teoria econômica do crime faz do ANPP, em especial, a análise da natureza das obrigações pactuadas para a dissuasão criminal e seus custos sociais de implementação.

Ponto de partida para a análise do caráter das obrigações pactuadas no âmbito de um ANPP é a sua origem e, aqui, em que pese decorrerem da liberalidade do infrator, submissas ao interesse do Ministério Público, há que se reconhecer que o nascedouro desse pacto não é a pura vontade de contratar, mas, sim, a suposta prática de algum delito.

De outro lado, é certo que as obrigações constantes num ANPP não são exigíveis coercitivamente pelo Ministério Público, considerando que o investigado tem a liberdade tanto de pactuar como de interromper o seu cumprimento, remanescendo apenas o efeito de, não aceita a proposta ou inadimplente no cumprimento das obrigações assumidas, gerar a deflagração ou a continuidade da persecução penal dos fatos imputados àquele infrator.

Nesse prisma, com a consolidação do acordo entre o infrator e o Ministério Público, e mesmo que esse último não possa exigir o cumprimento compulsório das obrigações entabuladas no ajuste, pode-se afirmar que essas obrigações representam uma retribuição do Estado à prática de alguma conduta delitiva, embora não contenha todos os elementos de uma sanção penal propriamente dita (Cunha, 2019).

Em resumo, ao lado da liberalidade do infrator em cumprir as obrigações acordadas num ANPP, reside a origem criminal da obrigação e seu caráter retributivo estatal, o que as diferenciam tanto das obrigações civis como das penas.

Diante desse caráter anômalo ostentado pelas obrigações ajustadas no negócio jurídico penal, Rodrigo Leite Ferreira Cabral reporta algumas nomenclaturas que lhe são dirigidas, como “quase-pena” ou “substitutos encobertos das penas” (Palermo, 2009, citado por Cabral, 2022, p. 92), mas aderindo à denominação de “equivalente funcional da pena”, firmada por Manuel da Costa Andrade (1988, citado por Cabral, 2022, p. 93).

Na ótica da teoria econômica do crime, as obrigações celebradas no âmbito de um ANPP são facilmente compreendidas como uma modalidade de sancionamento dos infratores, já que se trata de contraprestações decorrentes exclusivamente da conduta infracional supostamente cometida ao serem submetidas ao sistema de justiça criminal, isto é, figuram como uma forma de punição esperada, que, ao lado da severidade da punição, formam o binômio da dissuasão criminal (Cooter & Ulen, 2010).

Assim, independentemente da nomenclatura atribuída à obrigação negociada (pena, sanção ou mera obrigação contratual), se ela é consequência única da infração penal e disposta pelo Estado em sua função persecutória penal, portanto, eminentemente retributiva-penal, por certo que ingressará no juízo do infrator acerca das vantagens e desvantagens para praticar determinada conduta criminal, numa abordagem da teoria da prevenção especial da pena

(Shikida & Amaral, 2021), considerando que tais resultados sancionatórios figuram como preços implícitos do crime na visão da teoria econômica do crime (Becker, 1968).

Sob tais balizas, as obrigações decorrentes de um ANPP melhor se amoldam, a partir da teoria econômica do crime, à denominação de sanções negociadas, que contém o elemento retributivo estatal, ao mesmo tempo em que demonstra a liberalidade de negociar, ínsita à justiça penal consensual.

Nessa questão, urge reconhecer que a existência de uma concreta retribuição criminal do Estado a condutas criminais funciona muito além da prevenção ao cometimento de delitos, visto que uma maior expectativa de punição alcança também os atos de cogitação e preparação delitiva, esses não passíveis de punição, em regra, pelo direito penal (Longo, 2018).

Além do caráter retributivo e preventivo das obrigações pactuadas em sede de ANPP, necessário investigar, sob os paradigmas da teoria econômica do crime, a respeito da modalidade sancionatória selecionada pela lei processual para modelar as sanções negociadas.

No ponto, facilmente se constata que o ANPP optou, a teor dos incisos I a IV do art. 28-A da lei processual penal (Brasil, 1941) por sanções concentradas em contraprestações de cunho essencialmente econômico, como reparação do dano; renúncia a bens que tenham relação com o delito (instrumento, produto ou proveito do crime); prestação de serviços à comunidade e pagamento de prestação pecuniária.

Não obstante a cláusula de abertura disposta no inciso V do art. 28-A do CPP – “V - cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada” (Brasil, 1941), verifica-se que tal dispositivo está jungido à contensão ao âmbito de cumprimento de obrigações que importem apenas restrições de direitos, sem possibilidade de desbordamento para sanções que violem direitos indisponíveis (Cabral, 2022), a exemplo de obrigações que afetem a liberdade do investigado.

As diversas formas descritas pela doutrina para dar concretude à cláusula obrigacional inespecífica dos acordos de não persecução penal (art. 28-A, inciso V; Brasil, 1941) corroboram a contensão da discricionariedade do Ministério Público, excluindo eventuais abordagens carcerizadoras, ao reportarem a adoção de obrigações negativas, como não se aproximar de determinada pessoa ou local e não exercer determinada profissão ou atividade (Cabral, 2022), ou obrigações positivas, a exemplo de renunciar a cargos e funções públicas, participar de cursos educativos, realizar palestras e promover retratação pública (Carvalho, 2021).

Neste aspecto, importante admitir que a escolha de obrigações não carcerizadoras pelo ANPP trata-se de uma necessidade e não, propriamente, de uma vantagem, já que as possíveis condenações daquelas condutas elegíveis pelo ANPP, teriam suas penas privativas de liberdade, majoritariamente, substituídas por penas restritivas de direito, nos termos do art. 44 da CP (Brasil, 1940).

Mesmo que condenações relacionadas a delitos com menor ofensividade escapem do instituto de substituição de pena acima descrito, a natural inserção do condenado em regime de cumprimento de pena aberto não muda esse resultado sancionatório econômico, visto que a execução de pena privativa de liberdade no referido regime tem-se reduzido à obrigação do apenado em comprovar o exercício de trabalho regular e recolhimento domiciliar fora dos horários de trabalho, ambos submissos à autodisciplina do reeducando, como estabelecem a lei penal (art. 36; Brasil, 1940) e processual penal (art. 114; Brasil, 1984).

Desse modo, eventual solução carcerizadora pelo ANPP seria mais gravosa que aquela produzida após toda a tramitação processual penal em caso de condenação do investigado, o que se mostra absolutamente desproporcional e quebra a lógica para se obter uma solução penal consensual.

Sob ponto de vista econômico, as penas econômicas são mais vantajosas ao Estado, quando comparadas às penas privativas de liberdade. Primeiramente, pelo baixo custo de

execução, já que as penas privativas de liberdade exigem vultosos investimentos do Estado em presídios, segurança e alimentação, enquanto as penas econômicas, inversamente, trazem retorno positivo aos seus caixas, mesmo que a modalidade da sanção econômica seja a prestação de serviços à comunidade, considerando a inserção de mão-de-obra gratuita à disposição do Estado ou de entes dotados de interesse social.

Em segundo lugar, as penas econômicas reorganizam o patrimônio das vítimas, ao serem ressarcidas dos prejuízos que sofreram, maximizando o bem-estar social (Cooter & Ulen, 2010), ao mesmo tempo em que empobrece o infrator, obstando sua lucratividade (Longo, 2018).

Por fim, as penas econômicas subtraem os custos de oportunidade, que são aqueles derivados da indisponibilidade do trabalho do aprisionado em sua área de atuação (Cooter & Ulen, 2010), ao subtrair dos criminosos sua potencialidade de gerar riquezas quando livres. No Brasil, particularmente, deve-se ponderar, também, a respeito do reduzido efeito incapacitante da pena de prisão, isto é, o impedimento da reiteração criminosa do aprisionado em razão de seu encarceramento (Becker, 1968), tendo em vista a patente deficiência do sistema prisional brasileiro em coibir as comunicações dos infratores presos com suas organizações criminosas (Longo, 2018).

Considerando os aspectos econômicos declinados, a adoção de sanções carcerizadoras pelo ANPP seria mais custoso ao Estado, que estaria renunciando a uma forma de aplicação de pena financeiramente vantajosa em caso de eventual condenação do infrator – a substituição da pena privativa de liberdade por prestações pecuniárias ou prestação de serviços à comunidade (art. 44; Brasil, 1940).

Há ainda que se analisar a extensão material da retribuição penal decorrente das sanções negociáveis pelo ANPP, a partir da análise econômica do direito penal.

Nesta questão, o *caput* do art. 28-A do CPP dispõe que as obrigações negociadas podem ser aplicadas de forma alternativa ou cumulativa, assim, destaque-se que a reparação do dano (art. 28-A, inciso I; Brasil, 1941) e a renúncia às vantagens financeiras obtidas com o crime (art. 28-A, inciso II; Brasil, 1941) não figuram como obrigações compulsórias para firmar o ANPP. Desse modo, é plenamente possível que a sanção negociada transite abaixo ou acima da retribuição perfeita, que é aquela condição em que o valor recuperado é exatamente igual ao valor obtido pelo criminoso com a conduta ilícita (Cooter & Ulen, 2010).

Vejamos o caso de furto qualificado de um banco com uso de chave falsa (art. 155, §4º, III; Brasil, 1940), em que os agentes subtraem a importância de \$1 milhão. Eventual ANPP, aplicável em razão da inexistência de violência ou grave ameaça contra pessoa na prática da conduta e da pena mínima cominada ao tipo ser de apenas 2 (dois) anos, raramente abarcará a obrigação de devolução integral da quantia furtada, visto que tal exigência conspirará para a frustração da tentativa de acordo, ante a dificuldade de recuperação integral desse montante.

Casos deste jaez podem, consoante a regra alternativa de sancionamento disposta no *caput* do art. 28-A do CPP (Brasil, 1941), gerar sanções negociadas em ANPP abaixo da linha de retribuição perfeita, como a obrigação de pagamento de prestações pecuniárias em valores de menor importância e a prestação de serviços à comunidade, mas que dificilmente chegarão ao montante de \$1 milhão obtido na empreitada criminal.

Segundo Robert Cooter e Thomas Ulen (2010), a punição esperada deve estar acima da retribuição perfeita para que exista um desestímulo às condutas ilícitas, mesmo depois de o ganho a ser obtido passar pela refração da probabilidade de condenação. Os renomados autores exemplificam com um delito em que a restituição perfeita é de \$1.000,00, cuja sanção deve ser fixada em \$2.000,00, já que, submetida a um grau de 75% de probabilidade de condenação, gera uma recuperação de \$1.500,00, então suficiente para desestimular o risco de os indivíduos atuarem ilicitamente para obter os \$1.000,00 (Cooter & Ulen, 2010, p. 465).

Numa primeira visada, o fato de a sanção negocial no ANPP ter a possibilidade de figurar abaixo da linha da retribuição perfeita poderá gerar a falsa conclusão de funcionar como um efeito incentivador de condutas ilícitas. Isso, porque, deve-se considerar, que, se o índice de possibilidade de condenação de determinado sistema de justiça for muito baixo, eventual sanção negociada pode elevar a punição esperada, ainda que aquém da retribuição perfeita, o que representará, mesmo assim, um ganho efetivo no grau de dissuasão criminal.

Nesse prisma, sair de uma retribuição criminal irrisória para uma razoável, ainda que não equânime ao lucro do crime, representa um ganho relativo de dissuasão, mesmo que não seja aquela dissuasão defendida pela teoria econômica do crime como mais adequada, ou seja, acima da retribuição perfeita.

No intuito de aferir os efeitos econômicos do ANPP diante da linha retribuição perfeita e da curva de dissuasão criminal, a presente pesquisa então irá comparar o grau de eficiência do sistema de justiça para gerar condenações com e sem o referido instituto negocial, considerando que os tipos penais vigentes não tiveram o quantitativo de suas sanções penais alteradas com o advento do ANPP – outro fator variável da equação da criminalidade.

Bom lembrar que eventual aumento do grau de sancionamento com o ANPP, ao repercutir uma dilação da punição esperada, representará uma melhoria da eficiência do sistema de justiça sem aporte de investimentos, frequentemente considerado como pressuposto pela teoria econômica do crime para que determinado sistema de justiça obtenha maior índice de condenações. Ao contrário, a elevação da punição esperada será conquistada com economia de recursos econômicos, já que a investigação criminal não será levada para o custoso e demorado processo penal, que abrange custos de captura, custos de produção de provas para viabilizar uma condenação criminal e custos de execução forçada de penas (Longo, 2018).

Paralelamente, ao se observar que a análise econômica do direito penal busca chegar a uma dissuasão ótima com a administração da severidade da pena e da probabilidade da punição

(Cooter & Ulen, 2010), Analú Librelato (2018, p. 59) cita estudos de Isaac Ehrlich (1974) e James Andreoni (1991), que apontam que o aumento da probabilidade de condenação, atributo operado pelo ANPP, tem maior efeito que o aumento da magnitude da punição na dissuasão criminal.

Diante desses aspectos, a confirmação de aumento do índice sancionamento com o emprego do ANPP representará um duplo incremento na dissuasão criminal: elevação do índice de sancionamento com economia (e não com investimentos) no sistema de justiça e atuação operacional no fator que agrega maior impacto na matriz dissuasória – a probabilidade de punição, em vez da dilação da gravidade da punição.

No plano teórico, importante ainda aferir se as restrições impostas pela Lei 13.964/2019 (Brasil, 2019) para que o ANPP seja empregado em determinados casos penais encontram suporte na teoria econômica dos crimes

De um modo geral, as restrições de aplicabilidade do ANPP se relacionam ao histórico criminal do investigado, à existência de violência ou grave ameaça à pessoa na prática da conduta delitiva ou condutas relacionadas à violência doméstica ou práticas criminais contra mulheres.

No plano da teoria econômica do crime, a reincidência ou mesmo a habitualidade criminal, ambas dispostas como impeditivos do ANPP (art. 28-A, inciso II; Brasil, 1941), devem ser tratadas com mais rigor, prevenindo a perda de poder dissuasório da pena de retirar os infratores do universo do crime, ante a superveniente insuficiência do tempo de futura condenação em relação ao tempo de vida restante do criminoso (Poster, 2007, citado por Longo, 2018, p. 192).

O maior gravame aos reincidentes também funciona como uma estratégia otimizadora dos custos para o Estado e que “leva ao desincentivo de cometer crimes e à queda de criminalidade”, como conclui Analú Librelato Longo (2018, p. 192), citando Murat C. Mungan

(2014). No mesmo sentido está a compreensão de Robert Cooter e Thomas Ulen, que afirmam que “a dissuasão exige uma punição mais intensa para o crime recorrente do que para o primeiro delito do réu” (2010, p. 474).

Já os delitos com maior gravidade para a sociedade local, tanto pela existência de violência ou grave ameaça, como por atingir vítimas em situação de enorme hipossuficiência (casos envolvendo ambiente doméstico, familiar e vítimas mulheres), revelam a insuficiência de sanções não carcerizantes, quer seja pela incompatibilidade das sanções econômicas diante de bens com valor incomensurável (Poster, 1985, citado por Longo, 2018, p. 66), como pela exigência de uma resposta mais firme do Estado, assim, num grau de intimidação maior (Shikida & Amaral, 2021), sem desconsiderar, ainda, razões de segurança pública, que podem exigir a prisão do infrator.

Essa exegese segue a compreensão do tema por Steven Shavell (1985, citado por Coelho, 2022, p. 52), que prega a priorização das sanções financeiras, haja vista seu melhor custo social, e somente subsidiariamente a administração de sanções não-monetárias, então voltadas aos casos em que seja necessário maior efeito dissuasório.

2.2.5 A aplicabilidade retroativa do ANPP

O ANPP tem natureza pré-processual, como sua denominação já descreve, considerando que a persecução penal na esfera processual se inicia com o recebimento da denúncia. Assim, se não haverá persecução penal na esfera judicial, o acordo será celebrado antes do início do processo penal.

Essa conclusão é também corroborada pelo pormenorizado regramento legal do ANPP, que se apoia em diversos marcos temporais e circunstâncias anteriores ao recebimento da denúncia.

O *caput* do art. 28-A (Brasil, 1941) inicia o regramento do ANPP excluindo de sua aplicabilidade os casos de arquivamento de investigações, decisão essa que ocorre justamente antes da fase de oferecimento da denúncia.

Firma-se nessa mesma lógica a regra disposta no §8º do art. 28-A da lei processual (Brasil, 1941), que trata da recusa da homologação do acordo pelo juiz criminal e a devolução dos autos ao Ministério Público para complementação das investigações ou oferecimento da denúncia. Com o mesmo suporte temporal encontra-se o §14º do art. 28-A (Brasil, 1941), ao estabelecer que a recusa de oferecimento do ANPP pelo Ministério Público é desafiada por recurso à instância superior do referido órgão, mesmo procedimento para impugnação de arquivamento de inquérito policial, logo, antes da deflagração do processo penal.

Desse modo, ordinariamente, o ANPP será ofertado antes do recebimento da denúncia, não havendo regra positivada pela lei processual penal a respeito de qual tratamento deve ser dado aos processos criminais em curso, ou seja, com denúncia recebida quando do início da vigência dessa nova ferramenta processual, que ocorreu 30 dias de sua publicação, assim, 24 de janeiro de 2020.

Grande parte dos tribunais superiores tem encapado o entendimento de irretroatividade do ANPP, filiando-se à tese de exclusiva natureza pré-processual do instituto, como as duas turmas de matéria penal do Superior Tribunal de Justiça⁵ e a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal⁶.

A questão ganha outros reflexos, como também compreende este trabalho de pesquisa, ao se observar que a nova norma processual tem impactos diretos na seara do direito material penal, já que produz efeitos reais na punição dos infratores, ao excluir a imposição de penas em troca de sanções negociadas, o que confere à norma legal natureza híbrida, assim, submissa ao

⁵ Julgamento da 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça: Agravo Regimental no *Habeas Corpus* n. 644.069 (Brasil, 2022c). Julgamento da 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça Agravo Regimental no *Habeas Corpus* n. 625.310 (Brasil, 2022d).

⁶ Agravo Regimental no *Habeas Corpus* n. 218.798 (Brasil, 2022g).

caro postulado constitucional de retroatividade da nova norma penal favorável ao réu (Andrade, 2022).

Admitindo o caráter misto das normas que criaram o ANPP e, assim, sua retroatividade temporal, sob a denominação de acordo de não continuidade de ação penal, há remansosa doutrina penalista⁷ (Andrade, 2022; Cabral, 2022; Carvalho, 2021) e decisão da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (HC 194.677; Brasil, 2021) e recente decisão monocrática de ministro desta mesma turma (HC 206.660; Brasil, 2022h).

Vladimir Aras (2020, p. 178, citado por Carvalho, 2021, p. 55), sintetiza a questão do acordo de não prosseguimento da ação penal:

Também é admissível a celebração de ANPP após a deflagração da ação penal, sendo essa uma interpretação mais benéfica para o acusado. Em tais casos, o ANPP converte-se em acordo de não prosseguimento da ação penal. Vide, a propósito, o inciso XVII do art. 3º-B do CPP. Cabe ao juiz de garantias decidir sobre a homologação de ANPP ou os de colaboração premiada, “quando formalizados durante a investigação”.

A controvérsia de aplicabilidade do ANPP aos processos com denúncia recebida também envolve o seu marco temporal máximo. Assim, há indagação se a aplicabilidade do ANPP a processos em curso fica limitada à finalização do processo em 1º grau, ou seja, com a prolação de sentença (Cabral, 2022; Lopes & Josita, 2020), ou se esse marco pode ser superado (Andrade, 2022), ficando o instituto consensual limitado à existência de provimento condenatório com trânsito em julgado.

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal tem compreensão bem elástica de aplicabilidade temporal do ANPP, admitindo-a aos processos em curso e

⁷ Em sentido contrário: Marcelo Oliveira Silva (2020, p. 265).

mesmo que exista sentença ou acórdão condenatório, a teor do que dispõe o seu Enunciado n. 98 (Brasil, 2020d):

É cabível o oferecimento de ANPP no curso da ação penal, isto é, antes do trânsito em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais, devendo o integrante do MPF oficiante assegurar seja oferecida ao acusado a oportunidade de confessar formal e circunstancialmente a prática da infração penal, nos termos do art. 28-A do CPP, quando se tratar de processos que estavam em curso quando da introdução da Lei nº 13.964/2019, conforme precedentes, podendo o membro oficiante analisar se eventual sentença ou acórdão proferido nos autos configura medida mais adequada e proporcional ao deslinde dos fatos do que a celebração do ANPP. Não é cabível o acordo para processos com sentença ou acórdão após a vigência da Lei nº 13.964/2019, uma vez oferecido o ANPP e recusado pela defesa, quando haverá preclusão.

Como já referido, a Lei 13.964/2019 (Brasil, 2019) não trouxe regra de direito intertemporal que regule a aplicabilidade retroativa do ANPP, diferente da Lei 9.099/1995 (art. 90; Brasil, 1995), que vedou, expressamente, a sua aplicabilidade aos processos com instrução iniciada, ou seja, com denúncia recebida. Na prática, a Lei 9.099/95 (Brasil, 1995) impedia a adoção da transação penal, uma de suas novidades legislativas, aos processos em curso quando do início de sua vigência.

O dispositivo legal foi questionado e o Supremo Tribunal Federal, nos autos da ação direta de inconstitucionalidade n. 1.719 (Brasil, 2008), reconheceu a inconstitucionalidade do dispositivo limitador, face a regra de retroatividade benigna da lei pena favorável ao acusado.

Portanto, se quando havia dispositivo legal expresso de exclusão de aplicabilidade de norma penal híbrida mais benéfica ao réu, o Supremo Tribunal Federal a declarou inconstitucional (Brasil, 2008), com mais razão a mesma conclusão deverá ser adotada, se tal restrição de aplicabilidade do ANPP decorre de mera interpretação sistemática *in malam partem*.

Atualmente, a questão da retroatividade do ANPP aos réus com denúncia recebida antes da vigência da Lei 13.964/2019 (Brasil, 2019) está afetada com repercussão geral no *habeas corpus* n. 185.913 em tramitação no Supremo Tribunal Federal, julgamento que definirá, com efeito vinculante para todo o Poder Judiciário, a extensão temporal da nova ferramenta de solução negocial penal.

Além de todos os aspectos constitucionais e legais que orbitam na definição da retroatividade do ANPP, é inegável que a questão tem elevada repercussão no sistema de justiça criminal, haja vista a desburocratização do processo penal e a celeridade na aplicação de sanções. Sob então as premissas da análise econômica do direito penal, este estudo irá promover a leitura da controvérsia, trazendo a efeito outros aspectos para melhor compreensão dos impactos que uma maior abrangência temporal dessa nova solução consensual penal promove no sistema de justiça criminal.

A análise particular deste estudo abrangerá os efeitos que o ANPP produz até 2º grau na curva de criminalidade agregada (Becker, 1968), definida pela composição entre a quantidade de crimes cometidos e a probabilidade de receber alguma punição, e a curva de retributividade da sanção, construída a partir da diferença entre as vantagens obtidas com a prática do crime e as possíveis sanções aplicáveis (Cooter & Ulen, 2010).

Tais parâmetros da análise econômica do direito serão capazes de apontar, também, os efeitos da adoção retroativa do ANPP para a gestão dos acervos processuais da justiça criminal nacional, sob os aspectos de economicidade e eficiência.

3. Indicadores Estatísticos

Para o desenvolvimento da análise econômica do direito proposta por esta pesquisa, faz-se necessário um maior detalhamento da base de dados e dos marcadores estatísticos empregados.

A base de dados desta pesquisa foi composta por três conjuntos: i. resultados de julgamentos em 1º e 2º graus de processos criminais que receberam algum comando de sentença entre 2015 e 2017 na 1ª Vara Federal de Marabá; ii. resultados de audiências de tentativa de celebração de ANPP realizadas entre 01.2020 e 10.2022 igualmente na 1ª Vara Federal de Marabá; e iii. Relatórios Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (2020a, 2022a).

Os relatórios estatísticos de processos criminais foram extraídos do sistema *Oracle*, então exclusivo para gestão cartorária entre os anos de 2015 e 2017 na Justiça Federal, de forma a evitar duplicidades ou exclusões da base de dados da pesquisa com outros sistemas que foram posteriormente implementados pela Justiça Federal, como o sistema do processo judicial eletrônico (PJe) e o sistema eletrônico de execução unificado (SEEU).

A base de dados relativa aos casos que receberam algum comando de sentença na 1ª Vara Federal de Marabá entre os anos de 2015 e 2017, discriminada no Anexo A, foi produzida a partir de sete relatórios estatísticos específicos, com os seguintes fatores de pesquisa: sentenças condenatórias, sentenças absolutórias, sentenças absolutórias e condenatórias, sentenças extintivas de punibilidade por prescrição, por morte e por cumprimento de pena ou obrigação, essa última classe dividida em transação penal e suspensão condicional do processo.

Considerando que a Justiça Federal de Marabá não executa o cumprimento de penas privativas de liberdade em regime semiaberto e fechado, quando então são direcionados à Justiça Estadual, foram relacionados, adicionalmente, os processos criminais que geraram a emissão de guia de cumprimento de pena para as varas de execução penal dos Tribunais de Justiça entre 2015 e 2017, já que representam resultados sancionatórios.

A consolidação de todos os relatórios acima discriminados gerou o total de 289 processos criminais, nos quais figuraram 588 acusados, denunciados em 981 delitos, que formam a base de dados da pesquisa.

Para a extração de dados de cada um dos casos penais então constantes dos relatórios discriminados foi aplicado questionário de caráter quantitativo às sentenças e aos acórdãos, descrito no Apêndice A, que buscou perfilar as seguintes informações: quantidade e especificidade dos tipos penais processados por cada réu; resultado até segundo grau do processo em cada tipo penal processado para cada réu; compatibilidade do ANPP a cada réu; tempo de tramitação do processo criminal por instância; apresentação de recurso do Ministério Público e dos réus contra a sentença de 1º grau e resultado do recurso julgado pelo TRF1 apresentado pelo Ministério Público ou pelos réus.

A pesquisa também consolidou os resultados das audiências de tentativa de celebração de ANPP realizadas entre 01.2020 a 10.2022 na 1ª Vara Federal de Marabá, quando foram apuradas 132 propostas de ANPP ofertadas pelo Ministério Público Federal.

Quatro marcadores estatísticos foram utilizados, metodologicamente, para alcançar os objetivos propostos por esta pesquisa, são eles: índice de sancionamento máximo sem o ANPP; índice de sancionamento do ANPP; curva de criminalidade agregada e curva de retributividade penal.

A formação desses marcos estatísticos, por sua vez, ainda necessitou que fossem levantados índices complementares, quais sejam: resultados de julgamentos por crimes de cada réu; índice de compatibilidade do ANPP por réu; tempo de tramitação em 1º grau; tempo de tramitação em 2º grau; índice de recorribilidade do Ministério Público e dos réus; índice de reversibilidade dos recursos do Ministério Público e dos réus e índice de ações penais em acervos processuais.

Por fim, os Relatórios Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (2020a, 2022a) foram empregados para promover a projeção dos resultados do estudo de caso da 1ª Vara Federal de Marabá para os acervos nacionais, buscando mensurar os possíveis efeitos do ANPP na eficiência e nos custos da justiça criminal brasileira.

A seguir, serão declinados os parâmetros e critérios utilizados para construir cada índice estatístico empregado por esta pesquisa na análise do acordo de não persecução penal sob a ótica da teoria econômica do crime.

3.1 Índice de sancionamento máximo sem o ANPP

O índice de sancionamento máximo sem o ANPP será construído a partir dos resultados de julgamento até 2º grau das 981 imputações criminais, presentes no universo de 289 processos selecionados nos relatórios estatísticos que concentram autos criminais que receberam algum comando sentencial na 1ª Vara Federal de Marabá entre 2015 e 2017, portanto, antes da início da vigência do ANPP, que ocorreu 30 dias após a publicação da Lei 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (Brasil, 2019). Os provimentos judiciais serão classificados em quatro grupos: absolvição, extinção da punibilidade por prescrição em geral, extinção da punibilidade por falecimento do réu e sancionamento.

A classe de sancionamento abrangerá os seguintes casos: existência de condenação como provimento final e sem que a pena final constante do título condenatório tenha gerado prescrição retroativa *in concreto*; extinção da punibilidade por cumprimento de pena; extinção da punibilidade por cumprimento de sanção negocial nas modalidades de transação penal e suspensão condicional do processo.

O falecimento do réu no curso do processo será computado como extinção da punibilidade sem efeito sancionador. Também será considerado como resultado não

sancionador os casos em que o óbito do réu, embora condenado, tenha ocorrido antes do início da execução da pena.

A classe de prescrição compreenderá tanto os casos em que ocorreu a prescrição da pretensão punitiva do Estado *in abstracto* (empregando a pena máxima do tipo penal), como a prescrição retroativa pela pena *in concreto* (empregando o quantitativo final da pena fixada na condenação), cenários em que ocorre a extinção da punibilidade sem aplicação de sanção.

A prescrição da pretensão punitiva do Estado *in abstracto* considera a faixa de tempo decorrido entre o cometimento da infração penal e o recebimento da denúncia e, depois disso, o tempo de tramitação do processo até o trânsito em julgado, com algumas causas interruptivas previstas na lei penal. Como parâmetro de aferição, essa modalidade de prescrição utiliza a pena máxima atribuída àquele delito, que, de acordo com seu quantitativo, representa determinado espaço de tempo para incidir a prescrição, escalonados da forma do art. 109 do Código Penal (Brasil, 1940): 3 anos (penas inferiores a 1 ano); 4 anos (penas entre 1 e 2 anos); 8 anos (penas entre 2 e 4 anos); 12 anos (penas entre 4 e 8 anos); 16 anos (penas entre 8 e 12 anos) e 20 anos (penas superiores a 12 anos).

O cenário para incidência da prescrição da pretensão punitiva do Estado pela pena fixada *in concreto* ocorre em patamares bem diferentes, embora as faixas de atribuição de tempo de prescrição sejam as mesmas do art. 109 acima referido (Brasil, 1940). Tal inteligência decorre do fato de que, após o trânsito em julgado para a acusação, a prescrição não será mais regulada pela pena máxima *in abstracto*, mas, sim, pela pena concretamente atribuída (em caso de condenação), o que pode gerar enorme alteração do tempo exigido para a ocorrência da prescrição. Mais do que isso, esse novo parâmetro temporal de prescrição pela pena fixada *in concreto* incide, também, nos períodos anteriores à sua fixação, como entre o recebimento da denúncia e o primeiro provimento condenatório contra o réu (que pode ser sentença ou acórdão).

As classificações dos julgamentos em condenação e absolvição serão compostas pelo resultado do provimento judicial de 1º grau quando não houver recurso. Se a sentença de primeiro grau for desafiada por recurso, será utilizado o resultado do acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) no caso de o provimento recursal gerar algum efeito modificativo.

No que tange aos processos sentenciados e que ainda não ultrapassaram a fase de apresentação de recursos, será aplicado o índice de recorribilidade do Ministério Público ou do réu apurado pela pesquisa, a fim de estimar a quantidade de processos que teriam suas apelações julgadas pelo TRF1.

Para os processos que já tiveram a sentença criminal desafiada por recurso (real ou projetado pelo índice de recorribilidade) não julgado pelo TRF, será aplicado o índice de reversibilidade de julgamentos no âmbito do TRF1, também mensurado na presente pesquisa, para que possam ser estimados seus resultados como absolvição ou condenação.

Necessário anotar que o índice de sancionamento tem a qualificação de máximo, visto que eventuais sentenças sem trânsito em julgado, mesmo que tenham projetados seus resultados pelo índice de reversibilidade de recursos no TRF1, podem ainda perder seu poder sancionatório pela prescrição da pretensão punitiva *in abstracto*, já que a fase de conhecimento do processo criminal ainda não se encerrou.

Além disso, todos os provimentos condenatórios já com trânsito em julgado também podem ter sua punibilidade extinta pela prescrição da pretensão executória, que não é aferida neste estudo. A prescrição da pretensão executória do Estado incide se houver demora para iniciar a execução de determinada condenação, empregando as mesmas faixas temporais da prescrição da pretensão punitiva dispostas no art. 109 da lei penal (Brasil, 1940). Logo, mesmo existindo um título condenatório com trânsito em julgado e cuja punibilidade não tenha sido extinta pela prescrição da pena *in concreto*, ainda haverá a possibilidade de subtração do poder

sancionatório dessa condenação se for ultrapassado o prazo prescricional para iniciar a execução da pena.

Como os aspectos acima destacados (eventual prescrição *in abstracto* de casos pendentes de julgamento de recurso e prescrição da pretensão executória) não foram mensurados pela pesquisa e apenas diminuem o grau de sancionamento, visto que extraem a capacidade sancionatória do Estado, atribuiu-se ao índice de sancionamento da pesquisa a qualificação de fator máximo, posto que pode ser menor em razão da incidência das prescrições acima, mas jamais será maior, frente à inexistência de fatores que transformem absolvições em condenações, exceto a reversão no âmbito recursal, essa, sim, computada pela pesquisa até 2º grau.

3.2 Índice de sancionamento do ANPP

O índice de sancionamento do ANPP será apurado com base nos resultados das audiências de tentativa de ANPP realizadas entre 01.2020 e 10.2020, portanto, posteriormente à vigência do referido instituto, isto é, 24 de janeiro de 2020, quando passados 30 dias da publicação da Lei 13.964, de 34 de dezembro de 2019 (art. 20; Brasil, 2019), e que formaram um universo de 132 propostas de ANPP apresentadas pelo Ministério Público Federal

Para esse fator, o índice levará em conta o resultado das audiências por réu e não por crime, isso, porque, a oferta do ANPP engloba todos os delitos que são imputados a cada investigado, que recebem uma proposta única de solução negociada.

Característica especial da 1ª Vara Federal de Marabá é a ausência de audiências para mera homologação de acordos de não persecução penal construídos administrativamente pelo Ministério Público, cenário que extrairia da base de dados eventuais resultados negativos de acordo, posto que viriam para as audiências de homologação apenas os resultados positivos. Tal fato decorre da ausência de estrutura administrativa dos Ministérios Públicos no interior do

país para realizarem as diligências de intimação de investigados no intuito de construíram uma solução negocial.

Consequentemente, como todas as tentativas de celebração de ANPP, no âmbito da 1ª Vara Federal de Marabá, ocorreram em audiências judiciais, a base de dados então empregada será capaz de reproduzir o real índice de celebração de acordo e de insucesso, isto é, sua efetiva capacidade sancionatória.

Necessário ainda registrar que a presente pesquisa qualifica as obrigações assumidas pelo infrator no ANPP como uma resposta sancionatória, visto que decorre exclusivamente da suposta conduta delitiva cometida e, no âmbito da teoria econômica do crime, funciona como uma punição esperada (Cooter & Ulen, 2010), ainda que esse resultado não possa ser qualificado como uma pena ordinária (Cabral, 2022; Carvalho 2021).

3.3 Curva de criminalidade agregada

A curva de criminalidade agregada considera a relação social entre a quantidade de crimes diante da probabilidade de punição (Cooter & Ulen, 2010). Para mensurar a probabilidade de punição, a presente pesquisa empregará o índice de sancionamento e, não, meramente, o índice de condenação. Isso, porque, a simples existência de uma sentença ou acórdão condenatório no processo criminal brasileiro não é suficiente para a concretização de alguma punição, haja vista a previsão de institutos que retiram o efeito sancionador desses títulos condenatórios, como prescrição da pretensão punitiva retroativa pela pena atribuída *in concreto* e da prescrição da pretensão executória.

Portanto, não basta a existência de uma sentença ou um acórdão condenatório para representar um caso de aplicação de punição, pois será aferido pelo presente estudo se o título condenatório produzido se encontra com capacidade de sancionamento, em razão da possível

ocorrência da prescrição da pretensão retroatividade do Estado na modalidade retroativa com base na pena fixada *in concreto*.

3.4 Curva de retributividade penal

A curva de retributividade penal em crimes racionais reflete o julgamento dos cidadãos diante da resposta penal do Estado pelas infrações cometidas e do ganho obtido com a prática das ilicitude para, desse modo, decidir qual a conduta que lhe é mais vantajosa (Cooter & Ulen, 2010).

A pesquisa irá então mensurar qual a retribuição criminal nos cenários em que não é utilizado o ANPP e aquele em que é aplicado o novo instituto negocial, tendo por base o índice de sancionamento máximo também calculado pela pesquisa para essas duas realidades.

3.5 Parâmetros de coleta de dados

Necessário ainda delimitar os parâmetros de coleta de dados, possibilitando a melhor compreensão dos resultados estatísticos que serão produzidos e seus impactos sob a ótica da teoria econômica do crime.

Dessa forma, serão detalhados, logo abaixo, os critérios de extração dos seguintes parâmetros: resultados de julgamentos por crimes de cada réu; índice de compatibilidade do ANPP por réu; tempo de tramitação em 1º grau; tempo de tramitação em 2º grau; índice de recorribilidade do Ministério Público e do réu; índice de reversibilidade dos recursos do Ministério Público e do réu e índice de ações penais em acervos processuais.

3.5.1 Resultados de julgamentos por crimes de cada réu

Os resultados de julgamentos serão apurados a partir dos processos criminais constantes dos relatórios estatísticos de sentenças proferidas na 1ª Vara Federal de Marabá entre 2015 e 2017 e que geraram um acervo de 283 autos criminais.

A pesquisa irá então computar, em cada processo, os resultados de julgamentos até segundo grau de cada um dos crimes em que cada réu foi denunciado, isto é, examinando todos os resultados de julgamento que aqueles autos carregam, porquanto permitirá investigar uma base de dados maior e com abrangência completa de cada processo. Tal estratégia decorre do fato que um processo pode ser classificado como condenatório, em razão da presença da condenação de um réu, quando os mesmos autos contêm absolvições de outros acusados anteriormente, ou, ainda, determinada condenação computada já tenha sido obstruída por uma prescrição posterior à formação do título condenatório, o que gerariam dados irreais, se a análise fosse restrita à mera classificação geral e única de determinado processo que contempla diversas imputações.

A avaliação de cada delito por réu também se mostra mais completa, isso, porque, não é incomum que resultados diferentes ocorram para os diferentes delitos que cada réu respondeu, como ser condenado em algum crime, absolvido em outro e, ainda, declarada a prescrição de um terceiro delito.

Desse modo, será objeto de investigação o resultado de julgamento de 981 imputações criminais até a segunda instância, provenientes de 283 processos criminais selecionados pelos relatórios estatísticos, em que figuraram 588 réus. Os resultados de julgamento serão classificados em: absolvição, extinção da punibilidade por prescrição em geral, extinção da punibilidade por falecimento do réu e sancionamento.

Como já explicitado no item 3.1, haverá computo de sancionamento para os seguintes casos: existência de condenação como provimento final e sem que a pena final constante do título condenatório tenha gerado prescrição retroativa *in concreto*; extinção da punibilidade por cumprimento de pena e extinção da punibilidade por cumprimento de sanção negocial nas modalidades de transação penal e suspensão condicional do processo.

3.5.2 Índice de compatibilidade objetiva do ANPP por réu

O índice de compatibilidade objetiva do ANPP será um importante parâmetro para dimensionar os impactos desse novo instituto negocial nos acervos processuais, o que possibilitará mensurar os efeitos de sua aplicabilidade retroativa.

Nessa ótica, necessário determinar as balizas teóricas que construirão esse índice, já que várias modelagens são possíveis, como a aferição abstrata de compatibilidade do ANPP pelos tipos penais existentes na legislação penal e a medição de sua possível incidência em acervos processuais, quer seja considerando os tipos penais figurantes naquele acervo ou o cenário fático concreto de cada réu por processo, haja vista a possibilidade de concurso de crimes por acusado, que influencia a incidência dessa solução consensual penal.

De início, deve-se alertar sobre a incompletude do método de investigação de incidência do ANPP com fundamento em análises abstratas dos tipos penais existentes na legislação nacional sob o critério de simples compatibilidade do instituto com os requisitos objetivos do referido instituto, assim, sem levar em consideração a frequência concreta que os tipos penais tem nos acervos processuais.

A Associação Brasileira de Advogados Criminais, na ação direta de inconstitucionalidade n. 6.304 (Brasil, 2020e), citou a aplicabilidade do ANPP a mais de 95% dos delitos do Código Penal, estudo que considerou apenas o requisito legal de pena mínima até quatro anos para a aferição dos tipos penais compatíveis com a nova solução consensual penal, distanciando-se da realidade objetiva do instituto, já que a existência de violência ou grave ameaça é outro parâmetro objetivo que exclui a incidência dessa solução negocial penal por expressa previsão legal (art. 28-A, *caput*, do CPP; Brasil, 1941).

Aqui, importante registrar que esta pesquisa adotará o critério de que a violência ou grave ameaça que subtrai a aplicabilidade do ANPP são aquelas praticadas contra a pessoa e não coisas, a par do que entende parte considerável dos processualistas (Andrade, 2022;

Carvalho, 2021; Rufato, 2020) e adotam os órgãos do Ministério Público, a exemplo do Enunciado n. 23 da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) e Corregedoria-Geral do Ministério Público de São Paulo (CGMP):

É cabível acordo de não persecução penal em infrações cometidas com violência contra coisa, devendo-se interpretar o caput do art. 28-A do CPP como relativa a infrações penais praticadas com grave ameaça ou violência contra a pessoa (*lex minus dixit quam voluit*) (São Paulo, 2020b).

Paralelamente, também se perfilará a compreensão de que a violência praticada pelo investigado deve ser dolosa, já que aquela violência decorrente de condutas culposas representam um resultado não desejado pelo agente, assim, compatível com a nova modalidade de solução consensual penal (Carvalho, 2021; Silva 2020). Exatamente nestes termos expressa o Enunciado 23 do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE) e pelo Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal (GNCCRIM):

É cabível o acordo de não persecução penal nos crimes culposos com resultado violento, uma vez que nos delitos desta natureza a conduta consiste na violação de um dever de cuidado objetivo por negligência, imperícia ou imprudência, cujo resultado é involuntário, não desejado e nem aceito pelo agente, apesar de previsível. (Brasil, 2020c)

Interessante anotar que o estudo apresentado pela Associação Brasileira de Advogados Criminais na ação direta de inconstitucionalidade n. 6.304 (Brasil, 2020e) também não considerou que a transação penal, aplicável a delitos com pena máxima até dois anos (Brasil, 1995), nos termos do inciso I, do §2º, do art. 28-A (Brasil, 1941), tem precedência em relação ao ANPP. Dessa forma, não são todos os tipos penais com pena mínima até quatro anos que

estão abrangidos pelo novo instituto consensual, pois, desses, devem ser subtraídos aqueles com pena máxima até dois anos de prisão já atendidos pela transação penal.

Ao se promover um cotejo estatístico de 477 tipos penais⁸ constantes do Código Penal Brasileiro (CP), diante dos dois principais requisitos objetivos dispostos na lei processual penal (Brasil, 1941) para o ANPP (*quantum* da pena e existência de violência ou grave ameaça à pessoa⁹ na conduta do tipo), consolidam-se 339 tipos penais na Tabela 1. Contudo, desse universo ainda devem ser extraídos 122 delitos que estão cominados com pena de prisão máxima até dois anos e sem violência contra pessoa no Código Penal, pois a transação penal é aplicável prioritariamente em relação ao ANPP, nos termos do inciso I, do §2º, do art. 28-A da lei processual penal (Brasil, 1941).

Tabela 1

Quantitativo de Tipos Penais Abrangidos pelo ANPP

Tipo Penal	Quantitativo
Total de Tipos Penais no Código Penal Brasileiro (1)	477
Cumprem Requisitos Objetivos do ANPP (2)	339
Compatíveis com Transação Penal	122
Novos Tipos Penais Sujeitos à Justiça Negocial Penal com o ANPP	217

Fonte: Produzida pelo autor.

Notas:

(1) Não considerados os tipos penais qualificados por causa e diminuição de pena.

(2) Considerados os seguintes requisitos: pena mínima menor que 4 anos e ausência de violência ou grave ameaça na prática da conduta.

⁸ O quantitativo de 477 delitos levou em consideração os tipos penais principais, além de suas modalidades especiais e derivadas, mas sem os tipos qualificados por causa de aumento ou diminuição de pena.

⁹ Foram encontrados no levantamento estatístico 100 delitos com emprego de violência ou grave ameaça no CP (64 crimes com pena mínima menor que 4 anos e 36 acima desse limite).

Logo, o ANPP inclui 217 delitos no espectro da justiça consensual penal, o que representa, aproximadamente, 45% de aplicabilidade abstrata do ANPP ao rol de delitos tipificados no Código Penal. Deve-se, ainda, ponderar que foram contabilizados 29 delitos (6%) que têm pena de prisão até dois anos e são praticados com violência contra pessoa e, dessa forma, são passíveis de transação penal, embora não sejam de ANPP.

Sob tais balizas abstratas somente do Código Penal, no total, a justiça consensual brasileira, a partir do ANPP, passou a figurar com cerca de 45% dos delitos passíveis exclusivamente de ANPP, além daqueles 32% já objeto de transação penal, o que representa 77% de crimes com requisitos objetivos aptos à negociação criminal.

Entretanto, ainda que se amplie a análise abstrata para uma base de dados maior, como os 1.688 tipos penais da legislação penal brasileira catalogados pela Associação Latino-Americana de Direito Penal e Criminologia em 2015 (citado por Brasil, 2016a), tal metodologia iria cair no mesmo equívoco das análises abstratas acima expostas, ao igualar delitos de pouca incidência com aqueles outros de maior ocorrência. Isso, porque, tal investigação pontual por delito seria capaz de demonstrar apenas a compatibilidade do ANPP com os tipos penais, mas não a frequência de sua ocorrência.

Portanto, delitos como estelionato, falsidades, crimes ambientais e crimes contra a administração pública, mais frequentemente presentes nos processos criminais e geralmente aptos para o ANPP, se submetidos a uma análise abstrata, teriam o mesmo sopesamento de delitos de menor ocorrência, como os crimes contra a propriedade intelectual e contra o sentimento religioso, cenário que, inevitavelmente, fugiria da real medição da incidência do novo instituto negocial nos acervos processuais e, em última instância, da realidade criminal nacional.

Nesse sentido, a investigação de compatibilidade abstrata do ANPP com os tipos penais existentes na legislação penal, como aquele apresentado nos autos da ação direta de

inconstitucionalidade n. 6.304 (Brasil, 2020e), não serve para verificar o fator de incidência do instituto nos acervos processuais, parâmetro necessário para aferir o efetivo impacto processual do ANPP no sistema de justiça criminal nacional,

Seguindo essa lógica, o levantamento do índice de compatibilidade objetiva do ANPP pela incidência de tipos penais nos 283 processos criminais constantes dos relatórios estatísticos que figuram com base de dados desta pesquisa e que formam um universo de 981 imputações, extraídos integralmente em determinada faixa de tempo, traz a vantagem de produzir um índice que reflete a frequência de incidência de tipos penais na realidade forense.

Contudo, um terceiro parâmetro pode demonstrar com maior fidelidade a real capacidade de incidência do ANPP nos acervos processuais: o índice de compatibilidade do novo instituto negocial por réu em cada processo.

Isso, porque, para a aferição de incidência do ANPP é realizada uma análise conjunta de todos os delitos atribuídos a cada investigado e, não, separadamente, cujas penas são aglutinadas, conforme o tipo de concurso de delitos presente. Tal inteligência é adotada sem controvérsia pela doutrina, a exemplo de Flávio da Silva Andrade (2022) e Rodrigo Leite Ferreira Cabral (2022), e pelo Ministério Público, como se observa do entendimento sumulado pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE) e do Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal (GNCCRIM), a par do que já é empregado para a transação penal e a suspensão condicional do processo, como dispõem os enunciados de súmula do Ministério Público e de tribunais superiores.

Para aferição da pena mínima cominada ao delito a que se refere o artigo 28-A, serão consideradas as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto, na linha do que já dispõe os enunciados sumulados n. 243 e n. 723, respectivamente, do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. (Enunciado n. 29 do CNPGE/GNCCRIM; Brasil, 2020c):

O benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um (01) ano. (Enunciado n. 243 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça; Brasil, 2000)

Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano. (Enunciado n. 723 da Súmula do Supremo Tribunal Federal; Brasil, 2003)

Seguindo essa estratégia, a própria base de dados desta pesquisa corrobora a necessidade de que também seja realizada a análise de incidência do ANPP por réu, ao se verificar que os 588 denunciados, figurantes dos 283 processos selecionados, foram submetidos a 981 imputações criminais, demonstrando ser bastante frequente que cada réu seja denunciado por mais de um crime (1,66 delito por réu). Sendo assim, a análise particular de cada réu permitirá aferir a imputação das condutas criminais em sua completude e, desse modo, melhor investigar a aplicabilidade do ANPP aos acervos processuais.

A prática forense também confirma a necessidade da análise de aplicabilidade objetiva do ANPP seja operacionalizada por réu e por processo, considerando todos os crimes imputados. Delitos relacionados com a organização do trabalho, frequentemente, são denunciados em conjunto com falsidade documental por omissão de anotação de carteira de trabalho, cujas penas mínimas somadas, em regra, ultrapassam o limite legal para celebrar o ANPP, embora, isoladamente, tais infrações comportem o acordo. Diferentemente do que acontece com estelionatos, geralmente, denunciados em conjunto com falsidades documentais, que, mesmo somando-se as penas mínimas de cada delito, há possibilidade do ANPP.

No ponto, relevante registrar que a mensuração das causas de aumento e diminuição de pena sempre são realizadas em favor do réu, isto é, as causas de diminuição em seu maior patamar e as de aumento no menor, como compreende Sandro Carvalho Lobato de Carvalho

(2021) e indica o enunciado de súmula n. 723 do Supremo Tribunal Federal acima reproduzido (Brasil, 2003).

Em apertada síntese, para então aferir a possível incidência do ANPP na base de dados da pesquisa serão utilizados apenas os requisitos objetivos do instituto e sua realidade para cada réu, sob os seguintes parâmetros: aferição do limite de até 4 anos de prisão a cada investigado a partir da aglutinação das penas mínimas dos tipos penais denunciados, conforme o tipo de concurso e com suas respectivas causas de aumento e diminuição de pena; ausência de violência e grave ameaça contra pessoa e não ser cabível a transação penal.

O requisito objetivo específico de reincidência (art. 28-A, §1º; Brasil, 1941) e os requisitos subjetivos, a exemplo da habitualidade criminal (art. 28-A, §2º, inciso II, segunda parte, do CPP; Brasil, 1941) e da análise da suficiência da solução negocial para a prevenção criminal (art. 28-A, *caput*, do CPP; Brasil, 1941), não serão considerados para compor o índice de aplicabilidade do ANPP, visto que são fatores que requerem extensas pesquisas de antecedentes dos denunciados ou mesmo são dotados de certo caráter discricionário, esses últimos nem mesmo sindicáveis por uma pesquisa objetiva.

Enfim, o índice de compatibilidade objetiva do ANPP será calculado partir dos tipos penais denunciados em conjunto por cada réu, figurantes dos processos que compõem a base da pesquisa, e observando os requisitos objetivos da Lei 13.964/2019 (Brasil; 2019).

3.5.3 Tempo médio de tramitação de ações penais em 1º grau

Necessário registrar, inicialmente, que os dados relativos a tempo médio de tramitação existentes nos relatórios estatísticos anuais do Conselho Nacional de Justiça, denominados de Justiça em Números (Brasil, 2020a, 2022a), retratam o tempo consumido pelos processos penais genericamente, qualquer que seja seu objeto, desde que tenha natureza criminal.

Logo, as referidas informações divulgadas pelo Conselho Nacional de Justiça não permitem mensurar a quantidade de ações penais e seu tempo médio de tramitação, que é apenas uma das modalidades de processos criminais, o que poderá produzir conclusões distorcidas a respeito do impacto econômico do ANPP nos acervos processuais antigos, ou seja, a ações penais ainda em tramitação e deflagradas antes do início da vigência da nova ferramenta para a solução penal negociada.

O tempo de tramitação das ações penais em 1º grau será calculado em cada um dos 283 processos selecionados nos relatórios estatísticos de autos que receberam alguma sentença entre 2015 e 2017 na 1ª Vara Federal de Marabá, para, então, construir o índice de tempo médio de tramitação de ações penais na 1ª instância.

A pesquisa irá considerar, como termo inicial, a data do recebimento da denúncia ou a data da decisão que declinar a competência, quando não recebida a denúncia pelo juiz em razão de negativa de competência.

O termo final será a data de remessa ao TRF1, em caso de existência de recurso da sentença, ou a data do trânsito em julgado do provimento judicial de 1º grau, nos casos em que não for apresentado recurso ou não houver essa remessa, se um fato extraordinário obstruir tal envio, como a ocorrência de prescrição da pretensão punitiva do Estado pela pena *in concreto* se houver trânsito em julgado para a acusação ou o falecimento do sentenciado.

3.5.4 Tempo médio de tramitação de ações penais em 2º grau

A existência da mesma inespecificidade do tempo médio de tramitação apurado pelos relatórios estatísticos anuais do Conselho Nacional de Justiça (Brasil, 2020a, 2022a) torna necessário levantar o tempo médio de tramitação das ações penais em 2º grau, a fim de que possam ser estimados com maior precisão os efeitos do ANPP nos acervos processuais antigos.

O tempo de tramitação das ações em 2º grau será extraído de cada um dos processos criminais da base da pesquisa que foram objeto de recurso de apelação para o TRF1 e houve a remessa dos autos ao referido tribunal. A partir de tal base de dados, será calculado o tempo médio de tramitação de ações penais em 2º grau.

A pesquisa irá considerar, como termo inicial, a data do recebimento do processo no TRF1, e o termo final será a data de devolução dos autos à 1ª instância ou, em caso de novo recurso, a data de remessa dos autos aos tribunais superiores.

3.5.5 Índice de recorribilidade do Ministério Público e dos réus

O índice de recorribilidade do Ministério Público e dos réus será construído a partir da análise do resultado das sentenças de 1ª grau e levando em consideração a existência de interesse da parte em alterar o julgado.

Para os réus, serão consideradas aptas a recurso as condenações de 1ª grau e desde que o quantitativo de pena fixada em 1º grau não esteja produzindo prescrição da pretensão punitiva retroativa com a pena *in concreto*, havendo trânsito em julgado para a acusação neste ponto.

Para o Ministério Público, serão consideradas aptas para compor o índice de recorribilidade as sentenças absolutórias ou aquelas condenatórias cujo quantitativo de pena atribuído em 1º grau esteja produzindo a prescrição da pretensão punitiva retroativa com a pena *in concreto*.

As sentenças extintivas de punibilidade, geralmente decorrentes de prescrição da pretensão punitiva do Estado, não serão computadas como aptas a recurso pelo Ministério Público para fins de construir o seu índice de recorribilidade, já que se trata de matéria objetiva, dificilmente com controvérsia fática ou jurídica. Nesse sentido, a inclusão das sentenças extintivas na base de dados poderia gerar distorções na construção do índice de recorribilidade

do Ministério Público, pois, além de comporem um elevado quantitativo, na prática, inexistente interesse recursal, embora represente um resultado desfavorável para o Ministério Público.

3.5.6 Índice de reversibilidade dos recursos do Ministério Público e dos réus

O índice de reversibilidade dos recursos do Ministério Público e dos réus irá considerar apenas os recursos efetivamente julgados pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF1, visto que, embora apresentados recursos pelas partes, fatores extraordinários podem obstruir a remessa recursal, como morte dos sentenciados ou incidência de alguma forma de prescrição da pretensão punitiva do Estado antes da referida remessa.

Será considerada a presença de reversibilidade quando o recurso julgado inverte o comando judicial impugnado, ainda que por acolhimento parcial do pedido recursal.

Desse modo, para o Ministério Público, haverá reversibilidade nos casos em que a sentença absolutória seja reformada para condenatória ou tenha ocorrido reforma da condenação para promover aumento da pena capaz de elidir eventual prescrição da pretensão punitiva retroativa então presente no patamar fixado pelo provimento de 1º grau. Caso ocorra apenas agravamento da pena, sem efeitos práticos de reversão, será computada apenas a presença de decisão favorável, mas sem reversibilidade.

Para os réus, haverá computo de reversão quando a sentença condenatória seja reformada para absolutória ou, mesmo mantida a condenação, eventual diminuição da pena aplicada em 1º grau seja capaz de produzir a prescrição da pretensão punitiva retroativa com a nova pena *in concreto* fixada no acórdão. Caso a pena da condenação seja apenas diminuída, sem efeito prático de afastamento da condenação, será computada apenas a presença de decisão favorável, sem reversão.

3.5.7 Índice de ações penais em acervos processuais

O índice ocorrência de ações penais em acervos processuais servirá para que os resultados compilados no levantamento estatístico de impactos dissuasórios, econômicos e processuais do ANPP na 1ª Vara Federal de Marabá possam ser projetados a nível nacional, empregando os anuários estatísticos do Conselho Nacional de Justiça – Justiça em Números (Brasil, 2020a, 2022a).

Isso, porque, os referidos relatórios estatísticos do Conselho Nacional de Justiça congregam informações inespecíficas do acervos processuais criminais, sem destaque da classe de cada processo, a exemplo do quantitativo de ações penais. São justamente as ações penais que podem ser obstruídas com a celebração do ANPP, reduzindo a tramitação desses procedimentos na fase de conhecimento.

Logo, para uma efetiva avaliação do impactos do ANPP na gestão dos acervos processuais, faz-se necessária a mensuração do índice de ocorrência das ações penais nesses acervos, o que permitirá a projeção dos resultados compilados no estudo de caso da 1ª Vara Federal de Marabá.

Para construir o índice de ações penais em acervos processuais será considerada a equivalência do índice de sancionamento das ações penais sem o ANPP com a quantidade de novas execuções penais ingressas no sistema de justiça em 2019 e que representam um resultado sancionador, colhidas no Relatório Justiça em Números 2020 (Brasil, 2020a), o que permitirá visualizar o acervo de ações penais em 2019, já que as execuções penais derivam exclusivamente dessas últimas.

Importante anotar que o índice de ações penais será levantado em relação ao final do ano de 2019, então representativos de acervos antigos para fins de aplicabilidade do ANPP, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2020.

4. Estudo de Caso da 1ª Vara Federal de Marabá

Para dar concretude à análise econômica do direito penal realizada por esta pesquisa, foi realizado levantamento estatístico de parte do acervo processual da 1ª Vara Federal de Marabá, a partir de processos criminais que receberam algum comando de sentença entre os anos de 2015 e 2017.

Os processos selecionados foram analisados considerando todos os resultados punitivos ou absolutórios até 2º grau de cada um dos delitos imputados a cada um dos réus, evitando que determinado processo seja classificado como sancionatório ou absolutório a partir de apenas uma das sentenças prolatada.

Os acórdãos e sentenças dos processos compilados foram então submetidos a um questionário quantitativo, que extraiu as seguintes informações: quantidade e especificidade dos tipos penais processados por cada réu; resultado sancionador até segundo grau do processo em cada tipo penal processado para cada réu; compatibilidade do ANPP a cada réu; tempo de tramitação do processo criminal por instância; apresentação de recurso do Ministério Público e do réu contra o sentença de 1º grau e resultado do recurso julgado pelo TRF1 apresentado pelo Ministério Público ou pelo réu.

Em paralelo, também foram selecionados os processos submetidos à audiência para celebração de ANPP, realizadas entre 01.2020 e 10.2022 na 1ª Vara Federal de Marabá. Nesse conjunto de autos criminais, foram analisadas as atas das audiências de tentativa de celebração de ANPP, perfilando seu índice de fechamento de acordo, que revela sua capacidade punitiva na visão da teoria econômica do crime.

Sob tais parâmetros, foi formada a base de dados desta pesquisa, estratificada em dois blocos: i. 289 processos criminais detectados pelos sete relatórios estatísticos do sistema *Oracle* (Brasil, 2022j) e pelo relatório de emissão de guias de execução de pena, universo que contém

588 réus, aos quais foram imputados 981 crimes e ii. 132 propostas de ANPP apresentadas pelo Ministério Público Federal.

4.1 Índice de compatibilidade objetiva do ANPP por réu

O índice de compatibilidade do ANPP foi levantado a partir da análise das denúncias criminais de cada um dos 588 réus, acusados de 981 delitos, visto que o conjunto de delitos denunciados para cada acusado é levado em consideração para aferir o atendimento ao limite de pena mínima até quatro anos, assim como eventuais circunstâncias atenuantes e agravantes, essas mensuradas no fator máximo e no mínimo, respectivamente.

A base de dados da pesquisa refletiu a distribuição de delitos disposta na Tabela 2, confeccionada a partir dos bens jurídicos tutelados pela lei penal (Brasil, 1940):

Tabela 2

Quantitativos de imputações por bem jurídico tutelado

Bem Jurídico Protegido	Quantitativo de Imputações	Percentual de Incidência Aproximado
Relações de Trabalho (1)	254	26%
Patrimônio	235	24%
Fé Pública	167	17%
Administração Pública	128	13%
Meio Ambiente	118	12%
Telecomunicações	40	4%
Paz Pública	25	2,5%
Outros (2)	14	1,5%
TOTAL	981	100%

Fonte: Produzida pelo autor utilizando o Sistema *Oracle* da Justiça Federal (Brasil, 2022i).

Notas:

(1) Inclui o delito de redução a condição análoga à de escravo (art. 149 do CP).

(2) Grupo de delitos relacionados a bens jurídicos protegidos pela lei penal brasileira não elencados nos grupos anteriores.

Paralelamente, também foram investigados os requisitos excludentes do ANPP no campo objetivo: existência de violência e grave ameaça contra pessoa e cabimento da transação penal.

A Tabela 3 consolida os resultados apurados da aplicabilidade do ANPP por réu a partir da base de dados da pesquisa:

Tabela 3

Quantitativos Finais de Aplicabilidade Objetiva do ANPP por réu

Resultado	Quantitativo de Réus
Aplicabilidade do ANPP	385
Inaplicabilidade do ANPP	179
Cabimento de Transação Penal	77
TOTAL	588

Fonte: Produzida pelo autor utilizando o Sistema *Oracle* da Justiça Federal (Brasil, 2022i).

Considerando o universo de 588 réus, a amostragem evidenciou a compatibilidade objetiva do ANPP a 385 acusados (para 179 réus o ANPP não é aplicável e 24 infratores foram beneficiados com transação penal), o que representa o percentual de 65% de compatibilidade¹⁰.

¹⁰ Procedendo à análise do cenário da 1ª Vara Federal de Marabá relativo às ações penais distribuídas no ano de 2022, quando o ANPP já se incorporou à rotina procedimental do Ministério Público, foi encontrado um conjunto de 15 autos criminais sem denúncia recebida e encaminhados pelo Ministério Público para análise da denúncia ou intimação dos investigados sobre interesse em celebrar ANPP. Desse conjunto de autos criminais, havia 05 denúncias oferecidas e 10 propostas de acordo de não persecução, o que representa o índice de aplicabilidade concreta do ANPP de 66%. Embora esse índice concreto seja relativo a uma base de dados pequena e contemple, também, a análise subjetiva de cada caso (reincidência, habitualidade criminosa e suficiência do ANPP para a prevenção criminal), seu resultado é bem próximo do índice de compatibilidade objetiva projetado por esta pesquisa (65%).

Para a aferição dos efeitos retroativos do ANPP, o cenário é um pouco diferente, visto que a base de dados é formada por processos criminais em tramitação, logo, já excluídos processos penais em que os réus foram beneficiados por transação penal e suspensão condicional do processo. A incidência da transação penal já está excluída pelo índice de 65% acima diagnosticado, o que não ocorreu com a suspensão condicional do processo, que, embora não seja excludente do ANPP, é aplicável após o recebimento da denúncia, justamente o caso dos acervos já em tramitação, objeto da aplicação retroativa do novo instituto consensual penal.

No intuito de equalizar o índice de compatibilidade objetiva do ANPP aos acervos processuais antigos, foi levantado o quantitativo de incidência da suspensão condicional do processo à base de dados da pesquisa, composta por 981 imputações, quando se chegou ao total de 65 casos, isto é, 7% de ocorrência, percentual esse que deve ser subtraído do índice de compatibilidade geral do ANPP, isto é, do percentual de 65% acima determinado.

Por consequência, a aplicabilidade retroativa do ANPP deverá ser analisada sob o índice de compatibilidade objetiva de 58%, que então considera os acervos processuais pendentes e anteriormente submetidos à transação penal e à suspensão condicional do processo.

4.2 Tempo médio de tramitação das ações penais em 1º e 2º graus

A pesquisa analisou os 289 processos discriminados nos relatórios estatísticos de sentenças prolatadas entre 2015 e 2017 na 1ª Vara Federal de Marabá, com fulcro nos seguintes marcos temporais, dispostos na Tabela 4: data do recebimento da denúncia (ou decisão declinatória de competência), data da prolação da sentença de 1º grau, data da remessa dos autos ao TRF1, data do recebimento dos autos no TRF1, data da devolução dos autos à 1ª instância pelo TRF1 ou remessa a tribunal superior.

Tabela 4

Quantitativos Finais de Tempo de Tramitação dos Processos Criminais

Fase processual	Somatório de Meses	Quantidade de casos aferidos	Tempo Médio em Meses	Tempo Médio Aproximado
1º Grau Fracionado (1)	13.550	215	63,02	5 anos e 3 meses
1ª Grau Fracionado (2)	2.361	209	11,29	11 meses
1º Grau Total (3)	16.015	215	74,48	6 anos e 2 meses
2º Grau Total (4)	2.045	60	34,08	2 anos e 10 meses

Fonte: Produzida pelo autor utilizando o Sistema *Oracle* da Justiça Federal (Brasil, 2022i).

Notas:

- (1) Tempo entre ingresso dos autos ou recebimento da denúncia e sentença de 1º Grau
- (2) Tempo entre a sentença e a remessa ao TRF1 ou trânsito em julgado
- (3) Tempo entre o recebimento da denúncia e a remessa ao TRF1 ou trânsito em julgado
- (4) Tempo entre o recebimento no TRF1 e a remessa a tribunal superior ou trânsito em julgado

Em primeiro grau, o tempo médio de tramitação entre a denúncia e a emissão da sentença foi de 5 anos e 3 meses, ao qual deve ser adicionado o tempo médio de 11 meses para a remessa dos autos ao TRF1¹¹. Por consequência, o tempo médio total de tramitação na 1ª instância criminal foi medido em 6 anos e 2 meses (74 meses).

Na esfera recursal, o tempo médio de tramitação entre a data de recebimento dos autos da 1ª instância pelo TRF1 e a sua devolução ao juiz da execução (ou remessa aos tribunais superiores) foi de 2 anos e 10 meses (34 meses).

Assim, o tempo médio total de tramitação de ações criminais até 2º grau, desde o recebimento da denúncia, até a devolução dos autos à 1ª instância pelo TRF1 após o julgamento dos recursos, foi dimensionado em 9 anos¹².

¹¹ O tempo médio de remessa dos autos da 1ª instância ao TRF1 é consumido para promover as intimações das partes a respeito da sentença prolatada. Em caso de sentença absolutória, o tempo médio de remessa foi de 3 meses, enquanto o tempo médio de remessa em caso de sentenças condenatórias foi de 1 ano e 7 meses, mais dilatado que o anterior em razão da necessidade de intimação pessoal do réu em caso de condenação.

¹² Ao se proceder à análise dos óbitos dos acusados, observou-se elevada demora do aporte nos autos da notícia de falecimento do infrator e sua comprovação. Em 36 falecimentos de acusados, foram encontradas informações precisas em 31 casos, as quais apontaram que, entre a data da morte e a prolação da sentença extintiva de punibilidade, foram consumidos, em média, 3 anos e 6 meses (Apêndice B).

Os dados compilados permitem, desde logo, corroborar a justificativa dessa pesquisa em promover o levantamento de dados de tempo médio de tramitação de ações penais, haja vista a inespecificidade das informações produzidas pelas estatísticas anuais do Conselho Nacional de Justiça, apresentadas nos relatórios denominados de Justiça em Números (Brasil, 2020a, 2022a), que considera todas classes de processos para indicar o tempo médio de tramitação da esfera criminal.

No ponto, coleta-se do Relatório Justiça em Números 2022 (Brasil, 2022a, p. 229) o tempo médio de tramitação dos processos criminais em 1º grau para a Justiça Federal em 2 anos e 9 meses, o que representa 45% do tempo médio de tramitação das ações penais segundo os dados compilados pela presente pesquisa (6 anos e 2 meses). Em 2º grau, o mesmo relatório do CNJ (Brasil, 2022a, p. 228) apontou tempo médio de tramitação dos processos criminais em 1 ano e 1 mês na Justiça Federal, o que equivale a 38% do tempo médio de tramitação das ações penais registrado nesta pesquisa para essa mesma esfera recursal (2 anos e 10 meses).

Tal distorção levaria à equivocada compreensão de que, nos dias de hoje, não mais existiriam ações criminais remanescentes em 1º grau para serem objeto de aplicação retroativa do ANPP, se da data de início das vigência do ANPP (jan.2020) ao marco final da pesquisa (out. 2022), isto é, 2 anos e 9 meses, já teria transcorrido o tempo médio de tramitação de processos criminais em 1º grau (2 anos e 9 meses), segundo o parâmetro genérico do Relatório Justiça em Números (Brasil, 2022a, p. 229), enquanto dados compilados por esta pesquisa apontam que esse lapso temporal representa apenas 45% do tempo de tramitação em 1º grau, logo, com perspectivas de considerável acervo ser submetido à tentativa de pactuar ANPP na referida instância.

Importante ressaltar que a divergência detectada decorre apenas da diferença de base de dados de cada pesquisa: enquanto a presente análise utiliza exclusivamente ações penais, pois somente essas são objeto do ANPP, o Relatório Justiça em Números (Brasil, 2022a) adota todo

o acervo processual criminal para mensurar o tempo médio da tramitação criminal, o que inclui procedimentos bem céleres, como *habeas corpus* e incidentes processuais autônomos, a exemplo da devolução de bens apreendidos, pedidos de revogação de prisão preventiva, assim, procedimentos que diminuem fortemente o tempo médio de tramitação geral.

4.3 Índice de recorribilidade do Ministério Público e dos réus

Para estimar os prováveis resultados sancionatórios de processos criminais até 2º grau e que se encontram ainda em fase de intimação de sentenças criminais de 1º grau, logo, sem elementos para concluir a respeito da impugnação do referido ato judicial, tornou-se necessário mensurar o grau de recorribilidade dos atores do processo criminal: Ministério Público e réus:

Após a análise das 981 imputações criminais, foram detectados 334 casos em que o Ministério Público possuía interesse recursal, contudo, o órgão acusador apresentou recurso em apenas 112 casos, o que representa um índice de recorribilidade de 34%, como descreve a tabela 5:

Tabela 5

Quantitativos de Recorribilidade do MPF ao TRF1

Tipo	Quantidade	Percentual Aproximado
Apresentação de recurso pelo MPF	112	34%
Sem apresentação de recurso pelo MPF	222	66%

Fonte: Produzida pelo autor utilizando o Sistema *Oracle* da Justiça Federal (Brasil, 2022i).

Já as defesas obtiveram um índice bem mais dilatado (Tabela 6), visto que, dos 134 casos onde foi visualizado interesse recursal, 111 deles foram objeto de recurso, revelando um índice de recorribilidade de 83%.

Tabela 6

Quantitativos de Recorribilidade dos réus ao TRF1

Tipo	Quantidade	Percentual Aproximado
Apresentação de recurso pelos réus	111	83%
Sem apresentação de recurso pelos réus	23	17%

Fonte: Produzida pelo autor utilizando o Sistema *Oracle* da Justiça Federal (Brasil, 2022i).

A enorme diferença de resultados entre os atores do processo criminal justifica a necessidade de que os índices de recorribilidade fossem construídos separadamente, pois uma linha média de recorribilidade estaria muito afastada dos padrões de comportamento recursal de cada parte processual.

4.4 Índice de reversibilidade de recursos Ministério Público e dos réus

O índice de reversibilidade de recursos apresentados pelo Ministério Público e dos réus busca projetar o resultado sancionatório de processos criminais até 2º grau que possuem sentenças criminais desafiadas por recurso, mas ainda sem julgamento pelo tribunal competente.

A base de dados empregou os casos em que houve efetivo julgamento do recurso apresentado, já que, em muitos cenários, ocorre a perda de objeto do recurso no decorrer da demanda, como a incidência de prescrição ou a morte do acusado¹³ antes de os autos alçarem o órgãos recursal.

¹³ A análise dos óbitos dos acusados revelou um interessante aspecto social, no que tange à causa morte (Apêndice B). Em 30 falecimentos, dos 36 detectados, havia informação precisa desse aspecto, onde 10 infratores faleceram por morte violenta (assassinato) e 20 por outras causas (doença, acidente ou causa desconhecida), o que representa um índice de falecimento por homicídio de 33,3%, quase seis vezes maior que a média nacional (5,4%

As Tabelas 7 e 8 apresentam, respectivamente, os resultados dos recursos de apelação criminal apresentados pelo Ministério Público Federal e pelos réus no TRF1:

Tabela 7

Quantitativos de Reversibilidade dos Recursos Apresentados pelo MPF no TRF1

Tipo	Quantidade	Percentual Aproximado
Resultado favorável ao MPF, mas sem reversão	1	1%
Resultado favorável ao MPF e com reversão	11	13%
Resultado desfavorável ao MPF	70	86%
Vantagem Geral	12 em 82	14%

Fonte: Produzida pelo autor utilizando o Sistema *Oracle* da Justiça Federal (Brasil, 2022i).

Tabela 8

Quantitativos de Reversibilidade dos Recursos Apresentados pelos réus no TRF1

Tipo	Quantidade	Percentual Aproximado
Resultado favorável aos réus, mas sem reversão	15	22%
Resultado favorável aos réus e com reversão	12	17%
Resultado desfavorável aos réus	42	61%
Vantagem Geral	27/69	39%

Fonte: Produzida pelo autor utilizando o Sistema *Oracle* da Justiça Federal (Brasil, 2022i).

A partir das 981 imputações criminais presentes nos 289 processos criminais que formam a base de dados da pesquisa, foram detectados 82 acórdãos prolatados pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em análise de recurso apresentado pelo Ministério Público, dos

- 63.825 em 1.168.000 mortes), segundo dados de 2017 do *Institute for Health Metrics and Evaluation* – IHME (citado por Costa & Tombesi, 2020).

quais 11 inverteram o resultado prático da sentença de 1º grau, assim, compondo um índice de 13% de reversibilidade em favor da acusação. Em apenas um caso houve melhoria para o Ministério Público, sem reversão, perfazendo o índice aproximado de 1% dos casos.

Para a defesa, foram detectados 69 acórdãos julgados pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em recursos do acusado, dos quais 12 apresentaram reversão do resultado, logo, formando um índice de 17% de reversibilidade em favor do réu. Já melhorias em favor dos réus foram detectadas em 15 acórdãos, o que representa um índice de 22%.

Uma análise agrupada permite justificar a maior recorribilidade da defesa (83%) em relação ao Ministério Público (34%), ao se observar que aquela obtém algum resultado prático favorável recursal em 39% dos casos julgados pelo TRF1 (17% de reversão e 22% de melhoria), ao passo que o Ministério Público atinge menos da metade disso, isto é, 14% (13% de reversão e 1% de melhoria).

4.5 Índice de sancionamento máximo

O índice de sancionamento foi construído a partir das 981 imputações, presentes nos 289 processos criminais, em que figuram 588 acusados. O resultado sancionador até 2º grau de cada imputação foi classificado em absolvição, extinção da punibilidade por prescrição em geral, extinção da punibilidade por falecimento do réu e sancionamento.

A presença de sancionamento foi computada nos seguintes cenários: i. provimento condenatório até 2º grau e sem que a pena final constante do título condenatório tenha gerado prescrição retroativa *in concreto*; ii. extinção da punibilidade por cumprimento de pena e iii. extinção da punibilidade por cumprimento de obrigações pactuadas em transação penal e suspensão condicional do processo.

Para os casos em que o processo criminal não tenha vencido a fase de intimação da sentença criminal para manifestação das partes quanto ao interesse em recorrer, foi construído o índice de recorribilidade já levantado nos tópicos acima.

Além disso, aos casos em que o recurso apresentado pela parte (ou projetado pelo índice de recorribilidade) não tenha sido apreciado pelo TRF1, foi aplicado o índice de reversibilidade, a fim de estimar a resultado sancionatório provável e, assim, formar o índice de sancionamento do sistema de justiça criminal.

O índice ora construído foi qualificado como máximo em razão de não mensurar a prescrição da pretensão executória da pena aplicada aos condenados. Ao mesmo tempo, importante considerar que a pesquisa se limita ao resultados até 2º grau, de maneira que não foram avaliados eventuais efeitos de reversão de recursos nos tribunais superiores.

A Tabela 9 concentra os resultados criminais apurados na base de dados da pesquisa, conforme os parâmetros delineados acima:

Tabela 9

Resultados Criminais até 2º Grau

Tipo de Resultado	Quantitativo
Absolvição	283
Absolvição aguardando julgamento de recurso pelo TRF1	1
Condenação	77
Condenação aguardando julgamento de recurso pelo TRF1	43
Aplicação de sanção por <i>sursi</i> processual ou transação penal	77
Prescrição	464
Extinção da punibilidade por morte do acusado	36
TOTAL	981 imputações

Fonte: Produzida pelo autor utilizando o Sistema *Oracle* da Justiça Federal (Brasil, 2022i).

Após a análise quantitativa da base de dados, as 981 imputações ficaram distribuídas da seguinte forma: 283 absolvições, 464 prescrições, 36 falecimentos dos réus, 77 condenações e 77 casos de obrigações negociais em transação penal ou suspensão condicional do processo. Foram detectadas 43 condenações e uma absolvição pendentes de recurso, ao passo que nenhum caso ainda aguardava prazo para manifestação de interesse das partes em recorrer da sentença criminal de 1º grau.

Aplicando o índice de reversibilidade da defesa de 17% aos 43 recursos dos réus que aguardam julgamento pelo TRF1, foram evidenciadas 7 prováveis inversões de condenação em absolvição e 36 casos em que haverá a manutenção da condenação fixada na sentença. Já a única absolvição desafiada por recurso da acusação ainda não julgada pelo TRF1 foi mantida como absolvição, considerando o índice de 13% de reversibilidade em favor do Ministério Público.

Diante dos elementos compilados, foram obtidos 190 resultados sancionatórios em 981 imputações, quais sejam: 77 condenações, 77 obrigações em justiça negocial e 36 estimativas de manutenção de sentenças de 1ª grau condenatórias pelo TRF1. Portanto, a presente pesquisa revelou o índice de sancionamento máximo do sistema de justiça criminal até 2º grau de 19% (190 resultados com sanção em 981 imputações), segundo dados coletados em processos criminais da 1ª Vara Federal de Marabá, como destaca a Tabela 10:

Tabela 10

Resultados Sancionatórios Finais

Resultado Criminal	Quantitativos
Condenações	77

Obrigações Penais Negociadas	77
Estimativas de manutenção de condenações no TRF1 (1)	36
TOTAL	190 condenações em 981 imputações

Fonte: Produzida pelo autor utilizando o Sistema *Oracle* da Justiça Federal (Brasil, 2022i).

Nota:

(1) Aplicação do índice de reversibilidade às apelações apresentadas e não julgadas no TRF1

Se forem considerados apenas os resultados sancionadores decorrentes da persecução penal, isto é, excluindo as sanções obtidas com as ferramentas negociais existentes antes do ANPP (transação penal e suspensão condicional do processo), chega-se ao índice de sancionamento máximo do sistema de justiça criminal coercitivo de 12%, decorrente da subtração dos 77 casos solucionados com justiça negocial do universo de resultados sancionatórios e da base de dados (904 imputações e 113 sancionamentos).

Tal índice revela que, caso o infrator resolva não negociar com o Ministério Público, terá a seu favor a baixa probabilidade de 12% em receber alguma sanção penal em decorrência do processo penal coercitivo.

Justamente esse índice de 12% de sancionamento máximo que deverá ser empregado para aferir os efeitos de aplicabilidade retroativa do ANPP aos processos em curso, visto que essa gama de processos antigos já foi submetida aos institutos negociais anteriores, de forma que os autos remanescentes somente chegarão a um resultado sancionador pelo caminho exclusivo do processo penal coercitivo. Ou seja, os processos em tramitação que tiveram esgotadas anteriormente as formas de solução consensual penal têm apenas 12% de probabilidade de gerarem um resultado sancionatório, mas poderão ser remediados com a aplicabilidade retroativa do ANPP.

A par desses baixos índices de sancionamento, mostra-se relevante também verificar se a baixa perspectiva de punição do sistema de justiça criminal (19% ou 12%) tem gerado

desincentivo para a pactuação de acordos penais, a comprometer a efetividade da solução consensual, elemento importante para a análise do ANPP sob a visão da teoria econômica do crime.

4.6 Índice de sancionamento do ANPP

O índice de sancionamento do ANPP foi obtido na extração dos resultados contidos nas atas de audiência de tentativa de celebração de ANPP, realizadas entre 01.2020 e 10.2022.

A construção do índice de sancionamento do ANPP avaliou as propostas apresentadas pelo Ministério Público a cada réu, já que as regras que regem o referido instituto consideram todos os delitos imputados a cada investigado para identificar a presença dos requisitos exigidos pela lei processual, como limite de pena mínima e existência de violência ou grave ameaça à pessoa.

Após a consolidação da base de dados, foram identificadas 132 propostas de ANPP, das quais 119 réus anuíram em celebrar o acordo para cumprir obrigações em consequência da denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público, resultando um índice de sancionamento de 90%, como descreve a Tabela 11:

Tabela 11

Resultados de Audiências para Firmar ANPP

Resultados	Quantidade
Fechamento de ANPP	119
Rejeição de ANPP	13

Fonte: Produzida pelo autor utilizando o Sistema *Oracle* da Justiça Federal (Brasil, 2022i).

A imensa maioria daqueles réus que decidiram por não firmar o acordo penal (cerca de 77%) demonstram contrariedade à exigência da confissão da prática criminosa, ainda que tal admissão criminal não gere efeitos práticos desfavoráveis. Paralelamente, todos os casos (100%) em que houve recusa de pactuar o ANPP se relacionaram ao cometimento de crimes econômicos.

4.7 Índice de ações penais em acervos processuais

A base de dados para aferir o índice de ações penais em acervos processuais foi coletada em dezembro de 2019, o que permitirá detectar o acervo passível de incidência retroativa do ANPP, já que a vigência desse instituto iniciou em 24 de janeiro de 2020.

Segundo o Relatório Justiça em Números 2020 do Conselho Nacional de Justiça (Brasil, 2020a, p. 192), ao final de 2019, o sistema de justiça criminal baixou 2,9 milhões de processos criminais pendentes, ao mesmo tempo em que foram iniciadas 396 mil execuções penais, essas últimas que decorrem exclusivamente de ações penais.

No ponto, necessário atentar que, a partir do ano de 2019, as execuções penais foram centralizadas no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) do Conselho Nacional de Justiça (Brasil, 2022j) para todo o Poder Judiciário brasileiro, cuja execução ocorre de forma individual, ou seja, para cada sentenciado é aberto um processo de execução criminal no referido SEEU.

Logo, as 396 mil execuções penais deflagradas em 2019 representam 195 mil ações penais, considerando que a base da pesquisa identificou que cada ação penal tem 2,03 réus (588 réus figurando em 289 processos), conversão essa necessária, visto que a base de cálculo utilizada pelo Conselho Nacional de Justiça para mensurar a evolução de acervos no Relatório Justiça em Números (Brasil, 2020a, p. 192) foi construída a partir do total de processos e não de acusados.

Ao equalizar a quantidade de processos que geraram as novas execuções penais, essas que representam resultados sancionadores, com o índice de sancionamento sem o ANPP levantado por esta pesquisa (19%), conclui-se que as novas execuções penais derivaram de 1,02 milhões de ações penais, daquele universo de 2,9 milhões de processos baixados, o que representa 41%.

Portanto, obteve-se o índice de 41% de ocorrência de ações penais nos acervos processuais de todo o sistema de justiça criminal brasileiro com tramitação em dezembro de 2019.

5. Análise dos Resultados Estatísticos Sob a Ótica da Teoria Econômica do Crime

Na última parte desta pesquisa, serão analisados os dados estatísticos compilados no estudo de caso da 1ª Vara Federal de Marabá, no intuito de mensurar os efeitos do ANPP na dissuasão criminal e na gestão de acervos processuais, segundo a análise econômica direito.

Inicialmente, serão aferidas as alterações da dissuasão criminal com a introdução do ANPP sob os parâmetros da curva da criminalidade e da curva da retributividade, com base nos resultados sancionatórios da 1ª Vara Federal de Marabá e TRF1.

Logo após, haverá a projeção das análises econômicas da dissuasão criminal da 1ª Vara Federal e TRF1 com a aplicação retroativa do ANPP, a partir da curva da criminalidade e da curva da retributividade. Com os dados obtidos, será possível mensurar os impactos da aplicabilidade retroativa do ANPP no acervo nacional, sob as balizas da eficiência e dos custos financeiros do Poder Judiciário.

5.1 Análise dos efeitos do ANPP na dissuasão criminal: criminalidade agregada e retributividade penal

Criminalidade agregada e retributividade penal são dois importantes parâmetros para aferição dos efeitos dissuasórios do ANPP no sistema criminal, ambos fortemente atrelados ao índice de sancionamento do sistema de justiça criminal.

Na fase de consolidação dos dados estatísticos referentes ao estudo de caso da 1ª Vara Federal de Marabá, ficou demarcado um índice de sancionamento máximo do sistema de justiça criminal de 19%. Portanto, um infrator, submetido ao processo judicial na 1ª Vara Federal de Marabá e TRF1, terá a probabilidade máxima de 19% de receber alguma sanção em razão dos delitos denunciados, aí incluídas as soluções negociais existentes antes do ANPP. Se o caso não comportar solução negocial ou, quando aplicável, o infrator recuse a transação penal ou a

suspensão condicional do processo, estará então sujeito à probabilidade máxima de 12% de sofrer alguma sanção penal.

A questão do baixo grau de sancionamento do sistema de justiça criminal, consoante a pesquisa quantitativo realizada na 1ª Vara Federal e que abrangeu resultados penais em 1º e 2º graus, poderia ser derivada de uma disparidade entre a investigação policial e o processo penal, permitindo a conclusão de que as investigações levadas a campo pelos órgãos de segurança pública e pelo Ministério Público não estariam sendo confirmadas pela instrução processual. Isto é, o juiz criminal estaria absolvendo os acusados pela prova de inocência ou pela ausência de provas que demarquem a materialidade ou autoria do crime denunciado.

Entretanto, não é essa a conclusão que pode se extrair dos dados estatísticos desta pesquisa, já que a prescrição da pretensão punitiva do Estado é responsável por quase a metade das imputações em que não houve sancionamento do infrator (47%), quer seja na modalidade pela pena *in abstracto*, quer seja com a pena *in concreto*, essa incidente quando já existe condenação. Não custa lembrar que a prescrição da pretensão executória do Estado não foi mensurada pela presente pesquisa, o que indica que o índice de prescrição deve ser ainda maior, tanto que o fator de sancionamento do sistema de justiça criminal foi qualificado no referencial teórico desta pesquisa como máximo.

Os resultados obtidos pela presente pesquisa a respeito do tempo médio das ações penais levantados corroboram os sérios efeitos que a prescrição produziu na formação do baixo índice de sancionamento do sistema de justiça criminal segundo dados da 1ª Vara Federal de Marabá e TRF1.

No ponto, constata-se que o tempo médio de tramitação das ações penais em primeiro e segundo graus foi de 9 anos, o que permite inferir que condenações com prisão até 4 anos, fruto de um acórdão que reforme uma sentença absolutória, serão fulminadas pela prescrição da

pretensão punitiva do Estado *in concreto*, que opera em oito anos (art. 109; Brasil, 1940), já que a sentença absolutória não interrompe a prescrição (art. 112; Brasil, 1940).

Mesmo sentenças condenatórias de primeiro grau com punições de até dois anos de prisão não vencem a prescrição da pretensão punitiva do Estado, considerando que o tempo médio de tramitação de 5 anos e 3 meses entre o recebimento da denúncia e a prolação da sentença ultrapassa o prazo prescricional de 4 anos da lei penal (art. 109; Brasil, 1940), quadro esse muito comum, por exemplo, nos processos que envolvem crimes ambientais¹⁴.

Diante desses elementos estatísticos e normativos, é importante reconhecer que não é a prova de inocência ou a falta de provas da acusação que está a produzir o baixo índice de sancionamento, mas a incapacidade do sistema de justiça em dar uma resposta oportuna à conduta criminoso denunciada.

Com a introdução do ANPP, o cenário sancionatório modifica-se, visto que a solução negocial, segundo as conclusões estatísticas acima descritas, obtém 90% de sancionamento e tem compatibilidade com 65% dos casos analisados, aí já excluídos aqueles que podem ser beneficiados com a transação penal, haja vista sua precedência em relação ao ANPP.

O índice de 90% de sucesso nos acordos penais também releva que a baixa perspectiva de punição (19%) não está provocando elevados efeitos desmotivantes para a solução consensual, especialmente ao se observar que a não aceitação da confissão da prática criminal ter sido motivação prevalente para a frustração dos acordos (77%).

Ao mesmo tempo, o fato de os insucessos de acordos penais estarem relacionados exclusivamente a denúncia de crimes econômicos (100%) pode revelar a maior racionalidade empregada por estes infratores ao lidar com o sistema de justiça criminal, embora com pequeno

¹⁴ A Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, denominada de lei dos crimes ambientais, tipifica 39 condutas penais principais, das quais apenas a prevista no art. 69-A possui cominação de pena mínima maior que um ano (Brasil, 1998), logo, para vencer a prescrição da pretensão punitiva do Estado *in concreto* irá necessitar da aplicação de uma ou mais causas de aumento de pena. Ao mesmo tempo, é bom lembrar que os crimes ambientais foram diagnosticados por esta pesquisa com a incidência de 12% nas imputações da base de dados, evidenciando considerável influência na formação do baixo índice de sancionamento da 1ª Vara Federal de Marabá.

impacto para o sucesso dessa solução negocial, já que alcançado o índice de 90% de acordos penais.

Promovendo uma média ponderada a partir do percentual de provável incidência do ANPP aos casos que tramitam na justiça criminal e seu índice de sancionamento máximo, isto é, que 65% desses casos podem elevar seu índice máximo de sancionamento de 19% (índice geral sem o ANPP) para 90% (índice do ANPP), enquanto os outros 35% se mantêm no índice de sancionamento de 19%, obtém-se a projeção do índice ponderado de sancionamento máximo com a incorporação do ANPP em 65%.

A elevação do grau de sancionamento de determinado sistema de justiça criminal funciona como incremento da percepção da punição e, nos crimes racionais, representa o aumento de seu preço (Becker, 1968), a desestimular o cometimento de infrações.

Seguindo essa abordagem, Robert Cooter e Thomas Ulen (2010) apresentaram a dissuasão criminal pelas leis de mercado, destacando que a quantidade de crimes (x) diminui à proporção que a punição esperada aumenta (y), produzindo uma criminalidade agregada decrescente.

Transferindo aos dados estatísticos produzidos por esta pesquisa aos parâmetros da teoria econômica do crime (Cooter & Ulen, 2010, p. 480), chega-se ao gráfico delineado na Figura 3, que representa a criminalidade agregada antes do ANPP (x_0 e y_0) e depois do advento do ANPP (x_1 e y_1):

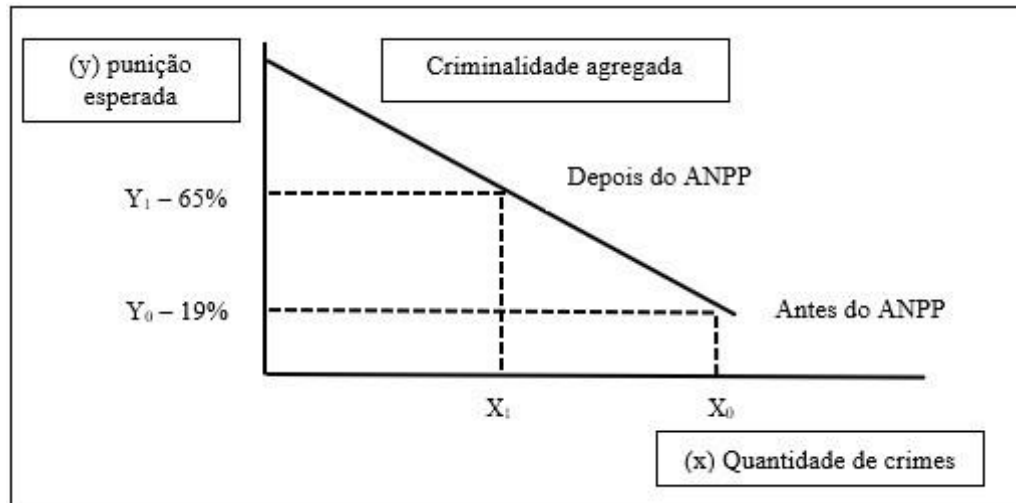


Figura 3. Curva da criminalidade agregada & ANPP

No comparativo das linhas da criminalidade agregada antes e depois da integração do ANPP, facilmente se percebe o aumento da punição esperada (de y_0 para y_1), que projeta forte redução da quantidade de delitos (x_0 para x_1), visto que o preço do crime, na ótica econômica, ficou mais caro ao infrator.

Além dos aspectos da lei de mercado do crime, observam-se três fatores que denotam que a opção legislativa pela adoção da solução negociada pelo ANPP produz melhorias à dissuasão criminal brasileira.

O primeiro deles é o foco do ANPP em delitos de menor ofensividade, esses que possuem duplo estímulo aos infratores de crimes racionais no sistema de justiça criminal brasileiro: baixa severidade da pena (característica própria dos delitos menos graves) e baixa probabilidade de punição (como visto, em 19% de sancionamento máximo antes do ANPP).

Logo, ao se elevar a probabilidade de punição aos delitos aos quais são cominadas penas baixas, ocorre uma equalização da dissuasão, posto que as condutas com menor ofensividade, outrora em duplo estímulo para seu cometimento, passam a ostentar a expectativa de punição em sentido de desmotivação ao infrator. Os delitos de maior ofensividade igualmente se apresentam com um dos fatores da criminalidade agregada em favor da dissuasão criminal, já

que possuem naturalmente o aspecto severidade da punição em sentido desmotivador aos criminosos, posto que o ANPP não lhe tangencia a fim de elevar a probabilidade de punição.

Num segundo plano, o ANPP traz uma solução inovadora à teoria econômica do crime, que pressupõe o investimento estatal para que o sistema de justiça possa elevar seu grau de sancionamento. Daí a frequente conclusão de que, na visão econômica do direito penal, a elevação das punições é mais vantajosa ao Estado para dilatar sua dissuasão criminal, em razão da desnecessidade de aporte financeiro.

No caso do ANPP, ao invés do emprego de investimentos financeiros para expandir a eficiência dos órgãos de persecução penal em verter sanções aos criminosos e, assim, aumentar a probabilidade de punição da criminalidade agregada, obteve-se essa maior expectativa de punição com a incorporação de uma solução abreviadora da persecução penal, logo, com efeitos subtrativos do custo processual, e que requer baixíssimo investimento financeiro para implementação.

De um lado, deixa-se de prosseguir ou deflagrar o longo e custoso processo penal, em que diversas diligências são exigidas, a exemplo de intimações e citações pessoais, realização de audiências e perícias, expedição de cartas precatórias e diversos outros atos processuais na tramitação do feito; enfim, poupa-se o Estado de todos os custos de um processo criminal. De outro lado, o ANPP, em substituição aos custos processuais ordinários, necessita apenas da intimação da investigado para comparecer a uma reunião com o Ministério Público que, se positiva, ensejará mera audiência para a homologação judicial do acordo.

Portanto, o ANPP consegue elevar a eficiência do sistema de justiça criminal, gerando uma maior probabilidade de sancionamento do infrator e, assim, da dissuasão criminal, sem exigir os elevados aportes econômicos ordinariamente considerados pela teoria econômica do crime para produzir esse efeito quando se decide por interferir no fator “punição esperada” pelo

criminoso e não na “severidade da punição”, essa mais facilmente implementada, já que não exige investimentos.

Um terceiro ponto que denota a maior eficiência do ANPP na elevação da dissuasão criminal se refere ao incremento da probabilidade de punição, que, no binômio expectativa de punição e severidade da pena (Cooter & Ulen, 2010), é aquele fator que promove maior efeito dissuasório, segundo Analú Librelato (2018, p. 59), quando remete aos estudos de Isaac Ehrlich (1974) e James Andreoni (1991).

A curva de retributividade penal é outra composição econômica do crime que permite avaliar os efeitos de determinada política criminal no ambiente de estímulos e desestímulos aos infratores de crimes racionais.

Neste aspecto, a curva de retributividade apresenta a dissuasão criminal a partir do comparativo entre o prejuízo produzido e o lucro obtido pelo criminoso diante do grau de retributividade econômica das punições esperadas, considerando a probabilidade de sancionamento do infrator. A teoria econômica do crime propõe que a punição esperada, sopesada com a probabilidade de punição, seja sempre maior que os prejuízos e lucros gerados pela conduta criminosa; se iguais, estará presente a denominada retribuição perfeita.

Segundo a teoria econômica do crime (Cooter & Ulen, 2010), quando determinado sistema de justiça consegue alcançar grau de retributividade além da retribuição perfeita, ocorre a diminuição da seriedade dos delitos, assim, expandindo a curva de dissuasão criminal.

A partir dos resultados estatísticos desta pesquisa, observa-se sensível alteração no gráfico de retribuição penal com a inclusão do ANPP, já que o índice de sancionamento máximo do sistema de justiça criminal é dilatado com o advento do ANPP, promovendo a projeção de um maior grau de retribuição das punições. Como já visto, o ANPP tem capacidade de produzir alteração do índice de severidade da pena de 0,19 (19% de sancionamento máximo sem ANPP), para 0,65 (65% de sancionamento máximo com ANPP).

Aplicando os parâmetros de Robert Cooter e Thomas Ulen (2010, p. 476) para os resultados sancionatórios apurados nesta pesquisa, conclui-se que determinada conduta criminosa que provoque prejuízo de \$1.000,00 e tenha sanção retributiva de \$2.000,00, antes do ANPP, gerava uma punição esperada de \$380,00. Depois do ANPP, a punição esperada alcança \$1.300, ultrapassando a linha de retribuição perfeita (\$1.000,00).

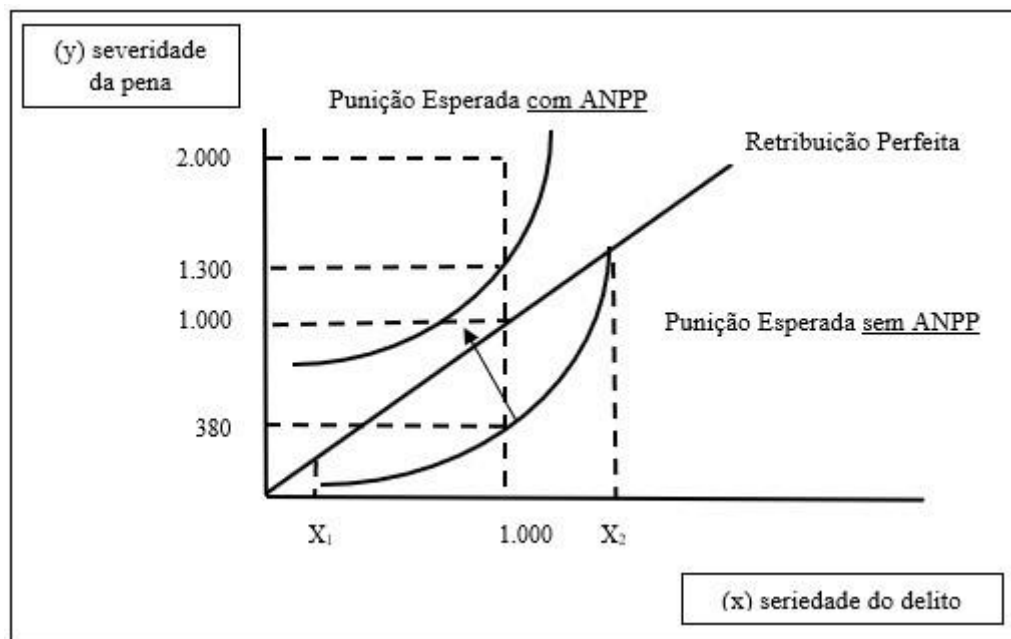


Figura 4. Curva da retributividade penal & ANPP

Seguindo as balizas da teoria econômica do crime, observa-se que a nova linha de retributividade criminal com o ANPP expande os parâmetros em que o crime não compensa ao infrator, promovendo melhoria na dissuasão da justiça criminal brasileira em diversas faixas econômica dos crimes.

No cenário sem o ANPP, para os casos em que havia baixa lucratividade da conduta (baixa severidade do delito – abaixo de x_1), a curva de retributividade projetava-se em valores muito tímidos, a dizer que mesmo para pequenos lucros a prática da infração penal estava sendo compensatória, num sinal da insignificância da repressão estatal para condutas ilícitas de pouco valor econômico, como os furtos de celulares tão comuns nos dias de hoje. Somente para a

obtenção de lucros muito altos (acima de x_2) que havia a expectativa de que a eventual sanção não compensaria o risco da infração, a exemplo de grandes estelionatos, como pirâmides financeiras.

Com a elevação da curva de retributividade em razão da introdução do ANPP, projetam-se desincentivos até para condutas que geram baixo lucro, haja vista a possibilidade de sanção real, o que não compensaria o risco do crime (abaixo de x_1). Paralelamente, o sistema de justiça passou a projetar punição superior mesmo para lucros medianos (entre x_1 e x_2), o que só ocorria em casos de maior repercussão econômica (acima de x_2).

Visualiza-se, assim, que o espaço entre x_1 e x_2 , outrora extremamente extenso, onde o crime compensava economicamente, foi atenuado com o ingresso do ANPP no sistema de justiça, em razão da maior retributividade do sistema de justiça sancionador, ainda que não esteja muito acima da retributividade perfeita, quase a tangenciando na parte inferior da curva.

Importante lembrar que o ANPP prevê a aplicabilidade das sanções econômicas, essas que, ordinariamente, também seriam imputadas aos infratores em caso de prosseguimento da persecução penal, tendo em vista a natural conversão das penas privativas de liberdade em restritivas de direito, ao se levar em conta o requisito legal de pena mínima até quatro anos para aplicabilidade do acordo, ou a inserção do condenado em regime aberto de cumprimento de pena, atualmente equiparado à liberdade condicional.

Bom frisar as outras vantagens das sanções econômicas para o Estado, como menor custo de execução, retorno financeiro ou inserção de mão-de-obra gratuita ao Estado, recomposição do patrimônio das vítimas, empobrecimento do infrator e diminuição dos custos de oportunidade, ao evitar a subtração da potencialidade dos aprisionados em produzir riquezas.

Portanto, sob o ponto de vista da teoria econômica do crime, o ANPP promove sensível elevação da dissuasão criminal, tanto sob os parâmetros da criminalidade agregada, como da retributividade penal, ao mesmo tempo em que mantém a aplicação de sanções de caráter

essencialmente econômico, igualmente favoráveis ao Estado na abordagem econômica do direito.

5.2 Aplicabilidade retroativa do ANPP

Os resultados obtidos neste estudo nos permitem refletir a respeito da aplicabilidade temporal do ANPP, visto que, em regra, trata-se de uma solução negocial operada em momento anterior ao recebimento da denúncia, de maneira que sua incidência a processos em curso angaria diversos fundamentos jurídicos favoráveis e desfavoráveis, como já abordado em momento anterior deste estudo.

A teoria econômica do crime, por sua vez, pode agregar importantes reflexões a respeito das regras intertemporais do ANPP, especialmente ao se considerar que a dificuldade de processamento dos feitos criminais contribuiu fortemente para o baixo índice de sancionamento, visto que 47% das imputações tiveram extraído seu efeito sancionador pela incidência da prescrição da pretensão punitiva do Estado.

5.2.1 Aplicabilidade retroativa do ANPP e efeitos na dissuasão criminal

Para realizar a análise dos efeitos intertemporais do ANPP na dissuasão criminal, necessário ponderar que os antigos acervos processuais, a serem submetidos ao novo instituto de justiça consensual de forma retroativa, têm características diferentes do conjunto de novos processos judiciais, posto que os processos em tramitação já foram previamente submetidos aos institutos da transação penal e suspensão condicional do processo, quando aplicável.

Nesse sentido e como já demonstrado na fase de compilação de dados, o índice de sancionamento máximo para os acervos antigos alcança 12%, ao se proceder à subtração dos 77 casos solucionados com justiça negocial do universo de resultados sancionatórios e da base de dados, cenário que consolida 904 imputações com 113 sancionamentos.

Os dados compilados apontaram o índice de 90% de acordos penais (índice de sancionamento do ANPP), o que afasta eventual desestímulo dos réus em pactuar acordos penais ante a baixa perspectiva de punição. Paralelamente, deve-se registrar que a supressão da exigência de confissão da prática delitiva pode contribuir para a elevação do índice de acordos, visto que 77% das frustrações das conciliações foram motivadas pela discordância dos réus em admitir o cometimento do crime.

Paralelamente, foi realizada a equalização do índice de compatibilidade do ANPP com os acervos antigos, dos quais foi extraído o índice de resolução dos casos com o instituto da suspensão condicional do processo (7%), já que a incidência de transação penal já foi subtraída quando da construção do índice geral de compatibilidade objetiva do ANPP com a base de dados da pesquisa. Cumpridas essas premissas, obteve-se o índice de possibilidade de incidência retroativa do ANPP em 58% dos processos de acervos formados por autos criminais em tramitação ao tempo do início da vigência do referido instituto.

Segundo a compilação de dados da 1ª Vara Federal de Marabá, em síntese, 58% dos processos de acervos antigos são objetivamente compatíveis com o ANPP, cujo sancionamento atinge 90% (índice de sancionamento do ANPP), ao passo que aqueles não tangenciados pelo novo instituto de justiça negocial (42%) manter-se-ão sob o índice de sancionamento máximo de 12%. Logo, a aplicabilidade retroativa do ANPP tem capacidade de elevar o índice de sancionamento máximo para 57%, numa abordagem ponderada pelos casos elegíveis para a nova modalidade de acordo penal.

O gráfico da criminalidade agregada demonstra o aumento da dissuasão criminal, já que a elevação da punição esperada (de y_0 para y_1 , ou seja, de 12% para 57%) reflete considerável diminuição na quantidade de crimes (x_0 para x_1).

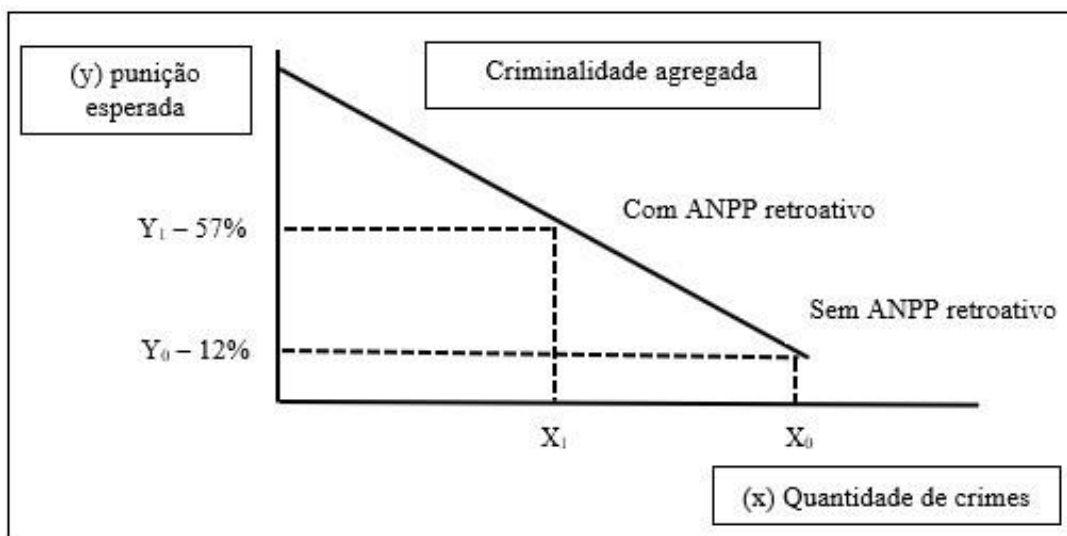


Figura 5. Curva da criminalidade agregada & ANPP retroativo

A discussão da retributividade penal também aponta por uma alteração severa no ambiente do crime, ao se comparar a baixa dissuasão promovida pelo prosseguimento ordinário da persecução penal em acervos antigos e a adoção de efeitos retroativos ao ANPP.

É possível aferir, a partir da transferência dos dados compilados desta pesquisa aos parâmetros retributivos descritos por Robert Cooter e Thomas Ulen (2010, p. 476), que a retributividade de \$240,00, em prejuízos e lucros do crime na ordem de \$1.000,00 e expectativa de punição em \$2.000,00, passam a retribuição penal para o patamar de \$1.140, assim, ligeiramente acima da retribuição perfeita.

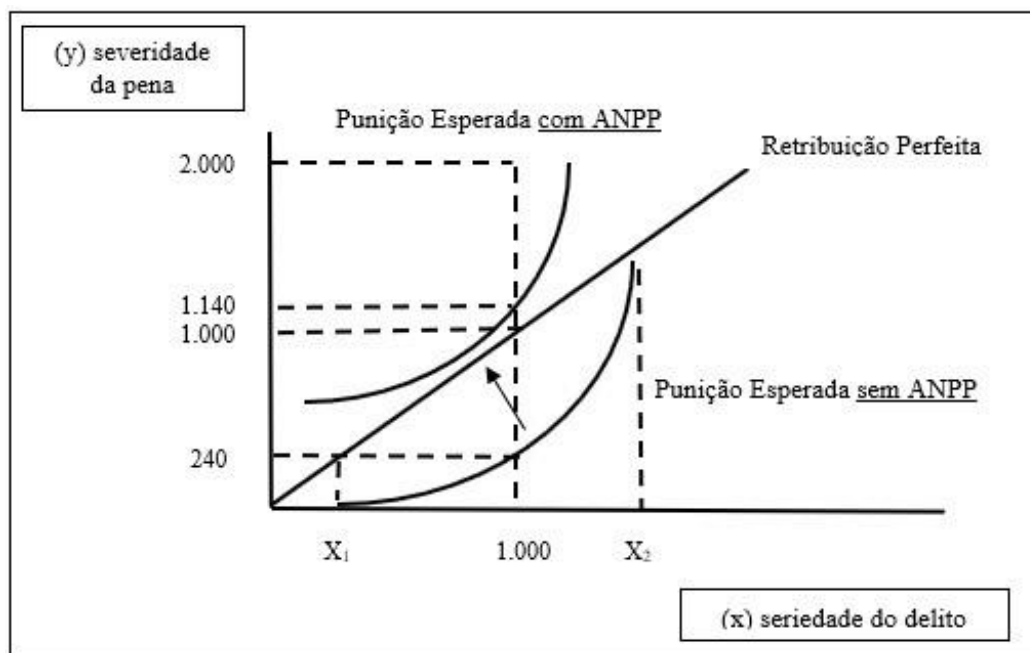


Figura 6. Curva da retributividade penal & ANPP retroativo

A posição da curva da retributividade penal totalmente superior à retributividade perfeita, mesmo que em considerável faixa ocorra pequeno *superávit* (entre x_1 e x_2), deixa evidente que o quadro de baixa severidade de pena, no cenário sem aplicabilidade do ANPP, é equalizado por uma razoável retribuição do Estado ao ser promover tal operação intertemporal, haja vista a melhora significativa do grau de probabilidade de sancionamento.

É certo que ainda se está longe da situação ideal, em que os parâmetros gráficos evidenciem a retributividade criminal bem acima da paridade entre lucros e punições, entretanto, o ganho de dissuasão justifica a aplicação intertemporal do ANPP, ao se levar em conta a elevação da retribuição criminal em aproximadamente quatro vezes (\$240,00 para \$1.140,00).

Interessante registrar que os casos criminais em que são cominadas penas muito baixas e que ainda permaneçam sob persecução penal, presumidamente pela não aceitação da transação penal ou suspensão condicional do processo, ou mesmo por sua não aplicabilidade, encontram-se num cenário de quase nulidade de retribuição penal (abaixo de x_1) sem o ANPP.

Com a aplicação do ANPP a esses casos, surge um forte potencial de lhes verter alguma retribuição e com razoável grau, visto que, em regra, em dimensão igual ou ligeiramente acima da retribuição perfeita.

Portanto, os estudos quantitativos desta pesquisa deixaram evidente que a aplicação retroativa do ANPP a acervos processuais antigos, na visão da teoria econômica do crime, gera aumento da dissuasão criminal, quer seja pela melhoria da criminalidade agregada, mas também pela elevação do grau de retributividade penal.

5.2.2 Aplicabilidade retroativa do ANPP e efeitos na gestão e nos custos dos acervos processuais

Até o momento, foi possível evidenciar o aumento da dissuasão criminal do sistema de justiça criminal com a aplicação retroativa do ANPP, a partir da melhoria das curvas da criminalidade agregada e da retributividade penal.

Por outro lado, há de se considerar que a extração de processos antigos da tramitação ordinária, em consequência da celebração de acordos de não persecução penal, produzirá impactos na gestão de processos criminais pelas serventias judiciais e nos custos de seu processamento.

Para mensurar os reflexos econômicos e gerenciais da aplicação retroativa do ANPP, os resultados consolidados por esta pesquisa quanto à eficácia e abrangência do ANPP na 1ª Vara Federal de Marabá e TRF1 foram projetados para todo o sistema de justiça brasileiro, empregando as informações disponíveis do Relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (Brasil, 2020a, 2022a), que contém dados estatísticos com a amplitude material e temporal requeridas.

Ponto de partida para se estabelecerem as projeções dos efeitos do ANPP no cenário nacional é a obtenção de informações estatísticas referentes ao mês de dezembro de 2019,

marco temporal anterior ao início a vigência da Lei 13.964/2019 (Brasil, 2019), para que então possa ser diagnosticado o volume de processos suscetíveis à aplicação retroativa do ANPP.

Sob essa perspectiva, extrai-se do Relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça de 2020, ano-base 2019 a existência de um acervo nacional no montante de 5,3 milhões de processos criminais pendentes¹⁵ em dezembro de 2019, aí não contabilizadas as execuções penais (Brasil, 2020a, p. 192). Contudo, nem todos esses processos compilados pelo Conselho Nacional de Justiça são ações penais, essas aptas à subtração da tramitação na fase de conhecimento em razão da incidência do ANPP, o que exigiu a aplicação do índice de ações penais em acervos processuais construído pela presente pesquisa, então mensurado em 41% para o mesmo período – dezembro de 2019.

Nesse sentido, obteve-se o quantitativo estimado de 2,17 milhões de ações penais em tramitação no final do ano de 2019 em todo o Poder Judiciário brasileiro, dentro do universo de 5,3 milhões de processos criminais naquele tempo, ao aplicar o índice de 41% de ações penais em acervos criminais.

Paralelamente, necessário ponderar que esse universo de 2,17 milhões de ações penais não se refere a ações penais iniciadas em dezembro de 2019, ao contrário, perfazem os casos criminais pendentes e com variadas idades de tramitação, mas sem especificação de ancianidade pelas estatísticas oficiais. Para fins estatísticos, a esse conjunto de processos antigos foi imputada a idade média de 4 anos e 6 meses, isto é, metade dos 9 anos que foram calculados por esta pesquisa como tempo médio de tramitação das ações penais até 2º grau (6 anos e 2 meses em 1º grau e 2 anos e 10 meses em 2º grau).

Necessário, ainda, projetar a expectativa de permanência dos autos remanescentes para os próximos 4 anos e 6 meses de tramitação (54 meses), de forma a extrair as baixas paulatinas que ocorreram nos meses subsequentes (1/54 baixa por mês). Neste aspecto, para o tempo

¹⁵ Demonstrativo de cálculos do acervo antigo encontra-se discriminado no Apêndice C.

consumido de dezembro de 2019 até o marco final desta pesquisa (outubro de 2022), perfaz o montante de 2 anos e 10 meses (34 meses).

Logo, o acervo antigo ainda em tramitação pode ser estimado em 37% das ações penais pendentes em dezembro de 2019 (34/54 baixas no período), o que significam 803 mil ações penais do conjunto de 2,17 milhões. Ao mesmo tempo em que se projeta a idade média atual desse acervo em 7 anos e 4 meses, por conseguinte, insuficiente para vencer o 2º grau de jurisdição, que ocorrerá ao ultrapassar 9 anos de tramitação.

Por outro lado, é importante considerar que muitos dos casos criminais antigos já venceram o prazo de prolação da sentença criminal de 1º grau, que ocorre, em média, com 5 anos e 3 meses de tramitação, o que merece reflexões a respeito de eventual limitação da aplicabilidade retroativa do ANPP somente a casos que não foram sentenciados, como defende parte da doutrina penalista (Cabral, 2022; Lopes & Josita, 2020). Isto é, a eventual fixação do marco temporal limitador para aplicabilidade retroativa do ANPP até a prolação de sentença de 1º grau levará a um forte esvaziamento da eficácia retroativa da nova solução consensual penal.

A partir dessas premissas, é também possível prognosticar os efeitos de aplicação retroativa do ANPP nos acervos processuais pendentes e nos custos operacionais do Poder Judiciário.

Nestes prisma, ao conjunto de 803 mil ações penais remanescentes de dezembro de 2019 deve ser aplicado o índice de compatibilidade objetiva do ANPP a acervos antigos, isto é, ao espectro de processos previamente submetidos a transação penal e suspensão condicional do processo, índice esse então mensurado 58%. Paralelamente, necessário sopesar a compatibilidade do ANPP com seu grau de sancionamento, ou seja, seu índice de resolução das demandas criminais, que foi diagnosticado em 90% por esta pesquisa.

Sob esses parâmetros, extraem-se 466 mil de ações penais (58%), que detêm compatibilidade objetiva com o ANPP, do acervo de 803 mil ações penais pendentes em 2019, das quais 419 mil tem prognósticos de sucesso com a aplicação do ANPP, haja vista a potencialidade de celebração de acordos em 90% dos casos.

Duas consequências podem ser evidenciadas com as análises da retroatividade do ANPP. A primeira, já enfrentada no tópico anterior, relativa à substituição do prosseguimento da tramitação ordinária das ações penais relativas a delitos de menor ofensividade para a via negocial, que se desenvolve sob o índice de resolução de demandas penais em 90%, em vez dos tímidos 12% de índice de sancionamento; a segunda, referente ao impacto no volume dos acervos antigos, que sofrerão a extração de cerca de 419 mil ações penais do sistema de justiça criminal brasileiro.

No campo prático, interessante observar na Tabela 12 que a estratégia de aplicação retroativa do ANPP ao acervo de 466 mil de autos criminais elegíveis para o ANPP, segundo a estimativa de idade média dos acervos antigos e de tempo médio de tramitação, substitui a formação de cerca de 56 mil condenações criminais (12% de sancionamento), às quais ordinariamente seriam aplicadas penas restritivas de direitos, por 419 mil de acordos penais (90% de sancionamento), que têm a mesma natureza econômica daquelas sanções substitutivas, mas com fortes efeitos arrecadatários para o Estado (acréscimo de 363 mil sanções econômicas) e dissuasórios para o sistema de justiça (índice de sancionamento de 12% para 58%).

Tabela 12

Comparativo de Resultado Sancionador com a Retroatividade do ANPP

Acervo Antigo Remanescente	Acervo Elegível para o ANPP	Resultado Sancionador	
		Sem ANPP	Com ANPP
803 mil	466 mil	Sem ANPP	56 mil

Com ANPP	419 mil
----------	---------

Fonte: Produzida pelo autor.

Há de se levar em conta que a redução do volume de processos em tramitação na justiça criminal também produz efeitos indiretos no grau de probabilidade de sancionamento dos infratores, isso, porque, o fator de maior contribuição para o baixo índice de sancionamento do sistema de justiça criminal diagnosticado por esta pesquisa foi a prescrição da pretensão punitiva do Estado, responsável por 47% dos não sancionamentos, segundos dados compilados da 1ª Vara Federal de Marabá e TRF1.

Na questão da gestão temporal de acervos, relevante considerar que a projeção de resolução de 419 mil de ações penais com a aplicação retroativa do ANPP representa 8% do acervo criminal pendente atualmente, conforme o Relatório Justiça em Números 2022 (Brasil, 2022a, p. 225), que o dimensionou em 5,4 milhões de processos criminais em tramitação ao final do ano de 2021.

Desse modo, a incidência retroativa do ANPP aos acervos processuais antigos, extraíndo cerca de 8% dos processos criminais pendentes, fatalmente contribuirá para diminuição da incidência de prescrições punitivas, haja vista a melhor fluidez que será dada à tramitação daqueles outros autos que remanescerem na tramitação processual.

Em outras palavras, além de aumentar a dissuasão criminal, a aplicação intertemporal do ANPP auxilia no saneamento dos acervos, ao retirar parcela de ações penais da tramitação ordinária, atenuando o impacto da prescrição da pretensão punitiva do Estado, que atualmente representa o fator mais influente na ineficiência do sistema de justiça criminal para promover o sancionamento dos infratores.

O plano de despesas do Poder Judiciário igualmente receberá os efeitos positivos decorrentes da remessa das ações criminais para a fase executiva, poupando os cofres públicos dos gastos necessários para dar andamento a estes feitos criminais.

Nesta questão, inicialmente mostra-se importante avaliar qual será a redução do tempo de tramitação dos acervos antigos com a incidência retroativa do ANPP, que representa diminuição dos custos financeiros do Poder Judiciário.

Seguindo as balizas estimativas de idade média dos acervos antigos e de tempo médio de tramitação, as ações penais em tramitação em dezembro de 2019 podem ter sua idade média atual estimada em 7 anos e 4 meses, o que significa 81,5% do tempo total de tramitação até 2º grau: 4 anos e 6 meses (idade média em dezembro de 2019) somados a 2 anos e 10 meses (tramitação de dezembro de 2019 a outubro de 2022 – marco final desta pesquisa).

Nessa ótica, os 419 mil feitos criminais antigos e solucionáveis pelo ANPP, caso não submetidos a essa forma consensual de resolução de lides penais, demandam ainda 1 ano e 8 meses para chegarem ao final da tramitação em 2º grau.

No campo financeiro, é admissível estabelecerem perspectivas econômicas dos efeitos redutores do tempo de tramitação de ações penais com a aplicação retroativa do ANPP, utilizando os dados estatísticos divulgados pelo Relatório Justiça em Números 2022 do Conselho Nacional de Justiça (Brasil, 2022a).

Dos dados oficiais do Conselho Nacional de Justiça relativos ao ano-base 2021 (Brasil, 2022a), descritos na Tabela 13, é possível apontar o custo anual de R\$ 1.442,00 por processo na Justiça Brasileira (ou R\$ 120,13 ao mês), considerando a despesa líquida anual do Poder

Judiciário¹⁶ de R\$ 89,4 bilhões¹⁷ (Brasil, 2022a, p. 80) e o fluxo contínuo de 62 milhões de processos ao final do ano de 2021¹⁸ (Brasil, 2022a, p. 104).

Tabela 13

Estimativa do Custo Anual dos Processos no Poder Judiciário Brasileiro

Despesa Líquida Total do Poder Judiciário (R\$)	Acervo Contínuo Ativo (quantidade de processos)	Custo do Processo ao Ano (R\$/ano)
R\$ 89,4 milhões	62 milhões	R\$ 1.442,00/ano

Fonte: Produzida pelo autor, a partir de dados do Relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça 2022, ano base 2021. (Brasil, 2022a)

Sendo assim, ao se ponderar que o ANPP tem a potencialidade de extrair dos acervos processuais antigos 419 mil ações penais, cuja continuidade na tramitação demandariam 1 ano e 8 meses, chega-se ao patamar de economia de cerca de R\$ 1,01 bilhão como impacto financeiro total, a partir do custo anual de R\$ 1.442,00 por processo, como detalha a Tabela 14:

Tabela 14

Impacto Financeiro da Retroatividade do ANPP

Acervo Antigo Remanescente Solucionável pelo ANPP	Custo Anual Estimado por Processo	Redução do Tempo de Tramitação até Out. 2022	Economia Total com a retroatividade do ANPP
419 mil ações penais (1)	R\$ 1.442,00	1 ano e 8 meses	R\$ 1,01 bilhão

¹⁶ A presente pesquisa não adotou a despesa líquida sugerida pelo Relatório Justiça em Números 2022 do CNJ que exclui as despesas com os servidores inativos (19,5%; Brasil, 2022a, p. 82), visto que se trata demanda decorrente exclusiva e naturalmente da atividade jurisdicional. Tampouco foram incluídas as arrecadações derivadas de ações judiciais que resultaram em proveito econômico ao Estado (Brasil, 2022a, p. 86), já que tais importâncias não consideraram os resultados judiciais desfavoráveis ao Estado, de maneira que a parametrização apenas dos ganhos não representa a arrecadação contábil adequada.

¹⁷ Despesas totais de R\$ 103,09 bilhões e ingressos de custas e emolumentos de R\$ 14,5 bilhões decorrentes da prestação jurisdicional.

¹⁸ Quantitativo total de processos de 77,3 milhões, dos quais foram extraídos 15,3 milhões de processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório.

Fonte: Produzida pelo autor, a partir de dados do Relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça 2022, ano base 2021. (Brasil, 2022a).

Nota:

(1) Quantidade de ações penais remanescentes até outubro de 2022.

Em resumo, as estimativas de aplicabilidade retroativa do ANPP ao acervo processual existente em dezembro de 2019 projetam a extração de 419 mil ações penais da tramitação ordinária em fase de conhecimento, o que representa a subtração de cerca de 8% do acervo pendente ainda em tramitação ao final do ano de 2021, volume esse de feitos criminais que tramitariam ainda por 1 ano e 8 meses, gerando a economia financeira na ordem de R\$ 1,01 bilhão aos cofres públicos.

6. Conclusão

O presente estudo analisou os potenciais efeitos que a aplicação retroativa do ANPP tem capacidade de promover na dissuasão criminal, considerando as curvas da criminalidade agregada e da retributividade penal, a partir do estudo de caso da 1ª Vara Federal de Marabá, bem como a projeção desses efeitos na eficiência da gestão dos acervos processuais nacionais.

Neste intuito, foram empregados dados estatísticos relativos a resultados de julgamentos em 1º e 2º graus de casos relacionados em relatórios estatísticos de processos criminais com algum comando de sentença proferido na 1ª Vara Federal de Marabá entre os anos de 2015 e 2017, que consolidaram 981 imputações, presentes em 289 processos criminais, nos quais figuravam 588 réus. Ao mesmo tempo, foram levantados os resultados de celebração de ANPP, num universo de 132 ofertas de acordo penal pelo Ministério Público entre 01.2020 a 10.2022, igualmente no âmbito da 1ª Vara Federal de Marabá.

O levantamento estatístico realizado neste estudo para o cenário processual penal anterior ao ANPP constatou o índice de sancionamento máximo de infrações penais de 19%. Com o advento do ANPP, o referido índice tem capacidade de saltar para uma média ponderada de 65% de sancionamento máximo, visto que o ANPP eleva a porcentagem de imposição de sanções aos indivíduos denunciados para 90% (índice de sucesso de acordos entre 01.2020 e 10.2022) em relação a 65% dos casos (índice de compatibilidade objetiva do ANPP com a base de dados da pesquisa).

Isto é, considerando que o ANPP mostrou potencialidade de aplicabilidade a 65% dos casos, elevando o sancionamento dessas condutas de 19% para 90%, proteja-se forte incremento no grau de sancionamento geral para o patamar de 65%.

A questão ganha contornos relevantes ao se considerar que, antes do ANPP, grande parte dos delitos de menor ofensividade, com pena mínima privativa de liberdade até 4 anos, estavam atrelados à baixíssima dissuasão criminal, haja vista dupla negatização fatorial,

seguindo os parâmetros da teoria econômica do crime (Becker, 1968): penas baixas, como natural à espécie, haja vista a menor gravidade da conduta, e baixa probabilidade de sancionamento, diagnosticado em 19%, mesmo considerando o emprego dos ordinários institutos de negociação penal então vigentes (transação penal ou suspensão condicional do processo).

Nesse sentido, as análises estatísticas desta pesquisa apontaram que a introdução do ANPP tem a capacidade de elevar a dissuasão do sistema de justiça criminal, ao dilatar a punição esperada dos crimes praticados, especialmente naqueles cujas penas cominadas são baixas, como demonstrado pela perspectiva de melhora da curva da criminalidade agregada.

Do mesmo modo, ficou evidenciada a possibilidade de ocorrer elevação da curva de retribuição criminal com o advento do ANPP, visto que o incremento da probabilidade de sancionamento máximo para o patamar de 65% tem potencialidade de produzir relevante crescimento da punição esperada, superando a retribuição penal equitativa, que é aquela em que o ganho obtido com a prática criminal se equivale à punição recebida (Cooter & Ulen, 2010). Logo, o ANPP tem capacidade de estabelecer um ambiente social em que o cometimento de crimes racionais é desmotivado, já que não compensatório economicamente.

No campo da modalidade das sanções a serem negociadas, ficou demarcada a manutenção da cominação de sanções pecuniárias pelas regras do ANPP, que, ordinariamente, também seriam aplicadas a esses casos de menor ofensividade, haja vista a provável incidência do instituto da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, caso o novo instituto negocial penal não fosse aplicado.

Ao lado da prevalência do caráter econômico das sanções penais negociadas, em paralelo às regras ordinárias de lei penal para os cenários abrangidos pelo ANPP, importante registrar que a ausência de encarceramento desta nova modalidade de negociação penal segue igualmente os ditames do sistema penal a esse conjunto de delitos com menor ofensividade, já

que condenações a penas privativas de liberdade deste rol de crimes serão, majoritariamente, substituídas por penas restritivas de direitos e, quando não possível tal substituição, remetidas ao cumprimento em regime aberto, atualmente equivalente à liberdade condicional.

Ponto essencial desta pesquisa foi a projeção dos impactos dissuasórios e gerenciais que a aplicação retroativa do ANPP pode produzir no sistema de justiça criminal, a partir da base de dados da pesquisa, no intuito de trazer à discussão da intertemporalidade do instituto as balizas que sustentam a teoria econômica do crime.

Sob essas premissas, a pesquisa apontou, segundo a base de dados da 1ª Vara Federal de Marabá e TRF1, que a perspectiva de sancionamento dos acervos antigos é da ordem de 12%, visto que esse acervo já esgotou as soluções negociais então existentes antes do início da vigência do ANPP; ao mesmo tempo, o índice de compatibilidade objetiva do novo instituto negocial com esse conjunto de processos alcançou o patamar de 58%. Desse modo, a elevação do sancionamento de 58% dos casos antigos com a aplicabilidade do ANPP, dotado da capacidade de solução em 90%, projeta a possibilidade de sancionamento máximo para 57% com a incidência retroativa do ANPP.

Ao lado da elevação do grau de sancionamento, a pesquisa demonstrou a consequente melhoria da dissuasão criminal com a aplicação retroativa do ANPP, a partir das alterações promovidas nas curvas da criminalidade agregada e da retribuição penal.

No que se refere à criminalidade agregada, os resultados consolidados evidenciaram a elevação da punição esperada com a aplicabilidade intertemporal do ANPP aos acervos pendentes em dezembro de 2019 (de 12% para 57%), cenário que projeta aumento da capacidade dissuasória do sistema de justiça criminal, já que a probabilidade de uma punição, elemento que compõe o binômio da dissuasão criminal, abandonou os baixos índices que então ostentava.

A retributividade penal apresentou desempenho semelhante à criminalidade agregada quando do emprego intertemporal do ANPP, posto que as faixas de menor retribuição penal ficaram reduzidas, quando comparadas com o cenário sem o ANPP. Mesmo nos casos em que a elevação da retributividade não foi intensa, a resposta do sistema criminal com a intertemporalidade do ANPP foi remetida a patamar levemente superior à retribuição perfeita, pressuposto para uma efetiva dissuasão criminal em crimes racionais, segundo a teoria econômica do crime (Cooter & Ulen, 2010).

Importante registrar que a elevação da probabilidade de punição, então gerada pela incorporação do ANPP, desenvolve-se sem a necessidade do aporte de investimentos financeiros que eleve a eficiência do sistema de justiça, como frequentemente propõe a teoria econômica do crime. Ao contrário, o advento do ANPP produz diminuição nos custos operacionais do Poder Judiciário, ao abreviar a fase de conhecimento do processo criminal, remetendo-o diretamente para a fase executiva, sem a exigência de incremento orçamentário.

Paralelamente, a escolha política-criminal pela elevação da dissuasão criminal com o aumento da probabilidade de punição, como concretizado pelo ANPP, tem sido considerada a estratégia mais eficaz para a elevação da dissuasão criminal de crimes racionais, quando comparada com iniciativas voltadas ao aumento da severidade da pena (Ehrlich, 1974; Andreoni 1991, citados por Librelato, 2018, p. 59).

Não custa registrar que, além de menos eficaz, a estratégia de elevar a severidade das penas cominadas em busca gerar melhorias da dissuasão criminal não se mostra compatível com o espectro criminal de atuação do ANPP, que se concentra em delitos de menor ofensividade, sob pena de eventual dilação das punições desses crimes violar princípios basilares do direito penal, a exemplo da proporcionalidade da pena (Bitencourt, 2010).

Portanto, os estudos quantitativos desta pesquisa deixaram evidente que a aplicação retroativa do ANPP a acervos processuais antigos, na visão da teoria econômica do crime, gera

aumento da dissuasão criminal, quer seja pela melhoria da criminalidade agregada, como, também, pela elevação do grau de retributividade penal.

A pesquisa ainda investigou os efeitos da aplicabilidade retroativa do ANPP na gestão de processos criminais, sob os parâmetros de volume de acervo, tempo de tramitação das ações penais e custos financeiros, considerando os processos criminais em tramitação de toda a justiça criminal brasileira, a partir dos novos índices de dissuasão criminal obtidos com o advento do ANPP e de dados disponíveis nos Relatórios Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (Brasil, 2020a, 2022a).

Segundo as projeções dos resultados obtidos com a pesquisa no acervo da 1ª Vara Federal de Marabá e TRF1 aos parâmetros estatísticos apurados pelos Relatórios Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (Brasil, 2020a, 2022a), a aplicação intertemporal do ANPP promove melhoria na gestão dos acervos criminais de todo o Poder Judiciário brasileiro, nas esferas de volume de processos, tempo de tramitação e custos financeiros, haja vista o efeito abreviador que o ANPP imprime ao processos criminais.

No ponto, a pesquisa estimou que ao acervo de processos criminais em tramitação em dezembro de 2019 é de 803 mil ações penais, das quais 466 mil são compatíveis com o ANPP (58% de compatibilidade objetiva), sendo que 419 mil tem prognóstico de resolução pela nova solução negocial (90% de sancionamento).

No campo gerencial, os cálculos projetados demonstraram que o ANPP tem a capacidade de extrair da tramitação processual um volume de processos equivalente a cerca de 8% do acervo criminal atual (419 mil autos criminais em tramitação em outubro de 2022), com a aplicação da solução consensual às ações penais ainda em tramitação e ajuizadas antes de dezembro de 2019 (último mês antes do início da vigência do ANPP). Tal efeito redutor de tramitação auxilia reflexamente na atenuação do fator que mais causou subtração de

sancionamento nos processos criminais avaliados pela pesquisa: a prescrição da pretensão punitiva do Estado, a qual incidiu em 47% dos processos da 1ª Vara Federal de Marabá.

O impacto econômico dos resultados negociais para os cofres públicos também é considerável, visto que, ao invés de se aguardar a longa marcha processual, para que sejam formadas 56 mil condenações criminais derivadas das 466 mil ações penais antigas relacionadas a delitos de menor ofensividade (índice de sancionamento máximo de 12%), cuja penas são essencialmente de caráter econômicas, a aplicabilidade retroativa do ANPP tem o potencial de produzir 419 mil acordos penais (90% de sancionamento), gerando elevadas repercussões arrecadatórias (acréscimo de 363 mil sanções econômicas).

O último efeito econômico derivado da aplicação intertemporal do ANPP se refere aos seus impactos nos custos financeiros do sistema processual penal, levando em conta a redução do tempo de tramitação dos acervos antigos e a consequente economia dos gastos necessários para a tramitação das ações penais na fase de conhecimento.

Nesta questão, a pesquisa concluiu que a admissão de efeitos intertemporais ao ANPP, ao excluir 419 mil ações penais da fase de conhecimento e que ainda demandariam a tramitação por mais 1 ano e 8 meses, tem a capacidade de gerar a economia de cerca de R\$ 1,01 bilhão como impacto financeiro total, a partir do custo anual de R\$ 1.442,00 por processo.

Dessa forma, a consolidação e análise dos resultados obtidos permitem concluir que os objetivos propostos por este estudo foram alcançados, visto que as estatísticas produzidas pela pesquisa quantitativa, que empregou resultados de sentenças e acórdãos de processos criminais da 1ª Vara Federal de Marabá, conseguiram evidenciar a existência de incremento da dissuasão criminal com o ANPP, tanto a parti de sua introdução do instituto no sistema de justiça nacional como em sua aplicabilidade retroativa, a partir das melhorias apresentadas pelas curvas da criminalidade agregada e retributividade penal.

Igualmente ficaram demarcados impactos positivos na eficiência da gestão dos processos criminais e na diminuição do custos financeiros do sistema de justiça criminal, ao se admitir a aplicação intertemporal do ANPP a acervos antigos, realizando projeções dos índices de dissuasão criminal do estudo de caso da 1ª Vara Federal de Marabá com os dados estatísticos dos Relatórios Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (Brasil, 2020a, 2022a).

Enfim, a hipótese defendida por esta pesquisa foi corroborada pelo estudo de caso da 1ª Vara Federal de Marabá, no sentido de que a aplicabilidade retroativa do ANPP tem capacidade de aumentar a dissuasão criminal em crimes racionais, sob os parâmetros das curvas de criminalidade agregada e retribuição penal, bem como de promover melhorias na eficiência processual e custos da justiça criminal brasileira.

Oportuno advertir que, segundo dados estatísticos desta pesquisa, a modulação temporal para limitar a aplicabilidade retroativa do ANPP até a sentença criminal de primeiro grau (Cabral, 2022; Lopes & Josita, 2020) tem o forte potencial de esvaziar os efeitos dissuasórios e na gestão de acervos processuais, tendo em vista que considerável parte destes feitos antigos já venceram a fase de prolação de sentença.

Sob os paradigmas da teoria econômica do crime, os estudos produzidos por esta pesquisa permitem afirmar que a aplicação retroativa do ANPP a ações penais com denúncia recebida quando do início de sua vigência (24 de janeiro de 2020) e sem limitação a processos com sentença prolatada, tem a capacidade de aumentar a dissuasão do sistema de justiça criminal brasileiro. Sob os mesmos parâmetros dogmáticos, ficou evidente que a maior intertemporalidade do ANPP tem a potencialidade de dar mais eficiência à tramitação dos acervos atuais, ao lado de vertente vantagem econômica aos cofres públicos, tanto pela maior arrecadação financeira com os acordos negociais, em substituição às condenações criminais de menor poder sancionatório, como pela economia obtida na diminuição dos custos financeiros, decorrentes da abreviação da tramitação processual dos acervos processuais antigos.

É certo ainda ponderar que a controvérsia a respeito da aplicabilidade intertemporal do ANPP envolve, atualmente, os interesses de 466 mil cidadãos elegíveis a essa modalidade de justiça consensual, isto é, quase meio milhão de acusados, que, além do reconhecimento do direito à retroatividade de uma lei penal mais benéfica, tem a seu favor os reflexos de melhoria da dissuasão criminal e da eficiência do sistema de justiça criminal brasileira na ótica da teoria econômica do crime.

Referências

- Andrade, F. (2020). O consenso no processo penal e o rito abreviado fundado na admissão de culpa: (In)compatibilidade constitucional, vantagens, desvantagens e perigos. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, 21(3). <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/45930/34878>.
- Andrade, F. (2022). *Justiça penal consensual: Controvérsias e desafios* (2ª). Editora JusPodivm.
- Araújo, A. (2002). Raízes econômicas da criminalidade violenta no Brasil: Um estudo usando micro dados e pseudopainel—1981/1996. *Revista de Economia e Administração*, 1(3).
- Balbinotto, G. (2003). A teoria econômica do crime. *Revista Leader*, 35.
- Beccaria, C. (2006). *Dos delitos e das penas* (3ª). Revista dos Tribunais.
- Becker, G. (1968). Crime and punishment: An economic approach. *The Journal of Political Economy*, 76.
- Bitencourt, C. (2010). *Tratado de Direito penal* (15º ed, Vol. 1). Saraiva.
- Brandão, C. (2008). *Curso de direito penal—Parte geral* (1ª). Forense.
- Brasil, Conselho Nacional de Justiça. Relatório Justiça em Números 2020, de 25 de agosto de 2020a. Acesso em 19 de outubro de 2022, <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/08/rel-justica-em-numeros2020.pdf>
- Brasil, Conselho Nacional de Justiça. Relatório Justiça em Números 2022, de 01 de setembro de 2022a. Acesso em 19 de outubro de 2022, <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/justica-em-numeros-2022-1.pdf>
- Brasil, Conselho Nacional de Justiça. (2022j). Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU). Acesso em 20 de outubro de 2022j, <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/sistema-eletronico-de-execucao-unificado-seeu/>

Brasil. Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPg) e Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal (GNCCRIM). Enunciado CNPg/GNCCRIM n. 29, de 23 de janeiro de 2020b. Acesso em 10 de setembro de 2021, https://www.cnpq.org.br/images/arquivos/gndh/documentos/enunciados/GNCCRIM_Enunciados.pdf

Brasil. Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPg) e Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal (GNCCRIM). Enunciado CNPg/GNCCRIM n. 23, de 23 de janeiro de 2020c. Acesso em 10 de setembro de 2021, https://www.cnpq.org.br/images/arquivos/gndh/documentos/enunciados/GNCCRIM_Enunciados.pdf

Brasil. Decreto 5.015, de 12 de março de 2004. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Acesso em 07 de dezembro de 2022, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm

BRASIL. Justiça Federal (2022i). Sistema Processual *Oracle* de 2022. Acesso em 10 de fevereiro de 2022(i), <https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/>

Brasil. Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código penal. Acesso em 20 de agosto de 2022, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm

Brasil. Lei 3.689, de 03 de outubro de 1941. Código de processo penal. Acesso em 20 de agosto de 2022, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm

Brasil. Lei 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de execução penal. Acesso em 12 de outubro de 2022, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm

Brasil. Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Acesso em 07 de setembro de 2022, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9099.htm

Brasil. Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Acesso em 09 de setembro de 2022. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm

Brasil. Lei 9.613, de 3 de março de 1998b. Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. Acesso em 07 de dezembro de 2022, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9613.htm

Brasil. Lei 10.259, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Acesso em 23 de setembro de 2022, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10259.htm

Brasil. Lei 11.313, de 28 de junho de 2006a. Altera os arts. 60 e 61 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e o art. 2º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, pertinentes à competência dos Juizados Especiais Criminais, no âmbito da Justiça Estadual e da Justiça Federal. Acesso em 15 de setembro de 2022, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11313.htm

Brasil. Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006b. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar

contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Acesso em 19 de setembro de 2022, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

Brasil. Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Acesso em 20 de setembro de 2022, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm

Brasil. Lei 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Acesso em 20 de setembro de 2022, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113964.htm

Brasil. Projeto de lei n. 4.737, de 16 de fevereiro de 2016a. Cria a Lei de Responsabilidade Político Criminal. Acesso em 10 de setembro de 2022, <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2077166>

Brasil. Projeto de lei n. 664, de 22 de março de 2022b. Altera o art. 33 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o art. 117 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para possibilitar o recolhimento domiciliar do condenado que cumpre pena em regime aberto. Acesso em 14 de setembro de 2022, <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/152313>

Brasil. Ministério Público Federal. Enunciado n. 98 da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, de 31 de agosto de 2020d. Acesso em 14 de setembro de 2022, <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/enunciados>

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. Agravo regimental no *habeas corpus* n. 644.069. Agravante: Celso Pereira Barreto. Agravado: Ministério Público de Santa Catarina e

Ministério Público Federal. Relator: Min. João Otávio de Noronha. Brasília, 30 de setembro de 2022c.

https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202100364461&dt_publicacao=30/09/2022

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. Agravo regimental no *habeas corpus* n. 625.310.

Agravante: Fabiano da Silva Muniz. Agravado: Ministério Público de Santa Catarina e Ministério Público Federal. Relator: Min. Antonio Saldanha Palheiro. Brasília, 20 de setembro de 2022d.

https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202002984980&dt_publicacao=26/09/2022

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. Agravo regimental no Recurso Especial n. 2.006.770.

Agravante: Maycon Machado de Medeiros. Agravado: Ministério Público Federal. Relator: Min. Reynaldo Soares da Fonseca. Brasília, 19 de setembro de 2022e.

https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202201765084&dt_publicacao=19/09/2022

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. Enunciado de súmula n. 243, de 11 de dezembro de 2000.

Acesso em 10 de setembro de 2022,

https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2011_18_capSumula243.pdf

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas corpus* n. 137.628. Paciente: Rebeca Dylac.

Impetrante: Fernando Augusto Fernandes. Autoridade coatora: Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Relator: Min. Haroldo Rodrigues (Desembargador Convocado do TJCE). Brasília, 26 de outubro de 2010.

https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200901035039&dt_publicacao=17/12/2010

Brasil. Superior Tribunal de Justiça. Recurso em *Habeas corpus* n. 158.293. Recorrente: Arhur Cesar de Menezes Soares Filho. Recorrido: Ministério Público Federal. Relator: Min. Olindo Menezes (Desembargador Convocado do TTRF1). Brasília, 25 de outubro de 2022f.

https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202103993030&dt_publicacao=28/10/2022

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade n. 1.719. Autor: Conselho federal da ordem dos advogados do Brasil. Réu: Presidente da República e Congresso Nacional. Relator: Min. Joaquim Barbosa. Brasília, 03 de agosto de 2008.

<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1689521>

Brasil. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade n. 6.364. Autor: Associação brasileira dos advogados criminalistas. Réu: Presidente da República e Congresso Nacional. Relator: Min. Luiz Fux. Brasília, 16 de janeiro de 2020e.

<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5843708>

Brasil, Supremo Tribunal Federal, Agravo regimental no *habeas corpus* n. 216.895. Agravante: Claudemiro Adão Rodrigues. Agravado: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Brasília, 22 de agosto de 2022g.

<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=762483702>

Brasil, Supremo Tribunal Federal. Enunciado de súmula n. 723, de 11 de dezembro de 2003.

Acesso em 10 de setembro de 2021, <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=30&sumula=2651>

Brasil, Supremo Tribunal Federal, *Habeas corpus* n. 81.720. Paciente: Paulo Roberto Gomes Mansur. Impetrante: Paulo Sérgio Leite Fernandes. Autoridade coatora: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Min. Sepúlveda Pertence. Brasília, 23 de março de 2002.

<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1998516>

Brasil, Supremo Tribunal Federal, *Habeas corpus* n. 185.913. Paciente: Max Willians de Albuquerque. Impetrante: Abel Gomes Cunha. Autoridade coatora: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Min. Gilmar Mendes. Brasília, 21 de maio de 2020f. <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5917032>

Brasil, Supremo Tribunal Federal, *Habeas corpus* n. 194.677. Paciente: Beatriz Coromoto Gomes Gonçalves. Impetrante: Defensor Público Federal. Autoridade coatora: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Min. Gilmar Mendes. Brasília, 11 de maio de 2021. <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15347297707&ext=.pdf>

Brasil, Supremo Tribunal Federal, *Habeas corpus* n. 206.660. Paciente: Felipe da Rocha Meireles. Imperante: Defensoria Pública da União. Autoridade coatora: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Min. Lewandowski. Brasília, 05 de outubro de 2022h. <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6259802>

Brasil, Supremo Tribunal Federal, Recurso extraordinário n. 641.320. Recorrente: Ministério Público do Rio Grande do Sul. Recorrido: Luciano da Silva Moraes. Relator: Min. Gilmar Mendes. Brasília, 29 de julho de 2016b. <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur352985/false>

Brasi, Tribunal

Cabral, R. (2022). *Manuel do acordo de não persecução penal* (3ª). Editora JusPodivm.

Carvalho, S. (2021). *Questões práticas sobre o acordo de não persecução penal* (1ª). Procuradoria Geral de Justiça.

Castro, B., & Meira, J. (2021, setembro 30). A inconstitucionalidade da confissão como condição ao acordo de não persecução penal. *Revista Virtualjus*, 6(10). <file:///C:/Users/mhono/Downloads/27053-Texto%20do%20artigo-99318-5-10-20210929.pdf>

- Coelho, D. (2022). *Modificação da estrutura de incentivos no Direito Penal: Evidência da implementação inicial do acordo de não persecução penal na Justiça Federal* [FGV]. https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/31918/dissertacao_revisada-versao_final.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Cooter, R., & Ulen, T. (2010). *Direito e economia* (5ª). Bookman.
- Costa, C., & Tombesi, C. (2020). Coronavírus: Quais são as maiores causas de morte no Brasil e no mundo e como se comparam com a covid-19. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52593837>
- Cunha, V. (2019). *Acordos de admissão de culpa no processo penal: Devido processo, efetividade e garantias* (1ª). Editora JusPodivm.
- D´Avila, F. (1999). A certeza do crime antecedente como elementar do tipo nos crimes de lavagem de capitais. *Boletim do Instituto de Ciências Criminais*, 7(79). https://arquivo.ibccrim.org.br/boletim_editorial/99-79-Junho-1999
- DPN. (2019). *Presos em unidades prisionais no Brasil*. Departamento Penitenciário Nacional. <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZWl2MmJmMzYtODA2MC00YmZiLWI4M2ItNDU2ZmIyZjFjZGQ0IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>
- França. Declaração dos direitos do homem e do cidadão, de 26 de agosto de 1789. Acesso em 13 de novembro de 2022, <https://br.ambafrance.org/A-Declaracao-dos-Direitos-do-Homem-e-do-Cidadao>.
- Gomes, L. (2006). *Direito Penal—Parte geral* (3ª). Revista dos Tribunais.
- Longo, A. (2018). *Análise das alterações introduzidas pela lei n. 12.683/2012 com base na teoria econômica do crime*. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193348>.

- Lopes, A., & Josita, H. (2020, março 6). *Questões polêmicas do acordo de não persecução penal*. Consultor Jurídico. <https://www.conjur.com.br/2020-mar-06/limite-penal-questoes-polemicas-acordo-nao-persecucao-penal>
- Marinho, I. (2022). *Processo penal nos crimes federais* (1ª). Editora JusPodivm.
- Paraná. Ministério Público do Paraná. Enunciado n. 7 – Acordo de Não Persecução Penal 2022. Acesso em 27 de outubro de 2022, <https://juridica.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=187>
- Resende, A. (2020). Direito (Subjetivo) ao acordo de não persecução penal e controle judicial: Reflexões à luz da teoria dos direitos fundamentais. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, 6(3). <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7731749>
- Rufato, P. (2020). Os instrumentos processuais penais de consenso e o acordo de não persecução penal. *Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Tocantins*, 18. <https://cesaf.mpto.mp.br/revista/index.php/revistampto/article/view/33/30>
- Salama, B. (2017). *Estudo em direito & economia: Micro, macro e desenvolvimento* (1ª). Editora Virtual Gratuita.
- Sheb II, J., & Sharma, H. (2015). *An Introduction to the American Legal System* (7ª). Wolters Kluwer Law & Business.
- Shikida, P., & Amaral, T. (2021). Análise econômica do crime. Em L. Timm (Org.), *Direito e economia no Brasil* (4ª). Editora Foco.
- Silva, J., Reis, D., & Silva, K. (2020). Inconstitucionalidade material da confissão no acordo de não persecução penal. *Revista da Escola Superior do Ministério Público do Ceará*, 2ª. <http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2021/02/ARTIGO-4.pdf>
- Silva, M. (2020). O acordo de não persecução penal. *Revista da EMERJ*, 22(3). https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista_v22_n3/revista_v22_n3_261.pdf

Soares, R., & Dauger, B. (2021, setembro 5). *O momento da confissão e o acordo de não persecução penal*. Consultor Jurídico. <https://www.conjur.com.br/2021-set-05/opinioao-momento-confissao-acordo-nao-persecucao-penal>

São Paulo. Ministério Público de São Paulo. Enunciado n. 21 da PGJ–CGMP – Lei 13.964/19, de 23 de janeiro de 2020a. Acesso em 10 de setembro de 2021, [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Criminal/Criminal_Juri_Jecrim/Enunciados_CAOCRIM/Enunciados%20PGJ-CGMP%20-%20Lei%2013.964-19%20\(1\)-%20alterado.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Criminal/Criminal_Juri_Jecrim/Enunciados_CAOCRIM/Enunciados%20PGJ-CGMP%20-%20Lei%2013.964-19%20(1)-%20alterado.pdf).

São Paulo. Ministério Público de São Paulo. Enunciado n. 23 da PGJ–CGMP – Lei 13.964/19, de 23 de janeiro de 2020b. Acesso em 10 de setembro de 2021, [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Criminal/Criminal_Juri_Jecrim/Enunciados_CAOCRIM/Enunciados%20PGJ-CGMP%20-%20Lei%2013.964-19%20\(1\)-%20alterado.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Criminal/Criminal_Juri_Jecrim/Enunciados_CAOCRIM/Enunciados%20PGJ-CGMP%20-%20Lei%2013.964-19%20(1)-%20alterado.pdf).

Sousa, M. (2020). *Plea bargaining no Brasil* (2ª). Editora JusPodivm.

Apêndice A

Questionário

Grupo de Sentença: _____	
Processo n. _____	
Transitou em julgado? () Sim () Não	
<u>Réus</u> – Quantidade: _____	QTD e Tipo de Crimes: _____
Quantidade de Absolvição:	
Quantidade de Prescrição:	
Quantidade de Morte de Acusados:	
Quantidade de Suspensão Condicional do Processo:	
Quantidade de Condenação:	

<u>INCIDÊNCIA DO ANPP POR RÉU:</u>	
<i>(cumprimento pena / prescrição / absolutória / condenatória que não esteja nos grupos anteriores)</i>	
pena MIN: menor que 4 anos pena MÁX: maior que 2 anos (transação penal) sem violência e grave ameaça	
<input type="checkbox"/> Cabível Transação	QTD réus: _____
<input type="checkbox"/> Cabível ANPP	QTD réus: _____
<input type="checkbox"/> Não cabe nenhum deles.	QTD réus: _____
<u>DADOS DE MORTE DO ACUSADO:</u>	
<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div> <input type="checkbox"/> doença <input type="checkbox"/> acidente </div> <div> <input type="checkbox"/> assassinato <input type="checkbox"/> Sem causa </div> </div>	
Tempo entre a data da morte e a data da Sentença Extintiva: _____	

<u>TEMPO TRAMITAÇÃO:</u>		
<u>1º Grau</u>		
<u>1º Grau - início:</u> _____	Sentença: _____	Tempo total: _____
	Remessa TRF: _____	Tempo total: _____
	Trânsito: _____	Tempo total: _____
<u>2º Grau</u>		
<u>TRF - Receb:</u> _____	Acórdão do TRF: _____	Tempo total: _____
	Remessa Trib Sup.: _____	Tempo total: _____
	Trânsito: _____	Tempo total: _____

<p align="center"><u>Índice de Recorribilidade e Reversibilidade TRF - MPF:</u></p> <p align="center">(análise para cada uma das imputações de cada um dos réus)</p>			
Teve Recurso TRF?	<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não
Houve Reforma?	<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não
<u>Reforma para:</u>			
<input type="checkbox"/> absolver	<input type="checkbox"/> diminuir a pena	<input type="checkbox"/> aumentar pena	<input type="checkbox"/> condenar
<input type="checkbox"/> reconhecer prescrição		<input type="checkbox"/> diminuir a pena e reconhecer a prescrição	
<input type="checkbox"/> diminuir a pena e prescrição reconhecida 1º grau			
<input type="checkbox"/> <u>Não houve reforma</u> , mas extinguiu a punibilidade pela morte do acusado			

Fonte: Produzido pelo autor.

Apêndice B

Dados Relativos a Processos Extintos por Falecimento do Réu

Tabela 15

Tipos de Causa Morte de Processos Criminais Extintos pelo Falecimento do Réu na 1ª Vara Federal de Marabá entre 2015 e 2017

Tipo de Causa Morte do Réu	Quantidade de Réus	Percentual
Violenta por assassinato	10	33% (1)
Outras causas (acidente, doenças ou causa desconhecida)	20	66%
TOTAL	30	100%

Fonte: Produzida pelo autor.

Nota:

(1) Percentual seis vezes maior que o índice apurado pelo IHME - *Institute for Health Metrics and Evaluation* de 5,4% (63.825 em 1.168.000 mortes), segundo dados de 2017 (citado por Costa & Tombesi, 2020).

Tabela 16

Tempo para Prolatação de Sentença Extintiva de Punibilidade por Morte do Acusado na 1ª
Vara Federal de Marabá entre 2015 e 2017

Quantidade de Falecimentos	Somatório de Tempo entre a Morte do Acusado e a Sentença Extintiva	Média Tempo para Prolatação da Sentença
31	1.314 meses	3 anos e 6 meses (1)

Fonte: Produzida pelo autor.

Nota:

(1) Tempo médio decorrido entre o registro da morte e a prolatação da sentença extintiva de punibilidade.

Apêndice C

Demonstrativo de Cálculos do Acervo Antigo

Tabela 17

Cálculo da Quantidade de Ações Penais Remanescentes em Dezembro de 2019

Acervo de Processos Criminais em Tramitação em Dez.2019	Índice de Ações Penais em Acervos Processuais	Quantidade de Ações Penais Remanescente em Dez.2019
5,3 milhões	41% (1)	2,17 milhões

Fonte: Produzida pelo autor, a partir de dados do Relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça 2020, ano base 2019. (Brasil, 2020a).

Nota:

(1) Índice calculado no item 4.7 desta pesquisa.

Tabela 18

Cálculo da Quantidade de Ações Penais Remanescentes em Outubro de 2022

Quantidade de Ações Penais Remanescente em Dez. 2019	Baixas Processuais Progressivas entre Dez. 2019 e Out. 2022	Quantidade de Ações Penais Remanescentes em Out. 2022
2,17 milhões	37% (1)	803 mil

Fonte: Produzida pelo autor, a partir de dados do Relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça 2020, ano base 2019. (Brasil, 2020a).

Nota:

(1) Transcurso de 34 meses (dez.2019 a out.2022), dos 54 meses de tramitação restantes, isto é, segunda metade do tempo de tramitação de 9 anos em 1º e 2º graus, calculado no item 4.2 desta pesquisa.

Tabela 19

Cálculo da Quantidade de Ações Penais Remanescentes Compatíveis Objetivamente com o ANPP em Outubro de 2022

Quantidade de Ações Penais Remanescentes em Out. 2022	Índice de Compatibilidade do ANPP com Acervos Antigos	Quantidade de Ações Penais Remanescentes Compatíveis com o ANPP em Out. 2022
803 mil	58% (1)	466 mil

Fonte: Produzida pelo autor, a partir de dados do Relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça 2020, ano base 2019. (Brasil, 2020a).

Nota:

(1) Índice calculado no item 4.1 desta pesquisa.

Tabela 20

Cálculo da Quantidade de Ações Penais Remanescentes e Solucionáveis pelo ANPP em
Outubro de 2022

Quantidade de Ações Penais Remanescentes Compatíveis com o ANPP em Out. 2022	Índice de Sancionamento do ANPP	Quantidade de Ações Penais Remanescentes em Out. 2022
803 mil	90% (1)	419 mil

Fonte: Produzida pelo autor, a partir de dados do Relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça 2020, ano base 2019. (Brasil, 2020a).

Nota:

(1) Índice calculado no item 4.6 desta pesquisa.

Tabela 21

Cálculo da Estimativa de Ancianidade das Ações Penais Remanescentes em Outubro de 2022

Idade Média das Ações Penais em Dez. 2019	Tempo de Tramitação entre Dez. 2019 e Out. 2022 (1).	Estimativa de Idade Média das Ações Penais em Out. 2022
4 anos e 6 meses (2)	2 anos e 10 meses	7 anos e 4 meses

Fonte: Produzida pelo autor, a partir de dados do Relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça 2020, ano base 2019. (Brasil, 2020a).

Nota:

(1) Outubro de 2022 é o marco temporal final de coleta de dados desta pesquisa.

(2) Metade do tempo de tramitação das ações penais em 1º e 2º graus (9 anos), calculado no item 4.2 desta pesquisa.

Anexo A

Relação de Processos da Base de Dados da Pesquisa

Tabela 22

Relação de Processos com Sentença Condenatória da 1ª Vara Federal de Marabá entre 2015 e 2017

(continua)

N. do processo	Categoria
2002.39.01 000963-3	Condenatória
2004.39.01 000695-0	Condenatória
2004 39.01 001097-8	Condenatória
2006.39.01.000425-5	Condenatória
2006.39.01 000475-9	Condenatória
2007.39.01 000044-3	Condenatória
2008.39.01 000228-0	Condenatória
2008.39.01 000431-0	Condenatória
2008.39.01 000742-2	Condenatória
2008.39.01 000934-0	Condenatória
2008.39.01.000985-8	Condenatória
2008.39.01.001146-7	Condenatória
2008.39.01.001526-9	Condenatória
2009.39.01.001278-8	Condenatória
2009.39.01.001281-5	Condenatória
2009.39.01.001285-0	Condenatória
2009 39.01.001321-0	Condenatória
2009.39.01 001491-1	Condenatória

Tabela 22

Relação de Processos com Sentença Condenatória da 1ª Vara Federal de Marabá entre 2015 e 2017

(continua)

N. do processo	Categoria
2009.39 01.002056-2	Condenatória
2010.39.01.000202-6	Condenatória
28-51.2011 4.01.3901	Condenatória
135-95.2011 4.01.3901	Condenatória
392-23.2011 4.01 3901	Condenatória
429-50.2011 4.01 3901	Condenatória
617-43.2011 4.01.3901	Condenatória
660-38.2015 4.01.3901	Condenatória
665-60.2015 4.01.3901	Condenatória
674-22.2015 4.01.3901	Condenatória
902-02.2012 4.01.3901	Condenatória
1154-05.2012.4.01.3901	Condenatória
1796-70.2015 4.01.3901	Condenatória
1832-88.2010 4.01.3901	Condenatória
1965-62.2012.4.01.3901	Condenatória
2268-71.2015.4.01 3901	Condenatória
2370-98.2012.4.01.3901	Condenatória
2468-44.2016.4.01.3901	Condenatória
2469-29.2016.4.01.3901	Condenatória
2543-93.2010.4.01.3901	Condenatória
2544-78.2010 4.01.3901	Condenatória

Tabela 22

Relação de Processos com Sentença Condenatória da 1ª Vara Federal de Marabá entre 2015 e 2017

(continua)

N. do processo	Categoria
2947-13.2011.4.01.3901	Condenatória
3435-02.2010.4.01.3901	Condenatória
4021-63.2015.4.01.3901	Condenatória
4287-26.2010.4.01.3901	Condenatória
4297-70.2010.4.01.3901	Condenatória
4304-52.2016.4.01.3901	Condenatória
4519-38.2010.4.01.3901	Condenatória
5056-92.2014.4.01.3901	Condenatória
5057-77.2014.4.01.3901	Condenatória
5204-45.2010 4.01.3901	Condenatória
5217-44.2010 4.01 3901	Condenatória
6210-19.2012 4.01.3901	Condenatória
6466-59.2012 4 01 3901	Condenatória
6987-38.2011 4.01.3901	Condenatória
7538-13.2014.4.01 3901	Condenatória
7601-72.2013 4.01.3901	Condenatória
7705-98.2012 4.01.3901	Condenatória
7728-78.2011 4.01.3901	Condenatória
7754-76.2011 4.01.3901	Condenatória
7756-46.2011.4.01.3901	Condenatória
7808-76.2010.4.01.3901	Condenatória

Tabela 22

Relação de Processos com Sentença Condenatória da 1ª Vara Federal de Marabá entre 2015 e 2017

(conclusão)

N. do processo	Categoria
8450-15.2011.4.01.3901	Condenatória
8460-59.2011.4.01.3901	Condenatória
8473-92.2010.4.01.3901	Condenatória
8477-32.2010.4.01.3901	Condenatória
8819-72.2012.4.01.3901	Condenatória
8832-71.2012.4.01.3901	Condenatória
8859-25.2010.4.01.3901	Condenatória
8865-32.2010.4.01.3901	Condenatória
9378-63.2011.4.01.3901	Condenatória
9392-47.2011.4.01.3901	Condenatória
8477-32.2010.4.01.3901	Condenatória

Fonte: Sistema *Oracle* da Justiça Federal (Brasil, 2022i).

Tabela 23

Relação de Processos com Sentença Absolutória da 1ª Vara Federal de Marabá entre 2015 e 2017

(continua)

N. do processo	Categoria
2003.39.01.000497-0	Absolutória
2005.39.01.001617-0	Absolutória
2007.39.01.000538-4	Absolutória
2007.39.01.000596-3	Absolutória
2007.39.01.000604-3	Absolutória
2007.39.01.000605-7	Absolutória
2007.39.01.000712-0	Absolutória
2007.39.01.000828-7	Absolutória
2008.39.01.000007-7	Absolutória
2008.39.01.000128-8	Absolutória
2008.39.01.000345-6	Absolutória
2008.39.01.000398-0	Absolutória
2008.39.01.000485-9	Absolutória
2008.39.01.000820-1	Absolutória
2008.39.01.000936-8	Absolutória
2008.39.01.001250-0	Absolutória
2008.39.01.001411-6	Absolutória
2008.39.01.001485-0	Absolutória
2008.39.01.001486-3	Absolutória
2008.39.01.001487-7	Absolutória
2008.39.01.001556-7	Absolutória

Tabela 23

Relação de Processos com Sentença Absolutória da 1ª Vara Federal de Marabá entre 2015 e 2017

(continua)

N. do processo	Categoria
2008.39.01.001683-6	Absolutória
2008.39.01.001712-5	Absolutória
2009.39.01.000101-0	Absolutória
2009.39.01.000122-0	Absolutória
2009.39.01.000757-7	Absolutória
2009.39.01.000999-9	Absolutória
2009.39.01.001319-7	Absolutória
2009.39.01.001658-0	Absolutória
2009.39.01.002052-8	Absolutória
134-13.2011.4.01.3901	Absolutória
140-20.2011.4.01.3901	Absolutória
408-74.2011.4.01.3901	Absolutória
1648-30.2013.4.01.3901	Absolutória
2838-62.2012.4.01.3901	Absolutória
2939-65.2013.4.01.3901	Absolutória
3270-47.2013.4.01.3901	Absolutória
3481-20.2012.4.01.3901	Absolutória
3584-95.2010.4.01.3901	Absolutória
3602-14.2013.4.01.3901	Absolutória
4174-04.2012.4.01.3901	Absolutória
4520-23.2010.4.01.3901	Absolutória

Tabela 23

Relação de Processos com Sentença Absolutória da 1ª Vara Federal de Marabá entre 2015 e 2017

(continua)

N. do processo	Categoria
4801-76.2010.4.01.3901	Absolutória
4873-58.2013.4.01.3901	Absolutória
6044-21.2011.4.01.3901	Absolutória
6055-50.2011.4.01.3901	Absolutória
6056-98.2012.4.01.3901	Absolutória
6108-31.2011.4.01.3901	Absolutória
6190-96.2010.4.01.3901	Absolutória
7209-69.2012.4.01.3901	Absolutória
7214-91.2012.4.01.3901	Absolutória
7215-76.2012.4.01.3901	Absolutória
7346-85.2011.4.01.3901	Absolutória
7350-25.2011.4.01.3901	Absolutória
7534-73.2014.4.01.3901	Absolutória
7568-78.2010.4.01.3901	Absolutória
7570-57.2010.4.01.3901	Absolutória
7819-08.2010.4.01.3901	Absolutória
8476-47.2010.4.01.3901	Absolutória
8483-39.2010.4.01.3901	Absolutória
8492-98.2010.4.01.3901	Absolutória

Tabela 23

Relação de Processos com Sentença Absolutória da 1ª Vara Federal de Marabá entre 2015 e 2017

(conclusão)

N. do processo	Categoria
8831-86.2012.4.01.3901	Absolutória
8858-40.2010.4.01.3901	Absolutória
9375-11.2011.4.01.3901	Absolutória
9689-88.2010.4.01.3901	Absolutória
2006.39.01.000937-4	Absolutória
2008.39.01.001403-0	Absolutória
2009.39.01.000778-6	Absolutória
2009.39.01.001490-8	Absolutória
2009.39.01.001724-9	Absolutória
2009.39.01.002013-0	Absolutória
602-40.2012.4.01.3901	Absolutória
5600-17.2013.4.01.3901	Absolutória

Fonte: Sistema *Oracle* da Justiça Federal (Brasil, 2022i).

Tabela 24

Relação de Processos com Sentença Condenatória e Absolutória da 1ª Vara Federal de Marabá entre 2015 e 2017

(continua)

N. do processo	Categoria
2008.39.01.000541-5	Condenatória e Absolutória
2008.39.01.000810-9	Condenatória e Absolutória
2009.39.01.000972-8	Condenatória e Absolutória
207-72.2017.4.01.3901	Condenatória e Absolutória
370-62.2011.4.01.3901	Condenatória e Absolutória
371-47.2011.4.01.3901	Condenatória e Absolutória
784-60.2011.4.01.3901	Condenatória e Absolutória
1159-27.2012.4.01.3901	Condenatória e Absolutória
2367-46.2012.4.01.3901	Condenatória e Absolutória
2793-19.2016.4.01.3901	Condenatória e Absolutória
2965-34.2011.4.01.3901	Condenatória e Absolutória
3974-93.2011.4.01.3901	Condenatória e Absolutória
6637-77.2016.4.01.3901	Condenatória e Absolutória
7816-53.2010.4.01.3901	Condenatória e Absolutória
8162-67.2011.4.01.3901	Condenatória e Absolutória
8508-52.2010.4.01.3901	Condenatória e Absolutória
8835-26.2012.4.01.3901	Condenatória e Absolutória
9380-33.2011.4.01.3901	Condenatória e Absolutória
2009.39.01.000972-8	Condenatória e Absolutória

Tabela 24

Relação de Processos com Sentença Condenatória e Absolutória da 1ª Vara Federal de Marabá entre 2015 e 2017

(conclusão)	
N. do processo	Categoria
207-72.2017.4.01.3901	Condenatória e Absolutória
370-62.2011.4.01.3901	Condenatória e Absolutória

Fonte: Sistema *Oracle* da Justiça Federal (Brasil, 2022i).

Tabela 25

Relação de Processos com Sentença Extintiva da Punibilidade por Prescrição da 1ª Vara Federal de Marabá entre 2015 e 2017

(continua)

N. do processo	Categoria
1998.39.01.000740-5	Extintiva por Prescrição
1999.39.01.000656-6	Extintiva por Prescrição
2004.39.01.00906-5	Extintiva por Prescrição
2004.39.01.000906-5	Extintiva por Prescrição
2004.39.01.001456-0	Extintiva por Prescrição
2005.39.01.001684-9	Extintiva por Prescrição
2006.39.01.000481-7	Extintiva por Prescrição
2006.39.01.000670-4	Extintiva por Prescrição
2007.39.01.000618-0	Extintiva por Prescrição
2007.39.01.001125-4	Extintiva por Prescrição
2007.39.01.001135-7	Extintiva por Prescrição
2007.39.01.001312-4	Extintiva por Prescrição
2007.39.01.001448-6	Extintiva por Prescrição
2008.39.01.000037-5	Extintiva por Prescrição
2008.39.01.000228-0	Extintiva por Prescrição
2008.39.01.000451-6	Extintiva por Prescrição
2008.39.01.000598-4	Extintiva por Prescrição
2008.39.01.000715-5	Extintiva por Prescrição
2008.39.01.000742-2	Extintiva por Prescrição
2008.39.01.000934-0	Extintiva por Prescrição
2008.39.01.001020-8	Extintiva por Prescrição

Tabela 25

Relação de Processos com Sentença Extintiva da Punibilidade por Prescrição da 1ª Vara
Federal de Marabá entre 2015 e 2017

(continua)

N. do processo	Categoria
2008.39.01.001083-5	Extintiva por Prescrição
2008.39.01.001411-6	Extintiva por Prescrição
2008.39.01.001494-9	Extintiva por Prescrição
2008.39.01.001535-8	Extintiva por Prescrição
2008.39.01.001556-7	Extintiva por Prescrição
2008.39.01.001631-5	Extintiva por Prescrição
2008.39.01.001634-6	Extintiva por Prescrição
2008.39.01.001710-8	Extintiva por Prescrição
2008.39.01.000029-3	Extintiva por Prescrição
2009.39.01.000087-2	Extintiva por Prescrição
2009.39.01.001284-6	Extintiva por Prescrição
2009.39.01.001321-0	Extintiva por Prescrição
2009.39.01.001548-5	Extintiva por Prescrição
2010.39.01.000183-0	Extintiva por Prescrição
2010.39.01.000193-2	Extintiva por Prescrição
2010.39.01.000202-6	Extintiva por Prescrição
1832-88.2010.4.01.3901	Extintiva por Prescrição
2944-87.2013.4.01.3901	Extintiva por Prescrição
2973-40.2013.4.01.3901	Extintiva por Prescrição
2974-93.2011.4.01.3901	Extintiva por Prescrição
3435-02.2010.4.01.3901	Extintiva por Prescrição

Tabela 25

Relação de Processos com Sentença Extintiva da Punibilidade por Prescrição da 1ª Vara
Federal de Marabá entre 2015 e 2017

(conclusão)

N. do processo	Categoria
4297-70.2010.4.01.3901	Extintiva por Prescrição
4800-91.2010.4.01.3901	Extintiva por Prescrição
6071-04.2011.4.01.3901	Extintiva por Prescrição
6461-08.2010.4.01.3901	Extintiva por Prescrição
7540-80.2014.4.01.3901	Extintiva por Prescrição
7567-05.2010.4.01.3901	Extintiva por Prescrição
7808-76.2010.4.01.3901	Extintiva por Prescrição
8162-67.2011.4.01.3901	Extintiva por Prescrição
8335-28.2010.4.01.3901	Extintiva por Prescrição
8477-32.2010.4.01.3901	Extintiva por Prescrição
8815-35.2012.4.01.3901	Extintiva por Prescrição
8870-54.2010.4.01.3901	Extintiva por Prescrição

Fonte: Sistema *Oracle* da Justiça Federal (Brasil, 2022i).

Tabela 26

Relação de Processos com Sentença Extintiva de Punibilidade por Morte do Acusado da 1ª
Vara Federal de Marabá entre 2015 e 2017

N. do processo	Categoria
2001.39.01.000691-0	Extintiva por Morte do Acusado
2003.39.01.000656-0	Extintiva por Morte do Acusado
2006.39.01.000689-0	Extintiva por Morte do Acusado
2006.39.01.001185-7	Extintiva por Morte do Acusado
2007.39.01.000233-0	Extintiva por Morte do Acusado
2007.39.01.000640-0	Extintiva por Morte do Acusado
2007.39.01.000793-6	Extintiva por Morte do Acusado
2008.39.01.000542-9	Extintiva por Morte do Acusado
2008.39.01.000909-0	Extintiva por Morte do Acusado
2010.39.01.000186-0	Extintiva por Morte do Acusado
2010.39.01.000217-7	Extintiva por Morte do Acusado
678-59.2015.4.01.3901	Extintiva por Morte do Acusado
903-84.2012.4.01.3901	Extintiva por Morte do Acusado
6018-81.2015.4.01.3901	Extintiva por Morte do Acusado
7089-55.2014.4.01.3901	Extintiva por Morte do Acusado
7241-45.2010.4.01.3901	Extintiva por Morte do Acusado

Fonte: Sistema *Oracle* da Justiça Federal (Brasil, 2022i).

Tabela 27

Relação de Processos com Sentença Extintiva de Punibilidade por Cumprimento de Pena da 1ª Vara Federal de Marabá entre 2015 e 2017

N. do processo	Categoria
2001.39.01.001125-4	Extintiva por Cumprimento de Pena
2003.39.01.000968-5	Extintiva por Cumprimento de Pena
2008.39.01.001051-0	Extintiva por Cumprimento de Pena
2008.39.01.001692-5	Extintiva por Cumprimento de Pena
2009.39.01.000879-1	Extintiva por Cumprimento de Pena
2009.39.01.000882-9	Extintiva por Cumprimento de Pena
2009.39.01.001190-2	Extintiva por Cumprimento de Pena
3609-06.2013.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de Pena

Fonte: Sistema *Oracle* da Justiça Federal (Brasil, 2022i).

Tabela 28

Relação de Processos com Sentença Extintiva de Punibilidade por Cumprimento de *Sursi* Processual da 1ª Vara Federal de Marabá entre 2015 e 2017

(continua)

N. do processo	Categoria
2008.39.01.000123-0	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual
2008.39.01.001693-9	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual
2009.39.01.001287-7	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual
136-80.2011.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual
375-84.2011.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual
395-75.2011.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual
414-81.2011.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual
549-25.2013.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual
1982-98.2012.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual
3606-51.2013.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual
3609-06.2013.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual
4229-86.2011.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual
4769-37.2011.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual
5634-89.2013.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual
7208-84.2012.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual
7562-46.2011.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual
7731-33.2011.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual
7735-36.2012.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual
7752-09.2011.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual
8248-38.2011.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual
8461-44.2011.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual

Tabela 28

Relação de Processos com Sentença Extintiva de Punibilidade por Cumprimento de *Sursi* Processual da 1ª Vara Federal de Marabá entre 2015 e 2017

(conclusão)

N. do processo	Categoria
8498-08.2010.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual
8607-85.2011.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de <i>Sursi</i> Processual

Fonte: Sistema *Oracle* da Justiça Federal (Brasil, 2022i).

Tabela 29

Relação de Processos com Sentença Extintiva de Cumprimento de Transação Penal da 1ª Vara Federal de Marabá entre 2015 e 2017

N. do processo	Categoria
1016-67.2014.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de Transação Penal
1017-52.2014.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de Transação Penal
2150-66.2013.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de Transação Penal
2360-83.2014.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de Transação Penal
3089-12.2014.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de Transação Penal
3107-33.2014.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de Transação Penal
3438-83.2012.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de Transação Penal
4270-19.2012.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de Transação Penal
4521-66.2014.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de Transação Penal
5275-13.2011.4.01.3901	Extintiva por Cumprimento de Transação Penal

Fonte: Sistema *Oracle* da Justiça Federal (Brasil, 2022i).

Tabela 30

Relação de Processos com Expedição de Guia de Execução para a Justiça Estadual da 1ª Vara Federal de Marabá entre 2015 e 2017

N. do processo	Categoria
2008.39.01.000802-3	Cumprimento de Pena na Justiça Estadual
2009.39.01.002045-6	Cumprimento de Pena na Justiça Estadual
2007.39.01.000550-0	Cumprimento de Pena na Justiça Estadual
2008.39.01.001006-4	Cumprimento de Pena na Justiça Estadual
3301-33.2014.4.01.3901	Cumprimento de Pena na Justiça Estadual
1796-70.2015.4.01.3901	Cumprimento de Pena na Justiça Estadual
2007.39.01.00818-4	Cumprimento de Pena na Justiça Estadual
2006.39.01.000690-0	Cumprimento de Pena na Justiça Estadual
2007.39.01.000485-5	Cumprimento de Pena na Justiça Estadual
2002.39.01.000343-7	Cumprimento de Pena na Justiça Estadual
2009.39.01.000033-4	Cumprimento de Pena na Justiça Estadual
2008.39.01.001495-2	Cumprimento de Pena na Justiça Estadual

Fonte: Sistema *Oracle* da Justiça Federal (Brasil, 2022i).

Tabela 31

Consolidação da Base de Dados da Pesquisa

Fator de Pesquisa	Quantidade
Quantidade Total de Processos Criminais	289
Quantidade Total de Réus	588
Quantidade Total de Imputações Criminais	981

Fonte: Sistema *Oracle* da Justiça Federal (Brasil, 2022i).

